

Introdução

O desenvolvimento da causa ambiental, principalmente após a década de 70, quando essa questão ganha espaço e se fortalece mediante catastróficos acidentes químicos, aumento da poluição, contaminação hídrica e depleção da camada de ozônio - ganhou adeptos em todo mundo, fez proliferar instituições, além de mobilizar os indivíduos que começaram a se organizar e manifestar seu descontentamento em torno das conseqüências danosas das atividades industriais.

O conceito de saúde ambiental é o que melhor integra os diversos aspectos deste problema, já que sob essa denominação pode-se mais facilmente englobar as interfaces entre o campo ambiental propriamente dito, ou de conservação do meio ambiente e o campo da saúde das populações, além dos direitos humanos.

Estes elementos assim integrados remetem a pontos centrais que dizem respeito ao controle, mitigação e administração dos riscos ambientais. A pressão social exercida por organizações não governamentais, pela mídia e outras instituições tem contribuído para o surgimento, em diversos países, de legislações reguladoras das atividades consideradas potencialmente de risco. Entretanto, esse recurso não tem sido suficiente para solucionar os problemas ambientais.

Os meios de controle e gerenciamento dos excessos cometidos particularmente pelas atividades industriais, têm emergido também da própria população, sobretudo através dos grupos vizinhos aos empreendimentos fabris. A própria indústria, ao seu tempo, tem produzido as chamadas políticas voluntárias, uma estratégia de antecipação, como meio de garantir a confiabilidade nos processos industriais.

Uma das iniciativas mais conhecidas atualmente, propalada pela indústria química, é o *Responsible Care Program*, atualmente em vigor em mais de 45 países, inclusive no Brasil sob o nome de Programa Atuação Responsável.

Este programa contempla toda cadeia produtiva, desde a aquisição da matéria-prima até a distribuição do produto final, através da implementação e adoção de procedimentos mais seguros ambientalmente e conseqüentemente de menor risco.

Entre os componentes deste programa encontra-se o Conselho Comunitário Consultivo, mecanismo de aproximação com as comunidades vizinhas aos empreendimentos fabris e que deve se constituir num canal de diálogo com a população. Os conselhos têm sido alardeados pelo próprio setor químico como uma ferramenta democrática, avançada, confiável e moderna.

No Brasil, o primeiro conselho a ser implantado foi o Conselho Comunitário Consultivo de Camaçari que têm servido de modelo e referência para a implantação de outros conselhos, o que nos levou, junto a outros fatores, a elegê-lo como objeto de estudo.

Sendo assim, o objetivo maior desta pesquisa é analisar e avaliar o grau de eficácia do Conselho Comunitário de Camaçari, enquanto ferramenta democrática para a prevenção, controle e mitigação dos riscos industriais. Os objetivos específicos seriam:

1. Conhecer o histórico de constituição do Conselho Consultivo
2. Conhecer a dinâmica e estrutura de funcionamento do Conselho
3. Avaliar a legitimidade dos representantes do Conselho em relação à sua comunidade e sua entidade.
4. Identificar os tipos de vínculos existentes entre os conselheiros e entre cada um deles a as instâncias representadas.

5. Avaliar a agenda de discussão do Conselho identificando seu grau de complexidade e grau de compreensão dos Conselheiros em relação aos assuntos levantados.
6. Verificar o grau de influencia das sugestões e propostas do Conselho na realização ou introdução de mudanças nas ações de caráter ambiental por parte do empresariado ou por parte do governo.

Estes objetivos conduzem a uma perspectiva sócio - histórica que dê conta das origens deste programa até os dias atuais, através do resgate de fenômenos e acontecimentos ocorridos por conta do desenvolvimento da questão ambiental.

A fundamentação teórica centrará sua análise nas categorias do risco e da participação comunitária, buscando inventariar a produção mais importante sobre as teorias do risco bem como as formas de participação comunitária, cujos modelos e mecanismos serão analisados a partir da distribuição de poder e do acesso à informação.

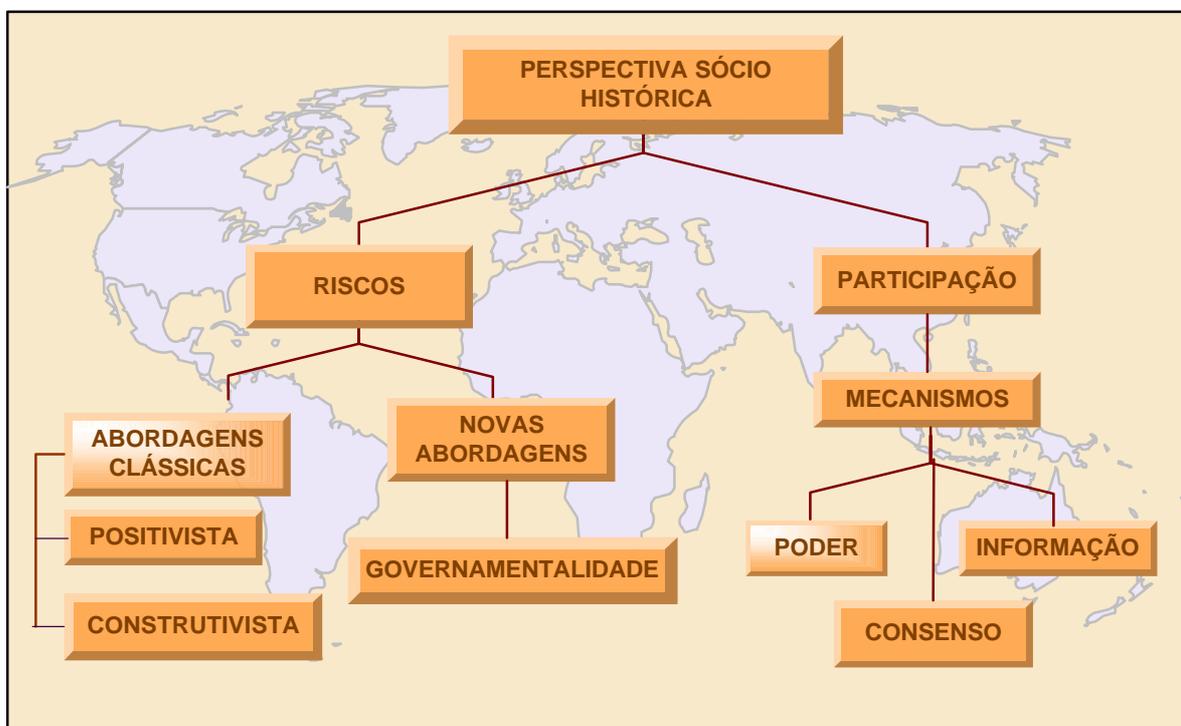


Figura 1: Esquema de desenvolvimento da fundamentação teórica

Capítulo I

MARCO TEÓRICO

1.1. Intercorrências do capitalismo industrial e uma nova “sociedade ambientalista”.

Inúmeros foram os estudiosos¹ que se debruçaram sobre a sociedade industrial capitalista, tentando apreender sua complexidade, entender seu dinamismo ou até mesmo prever seus desdobramentos. Com o advento da Revolução Industrial, capitaneado pela disseminação da ideologia capitalista, uma nova ordem social, econômica, política e espacial se constituiu a partir do ambiente urbano, *locus* do desenvolvimento e progresso do capitalismo industrial e sinônimo de novas oportunidades. Sobre esses pilares se construiu um novo mundo, uma nova sociedade, onde o indivíduo e a propriedade privada tornaram-se os valores máximos.

Esse cenário, fomentado pelas invenções tecnológicas e pelo avanço da ciência permitiu que as indústrias se consolidassem e assumissem a dianteira do "progresso", detendo durante décadas a posição de precursoras do crescimento, a ponto de se estabelecer o "grau de industrialização" como indicador do nível de desenvolvimento de uma nação.

O ritmo acelerado do processo de industrialização², não permitiu (e ainda não permite) que seus efeitos pudessem ser acompanhados *pari passu*. A racionalidade ocidental, orientada pelo paradigma evolucionista e positivista que remete para uma idéia

¹ Entre os mais importantes podemos citar Marx, Weber, Durkheim além de Simmel que junto a outros integrantes da escola de Chicago, contribuiu para o entendimento da sociedade industrial capitalista, investigada desde a perspectiva social e econômica até a cultural e psicológica.

² O processo de industrialização deve ser aqui entendido como um complexo de diretrizes e ações que envolvem não apenas a presença de indústrias mais toda uma ideologia voltada para incremento do consumo, etc. (SANTOS, 1998)

linear de progresso, indicava que as conquistas tecnológicas e científicas faziam parte de um processo de aprimoramento da humanidade³. Partindo-se dessa lógica, não seria possível atentar para os riscos decorrentes desses "avanços", embora os efeitos nocivos à saúde das classes pauperizadas fossem quase imediatamente observados. Entretanto, as doenças, altas taxas de mortalidade e morbidade entre o proletariado, passaram a ser explicadas mais como resultado de perversões dos hábitos morais e sociais⁴ do que como consequência do próprio processo de industrialização, pois *um sistema* (capitalismo industrial) *que promove avanço da civilização e a difunde pelo mundo(...) não pode ser adverso à felicidade da grande massa da população* (ROSEN, 1980, p.92).

Ao tempo que estes avanços tecnológicos melhoraram consideravelmente o padrão e a qualidade de vida - a descoberta de certas substâncias químicas permitiu a erradicação de várias doenças e ajudou a promover o aumento da expectativa de vida - trouxeram consigo riscos até então desconhecidos, alguns dos quais as populações são expostas indistintamente. O aquecimento global, a depleção da camada de ozônio e as alterações climáticas são decorrentes desse tipo de ação humana sobre o planeta.

Contudo, os efeitos ambientais do processo de industrialização capitalista se tornam mais evidentes a partir do estudo realizado na década de 60 por Dennis Meadows e os pesquisadores do "Clube de Roma"⁵, cuja publicação, *Limites do Crescimento* (1972),

³ A Teoria da Evolução de Darwin, influenciou fortemente, tanto cientistas sociais como teóricos de outras áreas do saber, que transpuseram para suas análises a idéia de que as sociedades se modificavam e se desenvolviam num mesmo sentido e que essas transformações significavam a passagem de estados inferiores para estágios mais avançados.

⁴ As associações entre pobreza, saúde e doença, principalmente na Inglaterra do século XIX aparecem de forma quase perversa, onde a pobreza em si não é apenas um meio de veiculação de doenças ou um fator de risco, mais sim um fim, ou seja, ela é a própria doença, desencadeada por hábitos e comportamentos considerados daninhos à sociedade. A doença deixa de ter um aspecto eminentemente social para adquirir uma forte conotação moral, baseada nas tradições cristãs, ditadoras das normas e ordem social em última instância. Em 1833, num levantamento realizado por Peter Gashkell, sobre a população manufatureira da Inglaterra, ele afirma que *"a saúde e a condição física da população manufatureira têm origem na perversão de seus hábitos morais e sociais, de que também é em grande escala dependente"*(ROSEN, 1980:94).

⁵ Seguiram-se muitos outros estudos, como os de Maurice Strong (1973) que lançou o conceito de *ecodesenvolvimento*, cujos princípios foram formulados por Ignacy Sachs; a Declaração de Cocoyok, das Nações Unidas, que afirmava ser a pobreza a causa da explosão demográfica, além de gerar a destruição desenfreada dos recursos naturais. Os países industrializados contribuíam para esse quadro com altos índices de consumo. Um outro relatório, Dag-Hammarskjöld (1975), preparado pela fundação de mesmo nome, com colaboração de políticos e pesquisadores de 48 países e participação da ONU, completava a Declaração Cocoyok, afirmando que as potências coloniais concentraram as melhores terras das colônias nas mãos de uma minoria, forçando a população pobre a usar outros solos, promovendo a devastação ambiental.

propunha limites efetivos para o crescimento e desenvolvimento, principalmente dos países pobres, gerando fortes reações por parte dos países de Primeiro Mundo e também dos países subdesenvolvidos.

Em 1972, a ONU promove a Conferência sobre Meio Ambiente em Estocolmo, resultando daí a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, encarregada de produzir um diagnóstico global sobre degradação ambiental que veio subsidiar a II Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - CNUMAD. O relatório Brundtland, publicado sob a forma de um documento intitulado *Nosso Futuro Comum*, foi bem aceito pela comunidade internacional, já que não apresentava críticas à sociedade industrial, afirmando uma demanda de crescimento tanto em países industrializados como em países subdesenvolvidos, inclusive associando a superação da pobreza nestes últimos ao crescimento contínuo dos primeiros.

Paulatinamente, as questões relativas à saúde do trabalhador e segurança no trabalho alcançam visibilidade, principalmente em função das lutas empreendidas pelos movimentos sindicais e/ou movimentos sociais, tornando-se alvo de interesse de diversos campos de saber - medicina do trabalho, sociologia do trabalho, administração, epidemiologia, etc.- mas seriam os acidentes envolvendo comunidades vizinhas, tais como Seveso (1974), Love Channel (1975) Bhopal (1984) e Chernobyl (1986) que expressariam de forma irreversível os efeitos perversos da industrialização, estabelecendo associações diretas entre o ambiente fabril e o espaço urbano e social e colocando em xeque o padrão de industrialização amplamente aceito, principalmente em função dos riscos potenciais apresentados (FRANCO et all, 1994). Assim, a ampliação e diversificação dos tipos de

risco têm suas raízes nos avanços do processo de industrialização e desenvolvimento de novas tecnologias que impactaram sobre a saúde e o meio ambiente urbano e natural.

Em torno destes problemas, indivíduos e/ou grupos de indivíduos se articularam em todo o mundo, disseminando a preocupação com as questões ambientais e gerando ações no intuito de conter, reverter danos e articular as diversas instâncias sociais nesse processo. São muitos os atores sociais envolvidos na luta pela preservação, segurança e saúde ambiental, mas foram o movimento ambientalista e suas diversas ramificações os principais responsáveis pelas mudanças ocorridas no panorama delineado pelas questões ambientais.

O movimento americano por justiça ambiental destaca-se como um dos mais atuantes. Esse movimento se caracteriza por conceitualmente ser uma fusão das agendas políticas dos direitos civis e ambientais. Teoricamente, centra-se na idéia de que certas comunidades têm sido desproporcionalmente poluídas em função da discriminação racial e dos insuficientes programas ambientais do governo que não contemplam essas minorias (BUCK et all, 1994). Isso equivale dizer que a discriminação e o preconceito estariam atravessando verticalmente os diversos níveis hierárquicos dos governos, perpassando em última instância, as agendas das políticas ambientais que beneficiam certas comunidades em detrimento de outras.

A atuação sistemática de grupos ambientalistas, sindicatos e/ou moradores organizados em prol de problemas de saúde ambiental causados pela indústria química e petroquímica⁶ nos países de Primeiro Mundo, resultou em normas e legislações ambientais, visando regular a atuação do setor químico e petroquímico que sendo um dos mais poluidores, havia trazido conseqüências funestas para essas comunidades. Alianças e redes

⁶ O desenvolvimento da indústria química constitui-se como um fenômeno dialeticamente complexo. Seus produtos, presentes desde o ambiente doméstico até o hospitalar, desencadearam uma crescente dependência da sociedade, num processo de "*quimicalização social*". (FREITAS, 2000).

entre movimentos, organizações e grupos de interesse ampliam as ações destes atores sociais, fazendo-os transpor fronteiras.

Ante este cenário, a própria indústria se viu forçada a desenvolver estratégias que lhes garantisse a continuidade e expansão dos seus negócios. Entre as ações programadas, destacava-se o movimento de aproximação com as comunidades vizinhas aos complexos industriais e a criação de um canal de diálogo para a discussão dos problemas que afetavam direta ou indiretamente os trabalhadores e essas comunidades.

Estudos nas áreas de segurança, saúde e meio ambiente foram realizados com objetivo de identificar, gerenciar e controlar os riscos, além de pretender restabelecer e assegurar a confiança da sociedade, seriamente abalada, nos processos produtivos.

As reais possibilidades de esgotamento dos recursos naturais e sua irreversibilidade, ampliaram e contribuíram com novas abordagens acerca do risco, importante fator a ser considerado e analisado neste novo cenário. As teorias sobre o risco, produzidas no âmbito das ciências sociais, buscavam dar conta desta realidade, focando principalmente a identificação e compreensão de fatores que explicassem o fenômeno da disseminação e construção social dos riscos, a partir da polêmica que se instalava acerca da sociedade capitalista industrial⁷.

1. 2. Quando a vida se converte em sinônimo de risco.

Estes debates e discussões são e foram projetados pelas conseqüências advindas do projeto de modernização social, caracterizado pelas incertezas associadas ao desenvolvimento tecnológico e industrial. Todavia, os benefícios dessa modernização

⁷ Além disso, a globalização neoliberal (SOUZA SANTOS, 2002), a exclusão social, precarização do trabalho, declínio das políticas públicas e desregulamentação da economia são alguns dos fatores explicativos que têm sido intensamente debatidos, numa tentativa de compreender esta era de perplexidades que se instala

trouxeram consigo um conjunto de mudanças radicais e inesperadas, as quais Giddens (1991,1997), Beck (1997,2000) e Lash (1997) referem-se como “*modernidade reflexiva*” que questiona as bases da primeira modernidade⁸, modificando sua estrutura, afetando idéias essenciais de controle, segurança e certeza.

Com o conceito de modernização reflexiva, Beck (2000) introduz a idéia de autoconfrontação social, da transição do período de amplo desenvolvimento industrial para a época de risco. Essa passagem, do período industrial para o período de risco da modernidade ocorreria de forma indesejada e despercebida, significando que a autoconfrontação (reflexividade) estaria associada a um processo de autofagia, onde a modernização alimentar-se-ia de si mesma. “*Este novo estágio, em que o progresso pode se transformar em autodestruição, em que um tipo de modernização destrói outro e o modifica, é o que eu chamo de etapa da modernização reflexiva*” (BECK, 1997, p.12).

Estes reflexos recaem e emanam da ordem social então constituída, dando lugar a uma sociedade dirigida por novos processos - globalização, individualização, revolução de gênero, desemprego e riscos globais (crises ecológicas e a quebra do mercado financeiro) - distante do processo inicial de modernização industrial, baseado no Estado nacional (BECK, 2000).

Segundo Beck (1997), a ampliação do risco seria uma decorrência deste panorama de incertezas. Inicialmente o conceito de risco estava associado ao cálculo dos resultados prováveis das decisões econômicas, estatisticamente estimadas. Isto significa dizer que este conceito refere-se a um mundo no qual a maioria das coisas, incluindo a natureza e os modos de vida como determinados e coordenados pela tradição estavam preordenados.

⁸ A primeira modernidade caracteriza-se por seu projeto com bases iluministas (BAUMAN, 1998)

A civilização moderna que se estruturou centrada na segurança, teve suas bases erigidas sobre as idéias de ordem, beleza e limpeza que restringiam a autonomia e independência do indivíduo a título de exercício do controle. Paulatinamente este controle e segurança foram sendo substituídos pelo aumento da liberdade individual e pelo incremento do leque de escolhas possíveis para o indivíduo (BAUMAN, 1998).

A ordem, que subtende a limpeza, significa que cada coisa tem um lugar próprio e adequado (BAUMAN, 1998; DOUGLAS, 1996;) e mesmo a natureza deve estar inserida nessa categorização. Deste modo, é a natureza "domada", sob a forma de belos jardins e bosques criteriosamente arquitetados para deleite de uma burguesia ascendente (THOMAS, 1989) ou subjugada pela visão utilitarista da civilização que a domestica através do papel central que irá ocupar no desenvolvimento da sociedade industrial capitalista (BAUMAN, 1998; GIDDENS, 1991).

A subversão dessa ordem preestabelecida e sustentada por valores iluministas, dá lugar a um mundo dirigido pelas incertezas e insegurança. O risco portanto, deve ser entendido em função de uma nova ordem, numa perspectiva global e não nacional, onde o Estado moderno, o Estado do bem-estar social que assegurava os direitos do cidadão, é substituído por um estado que se exime de certas responsabilidades para repassá-las ao indivíduo, privatizando os riscos e potencializando a liberdade individual, pilar central do projeto neoliberal (BAUMAN, 1998).

Nesta nova ordem, os princípios da sociedade industrial encontram-se dissolvidos e *a desatada liberdade dada ao capital e às finanças à custa de todas as outras liberdades, o despedaçamento das redes de segurança socialmente tecidas e societariamente*

*sustentadas [...] acabaram por aprofundar as diferenças socioeconômicas*⁹ (BAUMAN, 1998, p.34).

Power (2004) afirma que o conceito de responsabilidade social (R.S.) é híbrido e compreende tanto um senso moral de ação responsável quanto um senso legal de capacidade de resposta e culpabilidade. Surge basicamente em função de um medo de perdas por parte das corporações, em face da responsabilidade legal e da possibilidade de ascensão da reputação. O discurso crítico da R.S. tem sido transformado e incorporado como uma moeda dentro de grandes organizações.

A análise de Beck (1997, 2000) têm sido criticada, principalmente por se fundamentar nas idéias de risco ecológico e risco tecnológico, frutos das relações entre a sociedade industrial moderna e os recursos da natureza e cultura. Embora haja um esforço para afirmar os aspectos global e local¹⁰, este aporte teórico não é suficiente para explicar a dinâmica dos riscos enfrentados no cotidiano. Então se pergunta: como pensamos e agimos em relação aos riscos do cotidiano? Aqueles riscos banalizados pela rotina? Os riscos aos quais deliberadamente nos submetemos?

Esses questionamentos reportam à necessidade de uma compreensão do risco a partir de um referencial que dê conta das particularidades contidas na percepção e discurso sobre o risco bem como no cotidiano da vida dos sujeitos.

Os riscos globais, estando dispersos em todo globo, são mais difíceis de serem associados a um “rosto” e de serem “personalizados”, pois embora se manifestem

⁹ Princípios éticos como a solidariedade, tolerância, aceitação das diferenças, ações que contribuam para a melhoria da qualidade de vida, geralmente associados ao exercício da cidadania, se constituem num estofo para a formação da imagem pública, seja das empresas, dos indivíduos que desempenham um papel político, seja de outras organizações. Esses princípios têm sido amplamente assimilados através das diretrizes que regulam as ações dos diversos segmentos sociais para as práticas “politicamente corretas”. Essa lógica é reproduzida pelo setor industrial, principalmente através das grandes corporações, sob a forma de “*responsabilidade social*”, conceito que indica o compromisso com o social, voluntariamente adotado pelas empresas nas suas práticas empresariais.

¹⁰ O autor cunha a palavra *glocal* para expressar a universalização dos riscos ecológicos e tecnológicos através de agentes como o vento, a água e as cadeias alimentares.

principalmente através de acidentes nesta ou naquela companhia, têm sido divulgados como consequência da depredação cumulativa dos recursos naturais, o que remete ao avanço da lógica capitalista baseada no lucro a qualquer preço.

O risco cotidiano, por sua vez, refere-se ao risco próximo do sujeito, parte do seu dia-a-dia e geralmente ligado à má gestão governamental ou a grupos políticos que direta ou indiretamente se encontrem envolvidos na administração pública.

Desse modo, o cidadão comum passa a diferenciar e a classificar os riscos de acordo com a proximidade e possibilidade de concretização das ameaças que pairam sobre sua cabeça. Os riscos do aquecimento global, da escassez de água, da guerra biológica ou das armas atômicas, pertencem à esfera do global, o que pode torná-los longínquos e improváveis. Os riscos do desemprego, do assalto, da “bala perdida”, da exclusão social e econômica são próximos e adentram o cotidiano através da imprensa que divulga as ocorrências diárias, dos itinerários percorridos diariamente pelos sujeitos ou através das suas redes de relações.

Essa proximidade lhe faculta, ou melhor, exige, que ele participe e crie estratégias para driblar, evitar e até mesmo mitigar estes riscos, pela adoção de comportamentos e de ações preventivas, que recaem na esfera privada, de responsabilização do próprio sujeito.

As tentativas de entendimento dessa modernidade “centrada” no risco, renderam inúmeros frutos. Um das vertentes analíticas, reúne as pesquisas e trabalhos produzidos a partir do contexto da modernidade reflexiva; outra vertente, constituída principalmente pela abordagem antropológica, prioriza a dimensão simbólica e institucional do risco, cujos aspectos socioculturais e políticos são prevalentes. Resta ainda, uma terceira abordagem, a da governamentalidade, disseminada principalmente na Austrália e Inglaterra (ZINN, 2006).

Vale lembrar que essas teorias, produzidas em sua maioria por intelectuais do primeiro mundo, partem de uma realidade, em muitos aspectos, bem distante da nossa.

1. 3. Abordagens clássicas sobre o risco.

Algumas das análises teóricas sobre o risco, apresentam uma abordagem pautada no risco como efeito colateral do capitalismo industrial. A objetivação do risco nessa perspectiva positivista trata o risco como algo previsto, calculado e controlado através do tecnicismo e cientificismo. O risco é portanto, histórico, dado e independente da nossa existência, ainda que se manifeste como ameaça social.

A menção aos riscos ecológicos ou tecnológicos significa uma referência ao global e ao coletivo; são riscos que, no imaginário popular, toda a sociedade global estaria exposta, independente do grau de desenvolvimento socioeconômico desta ou daquela nação. Este tipo de risco, ubíquo, imprime uma idéia de sujeição do indivíduo, fragilizado e por vezes impotente diante da situação.

Num outro nível de análise, aqui denominada construtivista, é inserida a dimensão simbólica da construção do discurso e da percepção social do risco, abrindo espaço para uma compreensão dessa categoria não apenas como algo dado pelo conhecimento técnico-científico, mas sobretudo como fruto do entendimento e compreensão dos diferentes grupos sociais, imerso num caldo cultural, composto por valores, padrões e normas sociais. Vale ressaltar que essas abordagens diferem daquelas defendidas por Beck (2000).

A superação destes modelos aponta para uma noção mais complexa do risco que requer uma abordagem interdisciplinar, amalgamando diferentes saberes. Isso significa que as perspectivas objetivista e construtivista devem ser acrescentadas implicações sóciopolíticas que se tornam relevantes, já que o risco se converte numa força capaz de

promover mobilização política, demandar abertura e transparência dos processos decisórios tanto do Estado quanto das corporações privadas e até mesmo da própria ciência, como produtora de conhecimento.

A idéia de sociedade de risco, na verdade, faz emergir os limites das possibilidades de controle dos perigos que nos cercam. A questão principal, nestas circunstâncias, é como tomar decisões sob condições de incerteza produzida, onde não apenas o conhecimento é ainda incompleto, mas mais e melhor conhecimento geralmente pode significar mais incerteza (BECK, 2000).

Mesmo o conhecimento especializado, sistematicamente produzido, não tem sido suficiente para dirimir dúvidas e/ou neutralizar desconfiças decorrentes do papel desempenhado, por exemplo, pelas indústrias químicas e petroquímicas, que venha a garantir, subsidiar, reformar, restabelecer ou re-significar a confiança, trazendo a tona *a reflexividade da vida social moderna onde as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz de informação renovada sobre essas próprias práticas, alterando assim constitutivamente seu caráter* (GIDDENS, 1991, p.45).

Segundo Giddens (1991) embora essa reflexividade esteja presente nas civilizações pré-modernas através da reinterpretação das práticas rotineiras, na modernidade ela envolve todos os aspectos da vida humana e penetra a própria base de reprodução do sistema. Desta forma, nem o próprio conhecimento apresenta um grau de segurança completo já que nada pode garantir que este conhecimento não será revisitado e reformulado. O grau de incerteza que se acerca da sociedade contemporânea é cada vez mais elástico e relativo, numa íntima associação com a flexibilidade contida nas novas relações de produção ou na maleabilidade adquirida pelo capital.

Esta abordagem pode ser aplicada aos campos da análise e do gerenciamento de riscos, estreitamente relacionados, mas que apresentam certa oposição, acentuada pelas respectivas abordagens. A análise de risco está centrada num conhecimento tecnológico e probabilístico, que tenta neutralizar as incertezas e imprevistos e garantir, através da mais racional e objetiva de todas as linguagens - a matemática, seu grau de precisão, confiabilidade e eficácia. O gerenciamento, entendido fundamentalmente como a administração dos riscos, envolve conseqüentemente aspectos relativos à *percepção de risco* além das formas e meios de *comunicação* entre os envolvidos neste processo. Daí que, embora o gerenciamento tenha suas raízes nos métodos empregados pela análise de risco, definitivamente não pode ignorar a vertente social. É a identificação dos riscos e posteriormente sua administração que preocupa a população de maneira geral.

São os estudos sobre *percepção de risco* que irão indicar claramente que as questões relacionadas aos riscos não podem estar reduzidas a processos físicos, químicos e biológicos como pretendem os analistas técnicos. Estes estudos colocam em evidência aspectos diversos que o conhecimento técnico não é capaz de desvendar, como as instituições, as questões de poder, controle social, etc. intensificando os debates acerca dos riscos (FREITAS, 2000).

No final dos anos 70 e início dos anos 80 é que surgem os estudos de *percepção de riscos*, para explicar a reação do público às novas tecnologias. Estes estudos, com abordagens psicológicas, sociológicas e antropológicas, desenvolvem-se na Europa e nos EUA, a partir de um cenário marcado pelo crescimento dos movimentos sociais e problematização dos riscos associados ao uso das tecnologias, problemas gerados pelas usinas nucleares, indústrias químicas, medicamentos e resíduos tóxicos (FREITAS, 2000).

A abordagem psicológica procurou incorporar os resultados de consultas sistemáticas feitas a grupos específicos ou a população em geral sobre os riscos a que são submetidos e o desejo de redução e regulamentação destes riscos. Um dos principais representantes dessa linha, Paul Slovic (1987), realizou estudos que demonstravam que o público leigo percebia os riscos de modo diferente dos especialistas. (FREITAS; TESH, 2000, 2000)

A corrente cultural da percepção de riscos é representada principalmente por Douglas e Wildavsky (1982) que publicam, no início dos anos 80, o livro *Risk and Culture: an essay on selection of technological and environmental dangers*. Para esses autores, a escolha de riscos, além das preocupações de ordem ambiental, de segurança e da saúde, estaria associada também as crenças das sociedades nos valores, instituições, natureza, justiça e moral. As escolhas poderiam basear-se em evidências científicas disponíveis, mas se fundamentariam em outros valores. Esse processo de seleção de riscos seria inerente a toda sociedade uma vez que dependeria basicamente de uma combinação de medo e confiança. Alguns medos poderiam ser físicos e outros sociais.

A perspectiva sociológica ainda não dispõe de um corpo teórico bem definido. Segundo Freitas (2000), Otway & Thomas (1982), a informação recebida pelos indivíduos ou grupos de indivíduos seria fundamental para a formação de suas percepções de risco tanto quanto o sistema de valores ou crenças ou as experiências sociais.

Outro representante dessa perspectiva é Wynne (1982, 1983), que entende a tecnologia, primariamente, como uma organização social e não como entidade física. Isso significa que o risco poderia ser tratado como uma categoria artificialmente introjetada na mente dos sujeitos, direcionando-lhes a visão acerca dos processos decisórios sobre o desenvolvimento e controle da tecnologia.

A literatura internacional oferece ainda longa discussão acerca da *comunicação de risco*. No modelo proposto por Covello e Slovic (1987) essa atividade se caracteriza como uma troca intencional, entre as partes interessadas, de informações sobre saúde ou risco ambiental. Assim, a *comunicação de risco* pode ser definida como o ato de transmitir informações sobre os níveis de saúde ou risco ambiental, a significância ou significados de tais riscos, decisões, ações, ou políticas de ajuda para o gerenciamento e controle destes riscos (HEAT,1990).

Os defensores deste modelo recomendam que a comunicação de risco envolva o público no processo decisório desde o início e, que se compreenda e respeite os interesses individuais, emoções, valores, prioridades, preferências e preocupações. Importante também que nos encontros públicos haja identificação com a audiência, evitando violar os valores da comunidade, linguagem e normas de comportamento da comunidade.

Heat (1990) critica e aponta várias fragilidades neste modelo. Uma delas supõe que os medos podem ser reduzidos pela objetividade e moderação dos repórteres ou que a confiança do público possa aumentar se houver um melhor entendimento acerca da complexidade das matrizes de cálculos probabilísticas usadas na análise de risco.

A discordância entre os *experts* sobre os níveis aceitáveis de risco e os modelos apropriados, faz com que os padrões de risco reflitam o poder político através daqueles que estão competindo e que empregam a pressão política e retórica para impor, cada um, seus padrões de operação.

Tesh (2000) afirma que alguns estudiosos pensam que, embora os esforços dos cidadãos para influenciar o governo devam ser respeitados, o objetivo da *comunicação de risco* é trazer aos cidadãos, idéias sobre risco que sejam mais próximas dos *experts*. Essa forma de construção da comunicação de risco reflete a prudente noção de que a política

ambiental deve ser baseada na ciência sólida. Isso significa que a tarefa das agências é reduzir o protesto dos cidadãos e não reduzir a poluição ambiental.

A autora critica o dualismo da literatura sobre percepção de risco, por promover certo reducionismo do conceito do *expert*, através da suposição de que eles apenas negociam fatos. O mesmo acontece com o conceito de cidadão, simplificado pela suposição de que negociam apenas valores. Assim, os pesquisadores acabam por ignorar o importante papel dos grupos organizados, através dos quais os cidadãos influenciam nas decisões ambientais e de onde esses cidadãos colhem idéias sobre o que é perigoso. Acabam dessa forma confundindo "cidadão" com "indivíduo".

Ao analisar os efeitos dos movimentos sociais sobre a sociedade, tomando como referência o movimento ambientalista, uma das principais questões que a pesquisadora coloca, gira em torno da dicotomia entre saber leigo e saber especializado, levantada, sobretudo pela comunicação de risco. Se há discordância e visões diferentes entre *experts* e leigos, e se o governo pauta suas decisões sobre o conhecimento especializado, quanto e por quais caminhos as percepções dos cidadãos sobre risco influenciam as decisões políticas?

Em segundo lugar está a idéia que os cidadãos tem algo a acrescentar às decisões administrativas. Nessa perspectiva, a percepção de risco, embora derivada de um tipo de racionalidade distinta daquelas dos *experts*, é igualmente legítima. Segundo Peter Sandman (1991, apud TESH, 2000, p. 84, tradução nossa): *[os] profissionais técnicos são especialistas sobre o que é perigo ou ameaça e o que não é...cidadãos são especialistas sobre o que é absurdo, ridículo ou o que não é*¹¹.

¹¹“Technical professional are the experts on what is hazardous and what isn't....citizens are the experts on what is outrageous and what isn't.”

Contudo, Tesh (2000) entende que não se pode pensar o risco simplesmente a partir das controvérsias entre *experts* e leigos. O saber leigo absorve as informações e conhecimentos do saber especializado, procurando de certa forma se especializar e fazer suas escolhas também com base neste saber. Alguns pesquisadores que têm aplicado a abordagem construcionista à percepção de risco dizem que é ingênuo pensar que os *experts* **sabem** o que é perigoso enquanto os cidadãos **percebem** o perigo, não havendo outra escolha que não seja combinar observações empíricas e julgamentos de valor.

Os argumentos e afirmações de Tesh (2000) parecem se contrapor ao conceito de *sistemas peritos*, utilizado por Giddens (1991, p.35) e identificados como [...] *sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos, hoje*. Estes sistemas, que envolvem um conhecimento especializado, funcionam como *mecanismos de desencaixe* ao promoverem um distanciamento, isto é, eles [...] *removem as relações sociais das imediações no contexto* (GIDENNS, 199, p.36).

Os *sistemas peritos* envolvem confiança, pois dispõem de um conhecimento especializado que garante ou deveria garantir a competência profissional na organização de várias áreas. Similarmente o conhecimento técnico ou científico, que fundamenta decisões e ações acerca dos riscos é, por vezes, tomado como garantia para certos sistemas peritos, a exemplo do "sistema industrial químico e petroquímico" que fabrica produtos consumidos em ampla escala.

Giddens (1991) afirma que para o leigo, a confiança neste processo não depende do domínio do conhecimento, mas seria parte de um artigo de fé. Entretanto quando o sistema falha ou entra em colapso, essa confiança torna-se seriamente abalada e precisa ser reconstruída. Uma das formas de reconstrução poderia ser a "banalização" dos

conhecimentos, continuamente gerados por aquele sistema, criando oportunidades de aproximação dos consumidores com o próprio sistema.

Embora a diferença fundamental das abordagens de Giddens (1991) e Tesh (2000) aponte para discordâncias acerca da oposição saber técnico *versus* saber leigo, a questão não se resolve tão facilmente e exigiria uma análise mais detalhada. Entretanto, é possível apontar algumas aproximações e diferenças.

Primeiramente, Giddens (1991) trabalha com a relação indivíduo/sistemas enquanto Tesh (2000) enfatiza o papel do cidadão e das coletividades. Para Giddens (1991) quando o indivíduo é afetado por falhas nos sistemas peritos, ele pode reagir com atitudes de ceticismo e antagonismo que fazem com ele se desligue do sistema, embora a *confiabilidade* apareça como elemento fundamental na constituição desta relação. Essa confiabilidade relativa aos mecanismos de desencaixe difere da confiabilidade entre indivíduos.

Em segundo lugar, está o fato de que Giddens (1991) trabalha e erige seus argumentos sobre a diferença entre saber leigo e saber especializado. Até mesmo a noção de confiança dependerá, em última instância, dessa dicotomia. Vale ressaltar entretanto, que essa diferença é pensada a partir de macro estruturas sociais e das dimensões institucionais, até mesmo porque a [...] *natureza das instituições modernas está profundamente ligada ao mecanismo da confiança em sistemas abstratos* (GIDDENS, 1991, p.87).

Tesh (2000) por sua vez, pretende analisar o poder dos movimentos sociais, especialmente o movimento ambientalista, de provocar mudanças na política e na sociedade. Estes movimentos podem ser entendidos como respostas aos colapsos e falhas nos sistemas peritos e viriam a exercer o papel de instrumentos que buscam o

restabelecimento da confiança, interferindo na estrutura dos sistemas, impondo modificações substanciais ou até mesmo propondo novos modelos. O que se quer em suma, é garantir que estas macro-estruturas dêem continuidade a reprodução da vida em sociedade, ainda que em bases diferentes. Estes novos atores, movimentos sociais e grupos de interesse seriam então capazes de dialogar e negociar com os representantes dos sistemas peritos.

Torna-se necessário, portanto, estabelecer uma linguagem comum que facilite e proporcione o diálogo, a princípio gerado por força da quebra de confiança e pelo conflito. É nesta arena que se configura a oposição saber leigo *versus* saber especializado, num jogo que pode ser encenado em diferentes perspectivas.

Funtowicz e Ravetz (1992) argumentam que um novo tipo de ciência é necessário para entender problemas que estejam sob o domínio das altas incertezas. Não se questiona o papel da ciência ou da análise de risco e sim seus limites. A verdadeira dificuldade é trans - científica, isto é, pode nascer da ciência, mas não pode ser respondida por ela (WEINBERG, 1972 apud KASPERSON, 1992). Estes autores afirmam que a solução de problemas científicos no mundo moderno requer consciência tanto da dimensão factual quanto da dimensão valorativa dos problemas, além de se atentar para a complexidade de ambas.

Para O'Riordan & Rayner (1990 apud KASPERSON, 1992) conceitos como *risco* e *desenvolvimento sustentável* são limitados em certos aspectos: o conhecimento científico que confronta as incertezas contidas nas fronteiras entre senso comum e conhecimento especializado, se move por padrões que negam interconexões essenciais entre os saberes, além de distorcer inevitavelmente o caráter do fenômeno em estudo. Os analistas de risco

devem entender que a compreensão da experiência humana de risco não procede apenas da ciência, mas requer uma aproximação com o conhecimento popular.

As questões relativas aos saberes, entretanto, não podem ser analisadas e compreendidas quando destituídas do seu caráter político nem quando descontextualizadas. As possíveis aproximações, fusões, combinações ou amálgamas entre o saber leigo e saber especializado inevitavelmente passam pela questão do papel da *informação* na sociedade contemporânea e pela reprodução das estruturas de poder, entre outras coisas.

Segundo Fischer (2000) a sociedade industrial ou sociedade da informação são termos que designam a formação social na qual a codificação e o uso da informação e do conhecimento se tornaram princípios fundamentais de organização da sociedade.

O valor da informação, mais do que o valor do bem material, é uma força dirigente dessa nova sociedade em formação. É no século XX, virtualmente considerado o século da tecnologia, que a lógica da ciência contemporânea se revelou como uma das forças da sociedade moderna enquanto a tecnologia impactou profundamente na qualidade de vida (FISCHER, 2000).

Dessa forma, na sociedade contemporânea, a informação alcançou um valor até então desconhecido, tornando-se uma mercadoria dispendiosa. Este valor, ao qual é atribuído poder, é compartilhado nos âmbitos institucional, econômico e social, nas mais rotineiras relações. Assim, a informação ganhou destaque e é manipulada indistintamente tanto por grupos sociais como por indivíduos. O poder é ainda mais salientado se o termo "científico" for acrescentado à informação [...] *implicando algum tipo de mérito ou um tipo especial de confiabilidade* (CHALMERS, 2000, p.17), conferindo àquele saber um *status* de autoridade e inquestionabilidade.

Essas práticas se organizam também a partir dos espaços de saber definidos socialmente, onde o "saber especializado" ocupa posição superior, no topo da pirâmide hierárquica, enquanto o saber leigo se localizaria na base dessa estrutura. Esses saberes têm sido tradicionalmente tratados como excludentes, quando são verdadeiramente complementares.

A informação concebida nessa perspectiva, tem sido utilizada para pressionar, influenciar, modificar políticas, comportamentos, atitudes e valores sociais. Grupos ambientalistas têm usado esse expediente para pressionar as agências governamentais a aderirem a suas reivindicações, além de "informar" o público em geral, obtendo confiança e simpatia para a causa defendida¹².

É fácil perceber que os grupos organizados, mesmo os menos expressivos, procuram de alguma forma incorporar o saber especializado ou saber legitimado, que "universaliza" o entendimento entre as partes e pode ser inclusive manipulado em favor das causas que esses grupos defendem.

1.4. Risco, governamentalidade e responsabilização: uma nova perspectiva?

A literatura mais recente sobre risco, apresenta um debate que envolve a aproximação dos riscos globais ou grandes riscos (BECK,1998) aos riscos da vida cotidiana, influenciado pela teoria foucaultiana da governamentalidade. Os trabalhos teóricos e empíricos nessa área procuram ainda dar conta do lugar do discurso do risco na vida contemporânea.

¹² O Greenpeace divulgou que uma multinacional de alimentos no Brasil, estaria utilizando soja transgênica em alguns produtos sem a devida permissão legal, além de não estamparem nos rótulos, como obrigatório, a composição do produto, constringendo os consumidores ao uso compulsório. (<http://www.grenpeace.org>, reportagem de 30/08/2001)

Quando falamos do risco na vida cotidiana, estamos falando sobretudo de riscos que, muitas vezes, embora coletivos, estão mais diretamente associados à capacidade de escolha do indivíduo.

Esses riscos, diferentemente dos riscos ambientais que mobilizam a sociedade organizada, têm sido enfrentados de maneira solitária pelos indivíduos ou em certos casos por grupos de moradores de uma determinada localidade onde a prevalência destes riscos é maior. Ameaças de desabamentos, enchentes, alagamentos, são constantes na vida dos moradores urbanos das áreas de encostas. Os riscos de assaltos, roubos, são rotineiros para moradores que transitam por áreas urbanas menos protegidas pelo policiamento.

Em primeira instância, lidar com estes riscos, possibilita ao(s) sujeito(s) duas estratégias distintas, mas também complementares: a primeira delas diz respeito ao processo de vitimização que estes sujeitos recorrem, com uma decorrente culpabilização do governo. A segunda está ligada ao desenvolvimento de comportamentos e ações que proporcionem ao indivíduo uma sensação de maior controle e domínio sobre sua própria vida, e conseqüentemente a possibilidade de resolver ou ao menos minimizar as chances de ser atingido por um revés.

Esse autocontrole, ou governo de si próprio, coloca nas mãos do próprio sujeito a responsabilidade para com as escolhas em sua vida, retirando ou reduzindo a incumbência do Estado de proteção aos seus cidadãos.

O contexto neoliberal tem reproduzido exatamente este tipo de estratégia, isto é, promover a autonomia do sujeito, incentivar a individualização da vida como forma de aprimorar o controle sobre os indivíduos, que em última instância se auto-regulam. O avanço tecnológico aliado às práticas sociais contemporâneas acabam por originar um

“panoptismo virtual¹³” que propõe um sujeito cujo *alter ego* continua sendo ele mesmo. É portanto, dominado e dominador de si mesmo, disputando o poder em incansáveis e intermináveis batalhas íntimas entre seus ímpetos individuais, naturais e pessoais e seu autocontrole construído, forjado e disciplinado sob a tutela da governamentalidade (FOUCAULT, 1993).

A responsabilidade dos níveis de segurança pessoal desfrutados diariamente, recairá sobre os próprios indivíduos, num processo que Hunt (2003) denomina de **responsabilização**. Este processo exige o engajamento do indivíduo num empreendimento ético-moral¹⁴ de si mesmo, que permeia sobretudo a esfera privada da vida e envolve as relações afetivas e sociais, imprimindo-lhes novo significado.

A responsabilização corresponde portanto, a uma permanente moralização de aspectos da vida cotidiana, impondo responsabilidades específicas aos indivíduos, associadas à sua própria conduta ou comportamento.

Essa moralização, por sua vez, conduz a proliferação da regulação burocrática na vida diária, bem como a expansão das responsabilidades que sobrecarregam o indivíduo. Isso significa que a responsabilização atua em dois níveis: o nível normativo que estabelece parâmetros para que indivíduos, grupos ou instituições possam avaliar suas condutas; no nível moralizante, abre espaço para que outros enquadrem os indivíduos nestes padrões, a despeito destes sujeitos aceitarem ou não essa responsabilização (HUNT, 2003).

Em oposição à disseminação do risco e a crescente pressão da responsabilização sobre os indivíduos, surge uma reação que Hunt (2003) denomina **desresponsabilização**;

¹³ Panóptico, no sentido colocado por Foucault quando analisa as estratégias de poder disseminadas na sociedade.

¹⁴ Mudanças de comportamento em função, por exemplo, dos riscos do tabagismo ou do sexo inseguro, geraram um processo de moralização de determinadas instâncias sociais, que pressionam os indivíduos e adotarem certas atitudes (ainda que aparentemente) sob pena de serem alvo de críticas, de constrangimentos, repressão e até mesmo de exclusão e discriminação social.

isto é, os indivíduos negam, recusam sua própria responsabilização e passam a atribuir a culpa e responsabilidade a outros.¹⁵

Outro mecanismo de desresponsabilização que expressa similitudes com o primeiro, é o processo de vitimização¹⁶, cuja culpa e responsabilidade são delegadas a terceiros. O mais importante neste mecanismo é que o risco serve como discurso legitimador na busca da normatização sobre os outros e harmonização com os projetos de regulação moral.

Hunt (2003), bem como outros autores, discute também o papel do discurso do risco nas tecnologias governamentais. O aspecto mais positivo da governamentalidade estaria na atenção dispensada à interação entre as práticas de governar outros e governar a si próprio. Essa abordagem coloca o risco como um conceito produzido socialmente. Dessa forma, não existiriam forças, situações ou eventos externos que forcem a sociedade a reagir e responder ao risco. O risco passa então a ser entendido como uma estratégia, uma técnica de controle das populações e de governo das sociedades.

Em suma, a força do conceito de governamentalidade consiste justamente no fato de que ele permite entender o neoliberalismo não apenas como retórica, mas sobretudo como um projeto político, cuja racionalidade se expressa pela intervenção direta - empoderamento e aparato especializado do Estado - bem como pelo desenvolvimento de técnicas indiretas que conduzem e controlam os indivíduos, sem no entanto tornar-se responsável por eles. Essas técnicas buscam incrementar a responsabilização do indivíduo que deve se apresentar como flexível e adaptável.

¹⁵ Muito comum na sociedade americana, essa estratégia consiste em transferir a responsabilidade daquele que possui o comportamento de risco para aqueles que fornecem os meios de promover a atividade. Como exemplos dos mais absurdos, o autor cita o empregado que reclama compensações por ter sofrido um acidente de carro após participar de uma festa na sua empresa, onde foi servida bebida alcoólica.

¹⁶ Difere do primeiro mecanismo, principalmente pela oposição que se constrói entre a “vítima inocente” e o “ofensor” num processo que glorifica os valores de um e diminui os do outro.

O Estado incorpora portanto, uma forma de poder individualizadora e totalizadora. As técnicas individualizadoras referem-se a objetivação do sujeito através das chamadas práticas divisórias¹⁷ representadas pela moralização da vida cotidiana e a conseqüente normatização e padronização de comportamentos e atitudes. As técnicas totalizantes surgem a partir de conexões que se estabelecem entre o indivíduo e o Estado durante o século XIX, hoje alteradas pelo projeto neoliberal (RABINOW, 1999).

A responsabilização, normatização do comportamento individual, a moralização do risco na vida cotidiana, são alguns dos fatores que influenciam e contribuem para a propagação das estratégias de controle social envolvendo grupos de interesse da sociedade civil organizada. Em última instância, estes mecanismos de controle social influenciam as formas de participação cidadã democrática.

1. 5. Participação.... só com responsabilização!

A participação cidadã, ou comunitária como definem alguns autores, não é um fenômeno novo. Sua singularidade, entretanto, traduz-se pelas características que adquiriu ao se desenvolver em torno de um novo paradigma, o paradigma ambiental, ou melhor dizendo, em torno da temática da saúde ambiental.

Nos modelos democráticos hegemônicos vigentes principalmente na Europa do pós-guerra, a participação estaria reduzida à representação elitista e a supervalorização dos mecanismos de representação.

Autores como Renn et all (1995) não fazem distinção entre participação pública, cidadã, política ou comunitária. Entendendo a participação como algo que é dado,

¹⁷ As praticas divisórias mais comuns eram o isolamento de leprosos na Idade Media, confinamento indiscriminado dos pobres, dementes e vagabundos durante o século XVII ou as classificações de doenças e práticas da medicina clínica no início do século XIX.

constituente da realidade empírica, estes autores voltam suas preocupações para a necessidade de avaliar os mecanismos e instrumentos de participação e sua eficácia.

Essa concepção de participação se ajusta àquela focada neste trabalho, que envolve uma articulação entre segmentos sociais comunitários e o segmento industrial, sem necessariamente alcançar o âmbito do espaço público e sem o envolvimento direto do Estado. Trata-se de articulações entre população e outros segmentos detentores do poder, que passaram a ser monitorados, controlados, vigiados e questionados sobre suas atividades.

Mesmo os países ditos de terceiro mundo, submetidos a regimes ditatoriais e sofrendo atrasos no seu processo de democratização, também desenvolveram mecanismos de participação, em muitos casos, similares àqueles usados nos países centrais. Isso equivale dizer que alguns desses mecanismos foram assimilados de outras culturas e por vezes resignificados dentro da realidade própria de cada país.

Desta forma, é legítimo indicar as concepções de Renn et al (1995) como perfeitamente cabíveis à realidade que aqui analisamos, até mesmo porque, o objetivo maior deste trabalho é avaliar um destes mecanismos, importado de outra realidade pelo efeito globalizante das denominadas políticas voluntárias, em si mesmo um mecanismo participativo.

O fenômeno da participação direta envolve, em sua complexidade, indivíduos ou grupos de indivíduos no âmbito dos governos ou dos negócios privados, abrangendo desde a participação nas instituições governamentais, como no caso dos conselhos de saúde, até a sofisticação do controle social, exercido por grupos de interesse e organizações.

Ao contrário dos clássicos movimentos sociais, estruturados a partir de um apelo coletivo e da identidade de grupo ou de classe, a participação direta parece surgir de um

chamamento à consciência individual, embora ele possa representar os interesses de uma coletividade. (GONH,1997)

Os movimentos sociais são também entendidos como importantes catalisadores de profundas mudanças sócio-históricas, sendo responsáveis por transformações estruturais dentro das sociedades, como as promovidas pelo movimento hippie de contra-cultura, sem falar no importante papel desempenhado pelo movimento feminista e movimento operário.

A participação, por outro lado, não reivindica necessariamente transformações tão poderosas, mas se constrói sobre o direito democrático de participar, direito reconhecidamente inquestionável e inalienável do cidadão nas democracias ocidentais. O que está em jogo são as formas de participação e sua eficácia.

Ao tempo em que os movimentos sociais eram e são marcados pelo signo do protesto e do conflito, a participação, numa perspectiva mais contemporânea, tem como um dos seus principais objetivos a criação do consenso, onde as vontades individuais devem ser conduzidas de tal forma que produzam uma vontade coletiva, ao menos teoricamente.

Por outro lado, o desenvolvimento tecnológico agregou ainda maior complexidade às temáticas submetidas aos processos decisórios, colocando em cena os conhecimentos especializados, fundamentais às tomadas de decisão e responsável pela ampliação do poder daqueles que detêm o conhecimento técnico-científico (TEIXEIRA, 2001).

Na moderna concepção da relação sociedade-estado, esse conjunto de novos atores sociais (ongs, instituições, grupos de interesses, etc.) passa a usar o *controle social* como instrumento para o exercício da vigilância sobre o Estado. A utilização deste mecanismo tem se estendido a outros setores sociais, tais como a iniciativa privada, em

função da globalização da economia e do impacto do desenvolvimento tecnológico sobre os recursos naturais (CARVALHO, 1995; TEIXEIRA, 2001)

Uma das dimensões do *controle social* consiste na responsabilização dos agentes institucionais, sejam eles estatais ou não, a partir de um conjunto de princípios éticos e de leis, que devem reger a ação e as práticas dos diversos setores sociais. Teixeira (2001) entende que há aqui uma noção de soberania popular no sentido de se poder exercer o controle permanente sobre os mandatários eleitos, ampliando o poder estabelecido através do voto.

Na sociologia clássica, a idéia de controle social pode ser encontrada nos textos de Durkheim, onde as normas sociais têm a função de constranger o indivíduo, permitindo a convivência em sociedade. Bobbio (2004) identifica duas formas de controle: externos e internos.

O controle externo se expressa como mecanismos que são acionados quando os indivíduos transgridem as normas dominantes – sanções, punições, ações reativas. Já os controles internos, fazem parte do processo de socialização do indivíduo e compreendem as normas, valores e metas sociais consideradas fundamentais para a manutenção da ordem social. É essa estrutura normativa que, grosso modo, permite a reprodução e continuidade da própria sociedade.

O controle social também é usado pelos grupos marginais, reacionários ou contestadores, que são regulados por normas consolidadas através de claros mecanismos de controle. Essa condição irá garantir a ação desses grupos contra interferências indesejáveis da sociedade. (BOBBIO, 2004)

Entretanto, este conceito se sofisticou e hoje, além de atuar sobre o Estado, tem estendido sua ação sobre o mercado e o sistema econômico através do poder de consumo,

onde o indivíduo exerce seu direito de escolha, adquirindo bens produzidos a partir de princípios éticos contrários a violação dos direitos humanos e/ou que não sejam ambientalmente agressivos. O consumo de produtos orgânicos (livres de agrotóxicos ou substâncias outras agressivas), principalmente nos países centrais, tem crescido significativamente. Outro sinal importante desse efeito são as certificações, que garantiriam o padrão de qualidade do produto em suas diversas dimensões: técnica, ética, ambiental, etc.

O que com certeza vale questionar é até onde a participação nas suas mais variadas formas, não foi ou tem sido, resignificada pelo neoliberalismo, transformando senão todos, pelo menos alguns dos modelos de participação em estratégias de antecipação que permitem o controle e a manutenção do poder entre as elites dominantes.

Esse questionamento nasce de uma outra indagação importante que é saber se a participação cidadã é eminentemente um veículo de mudanças e que tipo de mudanças propõe realizar.

Segundo Paes Machado (1987, p.27) *participar é fazer parte integrante de todo um processo de desenvolvimento, cujas características são sociais e o qual supõe decisões políticas que possam levar a uma transformação progressiva em todos os níveis da conduta institucional.*

Em parte essa afirmação responde a questão, se entendemos a participação como a possibilidade, mesmo não atuando nos níveis decisórios, de se caracterizar como um meio de influenciar, pressionar ou demandar mudanças. O acesso à informação que vem ocorrendo mais recentemente, tem sido considerado um passo importante para a participação (RENN et al,1995).

Nos EUA, o *Toxics Release Inventory* (TRI) tem *empoderado* organizações cidadãs e grupos ambientais, evidenciando a necessidade de participação efetiva. Similarmente, a Comunidade Européia promulgou diretivas para todos os Estados membros, que estendem o direito do público estar mais bem informado sobre riscos e se tornar mais envolvido na administração dos perigos locais.

Partindo da perspectiva histórica de que a prática da participação em alguns países europeus derivou do movimento trabalhista e que nos Estados Unidos ela se confunde com o próprio nascimento da nação, a participação se expressa em fóruns destinados à troca e, organizados com o propósito de facilitar a comunicação entre governo, cidadãos e grupos de interesses. Essa definição se aplica a alguns modelos tais como ouvidorias públicas, reuniões públicas, grupos focais, surveys, conselhos comunitários consultivos, referenduns (plebiscitos) dentre outros. (RENN et al,1995)

Estando a participação intrinsecamente ligada ao controle social e marcada, na sociedade contemporânea, pelo consenso, cabe atentar para certas categorias subjacentes, como o poder, cujo exercício tem se efetivado principalmente através da persuasão, obtida com a manipulação da informação (saber) dirigida pela vontade (querer) e interesses. Estes elementos apresentam uma serie de conexões, que se manifestam em duas dimensões constituídas pelo contexto micro-social local, parte de uma macroestrutura global.

São estas conexões, manifestações, dimensões e imbricamentos que pretendemos desvendar ao longo deste trabalho.

Capítulo II

METODOLOGIA

2.1. A pesquisa de campo.

Esta pesquisa se propõe a analisar uma forma de participação popular que tem sido considerada efetiva e promissora por alguns setores sociais. Analisar ou avaliar a prática de um determinado instrumento concebido com características e funções pré-determinadas, requer não apenas a escolha de um aporte teórico adequado, mas sobretudo, a utilização de indicadores eficientes que possam de alguma forma “mensurar” se essa participação se verifica, em que grau, em que situações e sob quais condições.

Um dos principais e mais contundentes indicadores é a redistribuição de poder entre participantes que se relaciona com o grau de autonomia, mobilidade e poder de decisão dos sujeitos membros deste conselho.

Para avaliar mais precisamente o grau de redistribuição de poder dos participantes tomamos como modelo a tipologia apresentada por Arnshtein (1969) que será discutida em capítulo à parte. Essa tipologia foi construída sob a forma de uma escala de níveis dispostos em ordem crescente, de acordo com o grau de empoderamento dos participantes (Figura 02).

Além da distribuição de poder como principal indicador para avaliar a eficácia deste mecanismo pode-se ainda acrescentar outros critérios auxiliares tais como o acesso à informação, confiança entre participantes, relações interpessoais e com o tecido social, legitimidade dos pontos de vista e interesses de forma a se alcançar um consenso, principal via pela qual geralmente opera este tipo de mecanismo (ASHFORD et al, 1999).

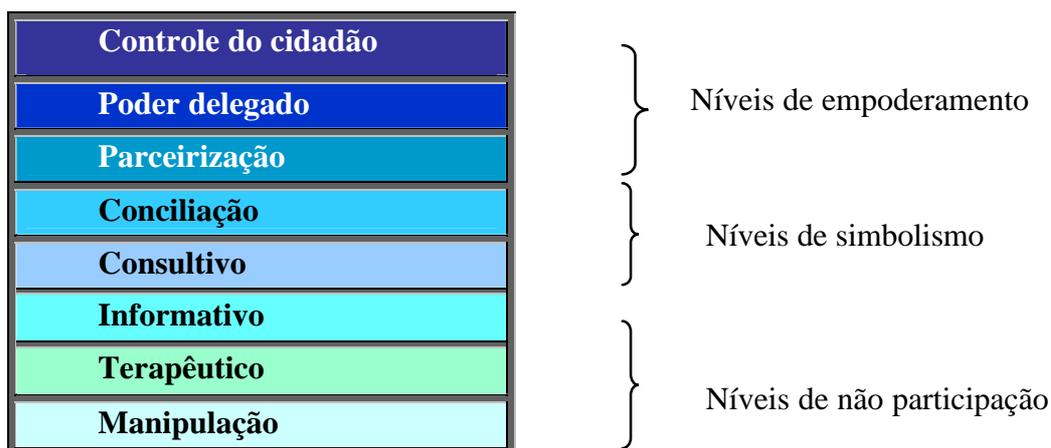


FIGURA II: Níveis de participação quanto à distribuição de poder

Fonte: ARSNTEIN, S: *A Ladder of Citizen Participation*," JAIP, Vol. 35, No. 4, July 1969, pp. 216-224

Estes critérios foram abordados na entrevista estruturada. O roteiro de entrevista foi elaborado a partir dos aspectos delimitados nos objetivos específicos e em consonância com o objetivo geral. Assim, o roteiro foi dividido em 3 grandes blocos de questões, que versam sobre os conselheiros e suas atividades, a estrutura e dinâmica do conselho e por fim o bloco de questões gerais sobre a relação Pólo / comunidade (Anexo A).

No primeiro bloco estão contidas perguntas que permitem construir um perfil dos entrevistados, das redes de relações entre conselheiros, da função desempenhada pelos conselheiros além da história de militância de cada um destes indivíduos. O segundo bloco aborda questões que envolvem o funcionamento do conselho, tais como construção das pautas, características e dinâmica das reuniões e aspectos das relações entre o conselho e as instâncias por ele representadas.

Por fim, no terceiro bloco se concentram as questões gerais que envolvem perguntas relativas à qualidade de vida dos habitantes das duas comunidades e arredores, exposição aos riscos e poluição, contribuições, mudanças e conquistas efetuadas pelo conselho, sua importância para a comunidade e suas metas futuras.

As entrevistas foram realizadas com 17 conselheiros e ex-conselheiros durante o período de fevereiro a setembro de 2002, dedicando-se cerca de 2 horas a cada entrevistado. Embora estruturada, a entrevista foi preparada para permitir ao entrevistado certa liberdade de expressão, já que parte de sua história de vida deveria ser conhecida e relacionada com a sua presença no conselho.

Inicialmente o objetivo era entrevistar a totalidade dos 20 membros do conselho além de alguns ex-participantes. Como é de praxe nas pesquisas de campo, imprevistos e obstáculos se interpuseram neste caminho, não permitindo que a meta inicial fosse atingida.

Alguns dos conselheiros esquivaram-se dessa tarefa, postergando interminavelmente os encontros. A possibilidade de algum tipo de comprometimento foi o temor mais freqüentemente manifestado, embora nunca de forma explícita. Alguns, compromissados com lideranças políticas locais, só se sentiram à vontade depois de garantir a participação do líder. Em alguns casos o desconforto era tal, que foi proposto pelo próprio conselheiro(a) a realização da entrevista em conjunto com o líder.

Outros expressavam, através de uma resposta reticente, uma evasiva, ou através do gestual facial e corporal, certo constrangimento diante da situação embaraçosa de ser compelido a expressar sua opinião ou posição.

Em suma, a construção do próprio discurso demandava habilidade, segurança e destreza para o enfrentamento dessa situação, que lhes colocaria, frente à perguntas supostamente embaraçosas, ou lhes induzisse a fazer declarações avaliadas como comprometedoras. Aqueles que se sentiam com liberdade e autonomia para contribuir com a pesquisa, externaram durante as entrevistas, a submissão deste grupo mais dependente.

Ainda que as entrevistas só fossem realizadas após consentimento e esclarecimento prévio dos entrevistados e depois de dissipadas todas as dúvidas acerca do teor do “Termo de Consentimento Esclarecido” – assinado previamente pelo entrevistado - alguns conselheiros furtaram-se deste contato. Abaixo, a Tabela I apresenta as principais características do grupo entrevistado¹⁸.

Tabela I: Perfil dos entrevistados

<i>Entrevistado</i>	<i>Status</i>	<i>Idade</i>	<i>Escolaridade</i>	<i>Função</i>	<i>Mandato</i>
A.	Representante do COFIC	44	Nível superior	Funcionário do COFIC	1994**
B.	Conselheiro	48	Nível superior	Polícia militar	2000
C.	Conselheiro	52	Nível técnico	Autônomo	1994**
D.	Conselheiro	57	Professora Primária	Professor na rede pública	1995**
E.	Ex-conselheiro	43	Superior incompleto	Autônomo	2000/2002
F.	Ex-conselheira	46	Nível superior	Comerciante	2001/2003*
G.	Conselheiro	29	Superior incompleto	Assessor parlamentar	2001/2003
H.	Conselheiro	45	Nível superior	Professor da rede pública	1994**
I.	Conselheiro	52	Nível superior	Diretora na rede pública	1994**
J.	Conselheiro	38	Nível técnico	Autônomo – ramo de seguros	1994**
K.	Conselheiro	27	1.º grau incompleto	Agricultor	1996**
L.	Conselheiro	48	2.º grau	Aposentado	1994**
M.	Conselheiro	49	Superior incompleto	Vereador	1994**
N.	Ex-conselheira	53	2.º grau	Aposentado	1997/2000
O.	Conselheiro honorário	70	Nível superior	Aposentado	1994**
P.	Ex-conselheiro	50	Nível superior	Funcionário do CRA	1994/1999
Q.	Conselheiro	49	Nível superior	Cargo de confiança na adm. Municipal	2000

* Saiu ainda em 2001, antes de completar o mandato

**Período em aberto já que ainda permanecem na função.

Paralelamente às entrevistas, foi realizada a observação participante nas reuniões do Conselho, no período de dezembro de 2001 a outubro de 2002, perfazendo um total de 5 reuniões que acontecem bimestralmente.

¹⁸ Algumas informações acerca dos entrevistados foram suprimidas a fim de preservar o anonimato..

O acesso às reuniões bem como aos conselheiros não demandou muito esforço. Primeiro entrei em contato com um dos conselheiros mais antigos e influentes, que abriu as portas, inclusive junto aos representantes do COFIC. Não sei, ao certo, se estes indivíduos tinham uma noção exata do peso da minha participação nesta atividade. Ficou claro que estaria participando como convidada, sem direito a palavra, obviamente. Enquanto as entrevistas puderam ser gravadas, nas reuniões só foi permitido tomar notas que juntas com as impressões captadas, foram regularmente registradas no diário de campo.

O final e início das reuniões se apresentaram como oportunidades adequadas para contatar os conselheiros e posteriormente realizar as entrevistas.

Estas reuniões eram sempre precedidas de farto “coffe-break” e encerradas com um almoço nas instalações da empresa que sediava o evento. Eram estas ocasiões, especialmente no *coffe-break*, como pude perceber mais tarde, os momentos onde certas negociações, barganhas e “pedidos especiais” entre conselheiros e entre conselheiros e empresários podiam acontecer.

O propósito de minha presença nas reuniões, era invariavelmente anunciado e ao meu ver, no contexto em que isso era colocado, parecia que eu estava ali para observar o que já estava dado, o que era certo e consumado. Aparentemente pois, deverá causar surpresa e descontentamento a alguns conselheiros e/ou outros sujeitos a análise que consta neste trabalho, podendo ser submetida a severas críticas, ou qualquer outro tipo de ataque que provoque descrédito sobre o uso de informações, má fé durante a coleta dos dados e até mesmo falta de cientificidade da pesquisa, comumente citada pelos incautos quanto se trata de pesquisa qualitativa, onde a subjetividade é confundida com ausência de rigor teórico e empírico.

Ao mesmo tempo que me sentia um tanto ignorada, uma sensação de certo desconforto se instalava em mim. Depois pude perceber que esta sensação estava associada ao fato de que ao se me abrirem as portas, demonstraram que tinham confiança do que ali desenvolvia e que deveria, como outros, ficar encantada, embevecida e agradecida por estar participando e conhecendo tão importante e avançada iniciativa.

O conselho estava habituado a ser referência e modelo para grupos industriais de outras regiões do país que queriam implantar semelhante mecanismo. Não creio que contassem com a possibilidade de se desenvolver uma perspectiva crítica e isenta, embora a admissão de certos limites estruturais e funcionais do conselho sejam entendidos como uma prova irrefutável de isenção no julgamento deste colegiado.

O que se pode daí ajuizar, é que à medida que se tornam mais sofisticados e complexos os mecanismos sociais de hegemonização, mais refinados devem ser as formas de construção crítica que permitam avaliar esses mecanismos sem cair nas suas próprias armadilhas. Diga-se de passagem, que facilmente poderia ter sido envolvido pelo clima de descontração, simpatia, compreensão mútua, diplomacia, eficiência e organização vivenciados no conselho e, cometido sérios equívocos no desenrolar da pesquisa.

O vigor na conquista dessa isenção crítica, foi responsável por um grande esforço de pesquisa. O meu objetivo, desde o início, era produzir um texto cujos resultados fossem mostrados de forma livre e descomprometida, evitando cair numa posição ingênua de visão maniqueísta, onde tudo é produto de uma sociedade capitalista que personifica o mal, ou de um avançado projeto social neoliberal que busca a modernização e superação de si mesmo. Nenhum extremo oferece apelo teórico ou novidades que possam explicar a complexidade que envolve as pesquisas sociais atualmente.

Tabela II: Levantamento de documentos analisados

	<i>Tipo de documento</i>	<i>Fonte</i>	<i>Período</i>	<i>Quant.</i>
1	Atas de reuniões do Conselho	conselheiros	1995/2003	44
2	Reportagens	Sindicato dos Químicos e Petroleiros	2001/2002	34
3	Reportagens	A Tarde	1998/2002	18
4	Reportagens	outros jornais	1994/2002	11
5	Entrevistas	****		17
6	Anotações Observação participante	Diário de campo	2001/2002	6
7	Leis, decretos, resoluções, etc.	Instituições federais, estaduais	1973/2002	25
8	Folders, ofícios, relatórios, documentos eletrônicos, projetos, jornais informativos	Entrevistados, Internet, empresas	1994/2002	56
	Total de documentos			211

Foi utilizado o software *N Vivo* para codificação e análise das atas, diário de campo, alguns documentos e entrevistas depois de transcritas.

No início, devo confessar que fiquei de veras surpresa e bem impressionada com desenrolar das reuniões, com o nível de maturidade, comprometimento e organização que ali era exibido. Essa impressão, entretanto, embora obliterasse minha percepção momentaneamente, não permitindo que visse além das aparências, não chegou a entorpecer meus sentidos, já que continuei a questionar o que se escondia por trás das evidências que eu ainda não conseguia perceber.

Quanto mais evidente ficava a eficiência do conselho, mais eu me questionava acerca de outros atributos que com certeza existiam, mas que ainda não era capaz de captar. Essa experiência foi extremamente significativa para posteriormente compreender como se dá a construção da percepção de alguns membros, alheios a necessidade de formar uma opinião crítica apesar de crerem na isenção de suas idéias.

Cabe registrar que na formação do pesquisador, a orientação adequada e sistemática é fundamental, cujo diálogo se revela instrumento essencial neste processo de descobertas. Sem esse suporte não seria possível transformar essa experiência em conhecimento.

Outro recurso utilizado na obtenção de informações complementares foi a análise de documentos, tais como atas das reuniões do período de 1995/2003, além do Protocolo de Intenções, documento que regulamenta as atividades do conselho, os deveres e direitos dos conselheiros. Auxiliam ainda na análise, relatórios da Empresa de Proteção Ambiental - CETREL e materiais outros, como reprodução e transparências explicativas de acidentes ou exposições efetuadas nas reuniões do conselho, além de panfletos, jornais, cartas e comunicados distribuídos regularmente aos conselheiros (Tabela II).

A análise empírica deve se constituir a partir da qualidade dos dados obtidos, embasados pelo marco teórico. Dessa forma são três os principais eixos em torno do qual se desenvolverá esta análise: a comunicação de risco que constitui o cerne das reuniões; a construção do consenso e banimento do conflito propagados como uma das mais importantes virtudes do Conselho; constrangimento da autonomia evidenciado pela tutoria do COFIC sobre o Conselho. Várias subcategorias de risco (poluição, acidentes, saúde ocupacional, segurança, etc.) reunidas sob as categorias maiores de qualidade de vida e saúde ambiental produzem as conexões entre estes eixos (Figura III).

Os capítulos a seguir foram estruturados a partir dessa perspectiva. Após a contextualização sócio-histórica do objeto empírico, será a vez de desvendarmos o significado da categoria qualidade de vida. A partir daí serão priorizados os aspectos de funcionamento do conselho, sua estrutura e dinâmica, bem como as complexas teias de

relações que se estabelecem entre o conhecimento e o poder nas suas diversas dimensões e nuances, como a construção do consenso e da autonomia.

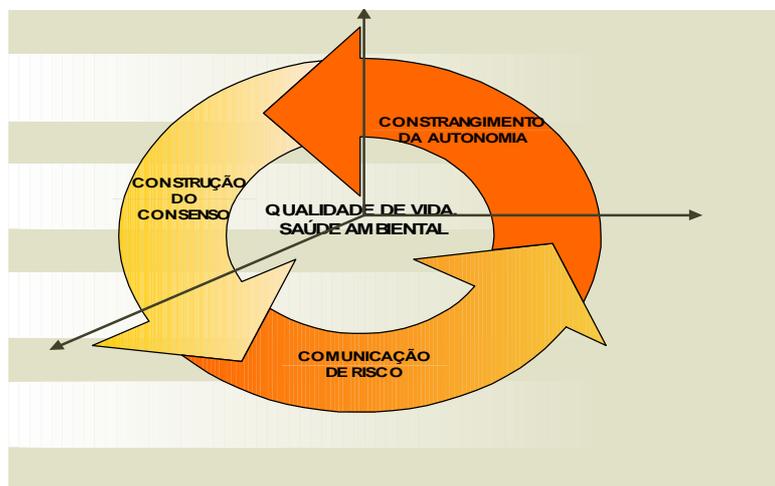


Figura III: Esquema Analítico

2.1. Intermezzo ou uma segunda fase?

A fase posterior, embora tumultuada e pontuada por imprevistos, foi crucial para a continuidade da pesquisa e para o desenvolvimento da minha formação.

Finda a pesquisa de campo – setembro de 2002, dei início a organização e compilação dos dados. Em novembro de 2002 embarquei para os Estados Unidos para o doutorado sanduíche na *University of Massachusetts – Lowell*.

Durante aproximadamente 10 meses mantive contato com professores e colaboradores do *Work Environment Department*, além de alguns visitantes eventuais.

Embora o *Responsible Care Program* não constasse como prioridade na pauta da academia norte-americana, foram esclarecedores os contatos e leituras realizadas, já que a ordem de preocupações e problemas que surgiram se contrapunham as interrogações que eu então carregava.

Iniciei esse período recolhendo todo material pertinente a pesquisa. Paralelamente dei continuidade à compilação dos dados. Essa junção de tarefas mostrou-se extremamente profícua, pois à medida que manipulava os dados, algumas questões se interpunham conduzindo-me à procura de informações que ajudassem no seu esclarecimento.

Percalços espinhosos dessa jornada de além-mar não tardaram a aparecer com toda força, testando a minha capacidade de superação e determinação. Foram tempos difíceis, muito difíceis, que minaram minhas forças, desaceleraram meu ritmo de trabalho e me levaram a quase desistir dessa empreitada.

Mesmo envolvida por um redemoinho de acontecimentos, consegui dar continuidade ao trabalho e com a ajuda dos meus orientadores, conclui esta etapa da minha formação elaborando o esboço de um artigo para publicação.

O *Work Environment Department* tem suas linhas de pesquisa centradas na epidemiologia e só recentemente vem realizando uma maior aproximação das ciências sociais. Apesar dos avanços da sociedade americana e dos atrasos que nós, oriundos de países “periféricos” estamos sujeitos, a formação acadêmica oferecida por algumas instituições brasileiras está num patamar de igualdade e é por vezes superior a de seus pares americanos.

A pesquisa americana parece ter sido afetada por um certo pragmatismo que a caracteriza como uma pesquisa com fins aplicativos. O ritual de defesas de teses e dissertações parece definir bem este perfil quando se enfatizam as contribuições que esses estudos podem oferecer na busca de soluções. No nosso território acadêmico, ao contrário, continua a prevalecer o modelo de inspiração positivista, cujo entendimento de produção científica passa pela idéia de compreensão e análise das diversas dimensões do objeto desde que não haja proposta de intervenção.

Embora o *Work Environment Department* venha realizando uma aproximação mais recente com as Ciências Sociais, há claros indícios de uma maior abertura e proximidade da sociedade e seu cotidiano do que as instituições brasileiras que ainda se firmam como o *locus* por excelência, da elite intelectual, detentora do conhecimento.

Assim descobri posteriormente que o *Responsible Care Program* parecia não ter nenhum sentido para aquelas pessoas, já que as formas e modelos de participação comunitária em curso, superam nossa ainda incipiente porém rica experiência.

Como então falar ou questionar sobre um modelo de certa forma ultrapassado? Passei a ouvir e observar em vez de perguntar.

Essas diferenças aliadas às dificuldades iniciais com a língua se mostraram frutíferas, pois fui forçada a rever as minhas indagações e a repensar minhas perguntas. Após algum tempo nessa tentativa de compreender e redimensionar o objeto e objetivos, sobreveio o desmoronamento das minhas exíguas certezas. Afinal o que significava aquela pesquisa? Quais eram seus reais objetivos? Onde pretendia chegar? Que contribuição desejava fazer?

Responder estas e outras questões demandou um grande esforço que não se esgotou completamente. Algumas indagações permanecem, outras se aprofundaram e algumas talvez nunca possam ser de todo extirpadas.

De volta ao Brasil, iniciei a redação da tese, mas os problemas se agravaram e as dificuldades se acumularam de tal forma que fui obrigada, por ordens médicas, a me afastar temporariamente daquela tarefa.

Durante todo o ano de 2004, algumas tentativas de retorno foram mal sucedidas. A tese se confundia com problemas de ordem pessoal. A possibilidade de entrar em contato com ela, era o suficiente para me fazer sentir nauseada, doente. Não conseguia

mais visualizá-la inteira, não percebia sua unicidade. Produzia mecanicamente os capítulos sem saber ao certo como transformá-los em um trabalho coeso. Havia perdido completamente o interesse, o envolvimento.

O trabalho que era uma continuidade de mim desde sua concepção, que foi pensado e acalentado prazerosamente durante os dias e as noites a ponto de tornar-se visceral, havia se tornado estranho, enfadonho, incomodo e amorfo.

O esforço para retomar o trabalho foi hercúleo e demandou um tempo maior que o imaginado. O compromisso comigo e o assumido junto à pós – graduação, além da disciplina adquirida ao longo dos anos de trabalho acadêmico, foram fundamentais para o reinício deste processo, já que as motivações de ordem interior estavam completamente adormecidas.

Ao longo dos dias, conversas com meu orientador, leituras e reencontros com alguns informantes foram adubando lentamente minhas motivações que recobriram sua força. A tese começou a tomar forma, unicidade, personalidade. Por fim o objeto e objetivos parecem ter se revelado em sua plenitude, proporcionando uma análise mais consistente e elaborações mais interessantes.

Capítulo III

RESPONSIBLE CARE: FATOS E MITOS

3.1. Origens do Responsible Care.

O *Responsible Care* - RC é um programa criado no Canadá, pela *Canadian Chemical Producers Association* – CCPA e adotado pela *Chemical Industries Association*, desde 1989. Atualmente está em vigor em mais de 40 países com indústrias químicas em operação. Seu principal objetivo é [...] *ganhar a confiança do público de forma a assegurar o licenciamento que permita as empresas do setor continuar a operar de forma segura, lucrativa e com o compromisso de preservar os interesses das gerações futuras* (ABIQUIM, 2001 Disponível em: <http://www.abiquim.org.br/>. Acesso em: 06/08/2001).

Desde sua criação, o *Responsible Care* – RC, tem sido alvo de controvérsias, principalmente acerca dos seus reais objetivos. Seus fundadores afirmam que este programa foi pensado como *uma mentalidade – uma forma de pensar*¹⁹, concebido como uma solução doméstica para um problema doméstico, mas acabou tornando-se um processo, pelas mudanças que produziu na cultura industrial.

Ao buscar reconstituir a história do *Responsible Care*, J. Arthur O'Connor (2002)²⁰ constrói um texto quase épico, baseado em entrevistas com alguns dos mentores do programa e em minutas das reuniões. São enfatizados principalmente o sacrifício, a diligência, o esforço e idealismo daqueles que se empenharam em proporcionar mudanças estruturais na cultura da indústria química da época.

¹⁹ “*It is a mentality – a way of thinking*”

²⁰ Disponível em , <http://www.ccpa.ca>

O autor pretende demonstrar que essas transformações - ocorridas no setor químico industrial - não foram exatamente provocadas por fatores exógenos, e sim frutos de uma tomada de consciência das mudanças necessárias ao papel desempenhado pela indústria química que se faziam prementes.

Segundo O'Connor (2002), existe uma percepção geral de que o RC é uma consequência do acidente de Bhopal. Embora não negue os efeitos alarmantes desta tragédia sobre a indústria química mundial, alega que já havia, desde 1977, uma mobilização da CCPA que havia aprovado a formação de um grupo *ad hoc* encarregado de produzir um relatório sobre as políticas de gerenciamento de riscos. O grupo desenvolveu uma série de recomendações e sugeriu a criação de um guia de princípios.

Esta época porém, coincide com um período onde os efeitos das substâncias químicas sobre a saúde e segurança, passam a ser alvo de atenções tanto do governo quanto de outros segmentos sociais que começam a exercer uma pressão maior e mais organizada sobre as atividades das indústrias químicas.

Esses fatos dão sustentação à hipótese de que as forças catalisadoras da criação do RC e que em grande parte definiram seu perfil, são de caráter exógeno, contrariando o tom do texto que pretende fazer crer que a mudança de atitude do setor químico, foi fruto de uma atitude voluntária mais do que resultado das pressões externas.

Durante quase uma década, o *Responsible Care* resumiu-se ao guia dos princípios diretivos, já que neste intervalo de tempo, nenhuma necessidade justificou seu desenvolvimento. Foi apenas em 1983 que estes princípios diretivos apareceram formalmente.

O acidente de Bhopal (1984), entre todos, foi o que mais afetou a percepção pública sobre a indústria química no mundo. Imediatamente após o evento, uma torrente de

telefonemas da mídia e do público em geral querendo saber se um acidente como este poderia ocorrer no Canadá, invadiram o escritório do CCPA. É portanto, esta tragédia que funciona como catalisador deste processo de auto-regulação iniciado pela indústria química canadense.

Uma das primeiras resoluções do conselho do CCPA, foi rever os programas de segurança industrial de cada companhia, para identificar qualquer fragilidade potencial, a despeito destas práticas serem ou não confiáveis. A primeira ação foi aprovar a instalação de um grupo, formado pelos melhores especialistas das companhias membros do CCPA, sob coordenação do *Technical Management Committee* TMC, para desenvolver um sistema de auditoria seguro. Foi produzido um documento intitulado *Safety Assessment Prozesse*, composto de 2 partes: programas internos relacionados às plantas industriais e programas para além das cercas da fábrica.

O foco inicial era a produção de documentos para os processos de avaliação de segurança. O primeiro impasse foi vencer a resistência das companhias em relatarem informações internas confidenciais.

O'Connor (2002) afirma ainda que a dinâmica política da época, colocava a produção do setor químico em perigo, com um violento ataque legislativo, além de um público cada vez menos simpático à indústria química. Uma pesquisa de opinião confirmava que havia uma crise de confiança do público nas habilidades do governo e da indústria quanto ao gerenciamento de suas responsabilidades ambientais.

Entretanto os membros do conselho do CCPA mostravam opiniões ainda divergentes sobre a situação externa. A *Decima Research* - empresa de consultoria canadense, foi convidada a apresentar os dados sobre a percepção pública da indústria química que havia coletado. Por fim, concluíram que a preocupação do público recaia

sobre “*quem fazia o que*”, ou seja, as ações que eram efetivamente tomadas e não sobre as questões de poder.

O relatório elaborado pela *Décima Research*, iniciava-se com a seguinte declaração:[...] *os resultados desta pesquisa nacional, mostraram que a indústria química canadense enfrentou a mais difícil e desafiante atitude pública que a Decima já registrou em relação a qualquer indústria*²¹ (O’CONNOR, disponível em: <<http://www.ccpa.ca>>. Acesso em: 17/12/2002).

Calcados nestas evidências, o CCPA decidiu estabelecer prioridades que gerassem “efeitos rápidos”. Motivados pela percepção pública sobre a indústria química, a CCPA aprovou, além do investimento para um estudo quantitativo acerca das atitudes públicas em torno da indústria química, um conjunto de iniciativas dentre as quais destacava-se a aceleração da implementação do *Responsible Care*.

A partir daí, começou a se desenvolver os códigos de prática, que igualmente aos princípios diretivos, deveriam refletir ética e atitude. A abordagem utilizada era observar cada estágio do ciclo de produção e avaliar seu gerenciamento. Os códigos eram então planejados para preencher as lacunas encontradas.

A aproximação com o público foi precedida de desconfiança e temor por parte de membros integrantes do CCPA. No começo do segundo semestre de 1986, contudo, a pressão interna foi suficiente para garantir o esforço de iniciar este contato com o público. Ficou então decidido que o estudo sobre opinião pública, levado a cabo, pela *Decima*, poderia fornecer à mídia “*novos ganchos*”²² e as bases do *Responsible Care*.

²¹ This national survey’s results find the chemical industry in Canada faced with the most challenging and difficult public attitudes which Decima has ever measured relative to any industry.”

²² “news hook”. Expressão usada por O’Connor no seu relato.

Numa conferência com a imprensa, foi divulgado o resultado sobre a pesquisa. Em seguida, num *tour* às maiores cidades do Canadá, foram efetuados contatos e divulgado o *Responsible Care*. A imprensa saiu da neutralidade para adotar uma atitude positiva.

No seu relato, O'Connor (2002) destaca que o processo de abertura e o diálogo público significou uma mudança de paradigma. A indústria sai de uma posição de domínio passivo para redesenhar suas estratégias e assumir uma atitude de domínio ativo.

Parte das iniciativas voltadas para o público, o conselho comunitário foi originalmente visto como uma fonte de informação de opiniões das preocupações públicas emergentes ou potenciais sobre saúde e meio ambiente. Era esperado que essas informações pudessem subsidiar os membros da associação em suas práticas e nas mudanças que pudessem ser feitas por eles, embora afirmassem veementemente nunca terem utilizado esse expediente como meio para influenciar as atitudes dos membros dos conselhos comunitários ou da comunidade. Os membros haviam sido escolhidos a partir das diferentes áreas de interesse e não porque pertenciam a algum grupo em particular.

O CCPA decidiu que mostrar os resultados do *survey* sobre a opinião pública poderia ser uma demonstração da confiança do CCPA no conselho comunitário. Os resultados foram apresentados ao painel²³ sob a condição de que aqueles membros deveriam manter a informação confidencial e o acordo de que, eventualmente, estes resultados poderiam ser tornados públicos.

Os códigos de prática também foram apresentados ao conselho comunitário para testar se suportariam um escrutínio externo e ao mesmo tempo identificar fragilidades potenciais.

²³ Os conselhos eram denominados, neste período, de painéis consultivos.

Se o processo iniciado fosse bem sucedido, a associação – CCPA – estaria preparada para ouvir o conselho e fornecer respostas razoáveis e cuidadosas, ao invés de tentar convencê-los de que sua visão era errada.

Finalmente os princípios diretivos, preâmbulos, códigos, declaração de compromisso e um formulário de planejamento de eventos, foram consolidados num documento intitulado *Codes of Practice Commitment Package*. A expectativa era de que os membros do CCPA, exceto os novos, implementassem o programa até final de 1992.

Informações complementares sobre o *Responsible Care*, seu processo de desenvolvimento e implantação podem ser obtidas através da organização não-governamental americana *Environmental Working Group* – EWG.

O site <http://chemicalindustryarchives.org/dirtysecrets> disponibiliza documentos conseguidos judicialmente, tais como minutas de reuniões que revelam os bastidores. As diferentes versões referentes aos objetivos e metas do RC mostram disparidades mais na interpretação dos fatos do que por informações controversas.

Como a própria indústria dá a conhecer, as pesquisas de opinião realizadas mostraram que apenas 14% dos americanos eram favoráveis a indústria química, posicionada imediatamente após a indústria de tabaco, menos confiável aos olhos do público.

Em face as evidências dos danos causados à saúde e ao ambiente, houve uma crescente reação por parte dos ativistas e um endurecimento da regulamentação legal, o que teria obrigado a indústria a tomar uma ação direta, focada principalmente numa campanha maciça para incrementar sua imagem pública.

Foi o chefe executivo da *Union Carbide*, lutando para conter as conseqüências advindas do acidente em Bhopal (1984) que convenceu a *Chemical Manufactures*

Association – CMA dos Estado Unidos, em 1987, a adotar uma campanha de imagem, modelada a partir daquela usada pela *Canadian Chemical Companies*. – CCC. O programa foi chamado de *Responsible Care*.

Documentos internos do CMA mostram claramente que o conceito de compromisso para promover a imagem da indústria química era baseado nos resultados obtidos a partir das pesquisas de opinião e grupos focais realizados pelo setor industrial e não representavam necessariamente uma ampliação do senso de responsabilidade da indústria.

Nessa perspectiva, o *Responsible Care* era e permanece sendo um esforço de relações públicas para polir a imagem da indústria. Durante o ano de 1990 foram gastos entre hum e dois milhões de dólares na implementação do RC e mais de dez milhões de dólares em propaganda sobre o programa. A publicidade proclamava o guia de princípios diretivos do *Responsible Care* que incluía:

1. Tornar as considerações à saúde, segurança e meio ambiente uma prioridade dos planos tanto para os produtos e processos existentes quanto para os novos produtos e processos.
2. Operar as instalações e plantas de forma a proteger o meio ambiente e a saúde e segurança dos empregados e do público.
3. Participar com o governo e outros segmentos sociais na criação de leis responsáveis e padrões que salvaguardem a comunidade, o local de trabalho e o meio ambiente.

Segundo os documentos e textos disponibilizados pela EWG, os princípios que norteiam o *Responsible Care* seriam lugares-comuns retirados das pesquisas de opiniões e dos grupos focais que serviram apenas para sustentar uma campanha de imagem durante 5 anos; não poderiam portanto, se constituir em altos padrões que pudessem ser abertamente verificados pelo público, cientistas e organizações independentes ou por órgãos

governamentais. Nada do programa obriga ou compromete as fábricas a possuírem metas de redução de riscos químicos ou avaliações objetivas de progresso realizadas por especialistas independentes.

O RC solicita que as companhias recomendem a implantação dos conselhos comunitários como meio para o engajamento no diálogo com a comunidade e líderes de opinião, em reuniões regulares, de forma a ajudar as companhias a antecipar e moldar a opinião pública. Aproximadamente 400 fábricas instalaram estes conselhos.

Esse instrumento tem sua efetividade limitada pelo seu desenho. É formado por membros escolhidos das comunidades - geralmente excluem os ativistas; não tem autoridade de decidir e não tem nenhuma garantia de acesso aos dados sobre a operação da fábrica. Os participantes revelam que as reuniões oferecem apenas uma comunicação de mão única e manipuladora dos consultores contratados pela indústria.

Segundo ainda os documentos disponibilizados no site <http://chemicalindustryarchives.org/dirtysecrets>, o RC, pode ser considerado deficiente a partir de seus próprios princípios, um contra-senso, considerando que a indústria química continua a reproduzir seu padrão histórico de ser dirigida pelo lucro e não por preocupações com a saúde ambiental.

Num *survey*, realizado em 1998 pelo *US Public Research Group*, verificou-se que mais de 75% das companhias publicamente comprometidas com o RC não queriam ou não podiam fornecer respostas às mais básicas questões sobre as substâncias químicas usadas em suas instalações.

Um estudo independente, realizado pela *Wharton School* no ano de 2000, encontrou um crescimento significativo no número anual de acidentes de um grupo selecionado de fábricas químicas americanas: de 157 acidentes em 1994 para 431 em 1998.

Embora a comparação não esteja disponível para períodos mais antigos, nos últimos 5 anos relativos ao período pesquisado, 33 trabalhadores foram mortos em acidentes nas *plantas* e mais de 1800 foram feridos. Ainda neste mesmo período, 141 membros do público em geral foram feridos e mais de 220.000 pessoas foram forçadas a deixar suas residências ou ficarem trancadas em casa por causa de acidentes químicos. Esses eventos totalizaram quase um bilhão de dólares em danos a propriedades.

Entretanto, a julgar pelos objetivos reais – incremento da imagem pública da indústria e o adiamento de novas regulamentações – o RC pode ter conseguido parte daquilo que a indústria química pretendia. Em 1996, o Comitê de Percepção Pública da CMA alegou ter obtido sucesso ao conseguir reverter a opinião pública, após os primeiros 5 anos de implantação do RC.

O *International Federation of Chemical, Energy Mine and General Workers' Union* - ICEM tem feito severas críticas ao RC. O encontro realizado em fevereiro de 1999 foi o início de um diálogo formal entre o ICEM e o *International Council of Chemical Associations* - ICCA, tendo como proposta agregar uma perspectiva verdadeiramente internacional ao RC.

Em abril do mesmo ano o *American Chemistry Council* - ACC, membro norte-americano no ICCA, solapou a tentativa, aparentemente em favor da *Exxon e Dupont*, duas companhias americanas classificadas pelo ICEM como anti-sindicalistas. Fred Higs, secretário geral do ICEM, declarou que [...] *quando os americanos esquivaram-se do processo, muitas outras organizações expressaram seu desapontamento e seu interesse na concepção de um acordo global.*”²⁴

²⁴ “Since the Americans stalled the process, many national employers’ organizations have expressed their regret and their continued interest in the concept of a global agreement.” Declaração dada por Fred Higgs, um dos negociadores do ICEM

Em 1997, um *survey* realizado pelo ICEM indicava que os trabalhadores e seus respectivos sindicatos não estavam amplamente envolvidos ou não estavam bem informados sobre o RC. Um total de 29 sindicatos de 21 países tomou parte nesta pesquisa.

Trinta e cinco por cento (35%) não estavam nem mesmo cientes sobre o programa e isso não se limitava a países em desenvolvimento. Basicamente o Japão, Escandinávia e noroeste europeu foram as localidades onde os sindicatos estavam, de alguma forma, envolvidos com o RC, embora tenham se mostrado extremamente céticos sobre o real valor do programa.

As mais significativas preocupações detectadas na pesquisa foram assim sintetizadas pelo ICEM:

- a) A natureza voluntária do RC pode significar que não ele passa de um exercício de relações públicas.
- b) Existe um sentimento de que o RC não faz mais do que requerer as companhias membros o atendimento aos padrões legais correntes e códigos de práticas.
- c) O RC não parece ter incrementado a imagem pública da indústria química.
- d) Quanto a saúde ocupacional e de segurança no trabalho, o RC recomenda às companhias adeptas do programa apenas que acompanhe e rastreie os acidentes registráveis e as doenças.
- e) O RC pode ser encontrado apenas nos países desenvolvidos. (ICEM: World Unions Set Targets for Global Agreements. (Disponível em: <www.icem.org/upd2000/upd00-49html>. Acesso em: 18/12/2002)

Sendo esta pesquisa realizada em 1997, algumas mudanças serão obviamente encontradas, como as afirmações contidas no item (e). Países como Colômbia, Índia, Filipinas, Indonésia, Marrocos, Equador, Brasil, Turquia, já implantaram ou encontravam-se em fase de implantação de suas respectivas versões do RC (THURLER, 2001).

Além disso, o endurecimento das legislações, a disseminação do ambientalismo, as exigências de mercado e da responsabilidade social corporativa como indicador de eficiência e qualidade, têm pressionado as empresas e companhias a adotarem diferentes

perspectivas de forma a desenvolverem uma cultura organizacional que contemple devidamente a variável ambiental.

Na sua forma atual, o RC é um requisito compulsório para os membros do *Chemical Manufacturers Association - CMA* e *Chemical Industries Association - CIA*²⁵ que se comprometem a apoiar os contínuos esforços para promover a responsabilidade de gerenciamento químico nas indústrias de acordo com os princípios abaixo discriminados:

1. Aperfeiçoar seu desempenho quanto à saúde, segurança e qualidade ambiental através:
 - a) Princípios diretivos – a filosofia do RC. Delineiam o compromisso de cada membro da companhia com a saúde, o ambiente e a segurança no gerenciamento dos produtos.
 - b) Seis códigos de práticas de gerenciamento - o coração do RC. Delineiam as práticas que devem virtualmente cobrir aspectos da manufatura do produto, transporte e manuseio.

2. Ouvir e responder as preocupações do público:
 - a) Conselho consultivo nacional do CMA – um grupo de lideranças ambiental, de saúde e segurança que deve fornecer a perspectiva pública para o RC e suas atividades.
 - b) O programa de alcance público –visa o desenvolvimento de meios para ajudar os membros das companhias a dialogar com o público.

3. Assistência mútua de forma a alcançar um ótimo desempenho:
 - a) Grupos de líderes executivos das companhias membros se encontram regularmente para partilhar experiências e rever progressos no RC.
 - b) Rede de assistência mútua – que foca na rede de comunicações entre companhias de diferentes níveis para auxiliar a implementação de todos os elementos do RC.

²⁵ Atualmente denominado *American Chemistry Council- ACC*

4. Relatar o progresso para o público:

- a) Auto - avaliações fornecerão uma medida do progresso dos membros e serão valiosas ferramentas de gerenciamento.
- b) Medidas de desempenho existentes ou em desenvolvimento devem demonstrar o progresso que os membros do CMA estão atingindo ao implementar o RC.

Estes pontos, em linhas gerais, conformam a estrutura básica do *Responsible Care Program* e fundamentam as versões adotadas nos diferentes países e adaptadas, segundo seus mentores, às realidades locais. A cada dois anos o ICCA edita o *Responsible Care Status Report*, um relatório onde são *apresentadas as tendências gerais do programa e os desempenhos obtidos, além de informações sobre os programas dos diversos países* (THURLER, 2001, p.17).

3.2. Atuação Responsável: a versão brasileira do Responsible Care

No Brasil, a Associação Brasileira das Industrias Químicas – ABIQUIM, desenvolve o Programa de Atuação Responsável, a versão brasileira do RC, adotado em 1992. Entre os principais componentes deste programa, alinhados com o RC, está o conselho consultivo, concebido como instrumento que permite uma aproximação entre as comunidades e os empreendimentos fabris de forma que um espaço de diálogo se construa entre estes segmentos sociais.

A estrutura do **Programa Atuação Responsável** – PAR, é formada por 6 componentes alinhados com o RC. O primeiro destes componentes trata dos Princípios Diretivos que estabelecem os fundamentos éticos que *direcionam a política de ação da industria química brasileira em temas de saúde, segurança e meio ambiente* (ABIQUIM:

Atuação Responsável. Disponível em: <<http://www.abiquim.org.br/>>. Acesso em: 06/08/2001).

Estes princípios, em número de doze, supostamente funcionam como uma base paradigmática norteando as ações das empresas, sendo que a transparência das ações se destaca como um fio condutor que atravessa verticalmente os Princípios Diretivos.

O segundo componente, Códigos de Práticas Gerenciais, são documentos que permitiriam a implementação dos Princípios Diretivos, pois abrangem todas as etapas dos processos de fabricação dos produtos químicos, desde a segurança dos processos, passando pela saúde e segurança do trabalhador, a proteção ambiental, o transporte e distribuição, até o diálogo com a comunidade e preparação e atendimento a emergências.

As Comissões de Lideranças Empresariais, terceiro componente, são os fóruns de debate, onde a troca de experiências entre profissionais e dirigentes das empresas é efetuada. O quarto componente são os Conselhos Comunitários Consultivos.

[...] centro da visão ética está o compromisso com o atendimento às preocupações das comunidades vizinhas às fábricas e do público em geral. Uma forma de procurar estreitar o diálogo entre a indústria química e seus potenciais interessados é a instituição de Conselhos Comunitários Consultivos, do qual participem membros representativos da comunidade e integrantes da indústria. (ABIQUIM: Atuação Responsável. Disponível em: <<http://www.abiquim.org.br/>>. Acesso em: 06/08/2001)

Por último está a Avaliação de Progresso que pretende promover sistemáticas avaliações, inicialmente feitas dentro da própria empresa e posteriormente envolvendo terceiros.

O documento veiculado no website da ABIQUIM deixa claro que o Programa de Atuação Responsável **não** (grifo nosso) é um programa de relações públicas e sim um processo que exige ações concretas.

A aplicabilidade e operacionalização do PAR entretanto, requer uma análise detalhada, principalmente no que diz respeito à relação com as comunidades interna (trabalhadores), externa (comunidades vizinhas) e o público em geral, já que propõe criar canais de comunicação com base na transparência e princípios éticos que envolvem o diálogo, *transmitindo a comunidade, informações adequadas quanto aos riscos a saúde, a segurança e ao meio ambiente de seus produtos e operações* (ABIQUIM: Atuação Responsável. Disponível em: <<http://www.abiquim.org.br/>>. Acesso em: 06/08/2001).

Avaliações críticas acerca deste programa no Brasil são ainda escassas. A maioria das análises é realizada pelas próprias empresas ou pela ABIQUIM que disponibiliza na internet relatórios e informações para o público em geral. Recentemente algumas dissertações de mestrado foram produzidas - Thurler (2001) e Barbosa (2003) por exemplo, mais ainda abordam o programa numa perspectiva muito ampla e pouco crítica. Seus resultados mostram um programa eficiente, confiável e capaz de dar conta dos riscos ambientais, ocupacionais e de segurança. Essa conclusão, se torna ainda mais contundente quando a análise, limitada ao aspecto técnico, não tangencia por exemplo, as questões socioeconômicas, ou os fatores humanos envolvidos. Sem a interface entre essas questões é difícil verificar a complexidade que se instala entre a teoria e a prática.

Não se pode negar que os princípios e diretrizes do *Responsible Care Program* são a expressão de um cuidadoso e amplo projeto que prevê uma mudança profunda na cultura organizacional das companhias químicas pela substituição e adoção de valores e de fundamentos éticos que privilegiam a saúde ambiental. Entretanto sua aplicação prática enfrenta inúmeros obstáculos que devem ser observados sob pena de se construir uma “verdade científica” falsamente embasada em dados estatísticos e indicadores numéricos

que em absoluto, são capazes de explicitar os complexos cenários locais e globais nos quais esses programas devem se desenvolver.

Similarmente ao setor químico internacional, a indústria brasileira tem demonstrado uma grande preocupação com a qualidade de sua imagem pública. Assim, as ações implementadas, além de buscarem atingir um nível de eficiência e qualidade que tornem as empresas nacionais competitivas no mercado externo, objetivam também transformar a percepção pública acerca das atividades industriais deste setor. A grande justificativa que se estabelece como princípio gerador destas ações, é que *a indústria química é desconhecida pela grande maioria da população, o que explica, em parte, a percepção que o público tem sobre ela. Um componente chave transforma o desconhecido em conhecido – a informação* (ABIQUIM: 2000, p.7).

Em 2000, a ABIQUIM iniciou um estudo sobre a imagem da indústria química envolvendo diversos segmentos como formadores de opinião, associados, meio acadêmico e o público em geral. Os resultados deveriam subsidiar a atuação da associação nos anos seguintes.

Foram coletados dados qualitativos, através de grupos focais, realizados nas cidades de São Paulo, Camaçari (Bahia) e Triunfo (Rio Grande do Sul). Os dados quantitativos foram recolhidos mediante o envio eletrônico de 700 questionários.²⁶ Na primeira fase, o público alvo desta pesquisa foi constituído por trabalhadores, em diversos níveis, das empresas engajadas na implantação do PAR. Apenas 20% responderam ao questionário (THURLER,2001).

Verificou-se que 79% dos entrevistados achavam que a indústria tinha uma imagem negativa em função de problemas de comunicação, ocorrência de acidentes e

²⁶ O autor não esclarece como foram selecionados os respondentes destes questionários.

poluição. Entretanto, 57% afirmaram que a indústria química é considerada segura, mas este percentual atingiu os 95% quando se referiam as suas próprias empresas.

Numa segunda fase participaram 804 pessoas, com idades entre 18 e 65 anos, além de 96 formadores de opinião como jornalistas, representantes de ongs, professores e alunos do 3º grau e representantes governamentais.

Segundo Thurler (2001) os resultados retratam uma imagem da indústria química associada à fabricação de produtos de limpeza, ao petróleo e seus derivados. Também foi feita uma associação entre perigo, veneno, toxidade, poluição e a indústria química. Setenta e seis por cento dos entrevistados (76%) avaliaram a indústria química como insegura. Quase unanimemente (95%) os entrevistados consideram que a indústria química agride o meio ambiente. O autor infere então, que o discurso predominantemente técnico adotado por este setor industrial não tem alcance público, prejudicando desta forma a comunicação e imagem da indústria química.

Com base nestes resultados a ABIQUIM vem promovendo uma atualização e reestruturação do PAR. A modificação mais significativa seriam as avaliações externas de progresso, quando um grupo de auditores verifica e atesta se a empresa implementa com seriedade as práticas contidas nos códigos do programa.

Outra mudança considerada fundamental é a inclusão da chamada responsabilidade social, *termo que sintetiza o envolvimento de empresas com a comunidade, por meio de apoio e coordenação de projetos assistencialistas* (FURTADO, 2002. Disponível em: <<http://www.quimica.com.br/revista/qd403/atuacao2.htm>>. Acesso em: 04/10/2003).

Estas mudanças pretendem na verdade incluir os aspectos sociais e econômicos que dêem a indústria a característica da sustentabilidade. *Nenhuma corporação com*

pretensões de se manter por um período razoável no mercado competitivo pode ignorar o fato de que sua imagem para ser positiva vai depender de um conjunto de medidas e costumes responsáveis (FURTADO, 2002. Disponível em: <<http://www.quimica.com.br/revista/qd403/atuacao.htm>>. Acesso em: 04/10/2003).

Essas ações indubitavelmente poderão trazer inúmeros e enormes benefícios, mas ainda assim é possível questionar o alcance destas transformações, já que é a lógica de mercado e do lucro que dão sustentabilidade as ações e programas desenvolvidos pelo setor industrial. O que garantiria o compromisso social e ético se os princípios que norteiam as ações estão embasados em outros paradigmas?

O propósito maior da ABIQUIM é capacitar as empresas a participarem do Prêmio de Qualidade Total – PNQ, de forma que nos próximos anos mais da metade dos indicados para o prêmio seja oriundo do setor químico.

Cogita-se inclusive que o relatório final de verificação seja adaptado ao modelo exigido pela Fundação Nacional da Qualidade – FNPQ. Na verdade, há uma forte e clara intenção de alterar significativamente o programa com a sumarização dos seus códigos de práticas de forma a se amoldarem às premissas do PNQ (FURTADO, 2002. Disponível em: <http://www.quimica.com.br/revista/qd403/atuacao1.htm>. Acesso em: 04/10/2003).

Capítulo IV

PROGRESSO! A INDÚSTRIA CHEGA AO NORDESTE!

4.1. Impactos da indústria química e petroquímica.

Uma vigorosa expansão da indústria química ocorre após a Segunda Guerra Mundial. Novos empreendimentos, produtos e processos foram desenvolvidos, com pesados investimentos em pesquisa básica e aplicada, construção de fábricas, sistema de transporte e distribuição.

Uma progressiva demanda de alimentos, a partir de 1945, incrementou as atividades agrícolas, estimulando conseqüentemente a produção de insumos e pesticidas.

O setor petroquímico também prosperou com o uso crescente de materiais como plásticos, fibras sintéticas, detergentes, etc, que promoveram uma verdadeira revolução nas indústrias de construção civil, têxtil, automobilística, utilidades domésticas, lazer, farmacêutica e na própria medicina.

Entretanto, este desenvolvimento se apresenta como um fenômeno dialeticamente complexo. Os produtos gerados pelo setor químico e petroquímico, presentes desde o ambiente doméstico até o hospitalar²⁷, desencadearam uma crescente dependência da sociedade, num processo de "*quimicalização social*" (FREITAS, 2000). Ao mesmo tempo em que estes avanços tecnológicos melhoraram consideravelmente o padrão de vida e por certo sua qualidade também - a descoberta de certas substâncias químicas permitiu a erradicação de várias doenças e ajudou a promover o aumento da expectativa de vida -

²⁷ Até então, cerca de 70 mil substâncias eram utilizadas quotidianamente, das quais 40 mil em significativas quantidades comerciais. Aproximadamente, apenas 6 mil haviam sido avaliadas quanto aos riscos à saúde e o meio ambiente, como minimamente adequadas. A cada ano são disponibilizadas no mercado entre 1000 e 2000 substâncias. (Augusto & Freitas, 1998)

trouxeram consigo riscos até então desconhecidos, aos quais as populações são expostas indistintamente.

A ampliação e diversificação dos tipos de risco têm suas raízes nos avanços do processo de industrialização e desenvolvimento de novas tecnologias que impactaram sobre a saúde e o meio ambiente urbano e natural.

Por décadas, a indústria química ignorou estes impactos negativos, mantendo uma política de gestão baseada na necessidade de proteger os “segredos industriais” e no alto tecnicismo do seu processo operacional, considerado incompreensível para o público em geral que aceitava, sem questionar, a idéia de que os produtos fabricados eram benéficos tanto para as companhias quanto para os consumidores (FAGIN & LAVELLE, 1999).

Em junho de 1962, o *New Yorker Magazine*, publicou o primeiro de três artigos de autoria de Rachel Carson, bióloga e escritora, declarando que os pesticidas além de perigosos estavam sendo excessivamente utilizados. Dois meses depois foi publicado, dessa mesma autora, o livro *Silent Spring*, associando o uso destes compostos com efeitos ambientais adversos.

Embora a indústria química tenha negado veementemente, incidentes incluindo uma mortandade de peixes no rio Mississippi em 1964 e um incêndio no rio Cuyahoga – Ohio, em 1969, comprovaram as declarações contidas no livro.

Na mesma época, ativistas anti-guerra protestavam contra a Dow Química pela fabricação de napalm e do agente laranja utilizado na guerra do Vietnam.

Este ataque inesperado acabou, segundo Fagin & Lavelle (1999), por promover a adoção de um padrão de conduta que a indústria química tem perseguido continuamente: a utilização de poder esmagador das relações públicas para enfraquecer o efeito negativo da publicidade alcançada pelo setor químico a partir de então.

O aumento dos problemas ambientais decorrentes da ação do setor químico e petroquímico, bem como os acidentes industriais estão inevitavelmente associados ao desenvolvimento e a expansão destes setores. Apesar das medidas legais, do endurecimento da legislação, das ações e iniciativas dos grupos de interesse como ONGs, movimento ambientalista, etc, os desastres ambientais, o aumento da poluição, os acidentes e as doenças causadas por exposição a determinadas substâncias continuam ocorrendo em todo o planeta.

Até 1970, os maiores acidentes químicos aconteceram predominantemente em países industrializados, onde estava concentrada a maioria das indústrias. A partir daí, essa situação se reverte com um rápido aumento do número de acidentes nos países periféricos ou em desenvolvimento, apesar do recente processo de industrialização destes países, tais como Índia, Brasil e México (FREITAS, 2000).

Este fato tem como uma de suas causas principais o endurecimento da legislação nos países centrais, cuja prevenção e sistema punitivo onerosos, levaram as indústrias poluentes a iniciarem uma transferência ou migração de riscos, com a procura de espaços geopolíticos menos restritivos, representados pelos países subdesenvolvidos onde além de um controle ambiental mais relaxado, encontravam outros incentivos como mão-de-obra e recursos mais abundantes e baratos e incentivos fiscais (FRANCO, 1994; SIQUEIRA, 1998).

Ainda que a expansão internacional da indústria química confirme a exportação dos riscos, tendências em torno da liberalização da economia internacional, provavelmente incrementaram a oportunidade de tal estratégia para as companhias (PEARCE & TOMBS, 1998). Essas tendências se fortaleceram nos anos 80 e coincidiram com o projeto de modernização brasileiro, encetado pela elite militar então no poder.

O incremento do setor industrial no país foi fruto da política desenvolvimentista adotada durante a década de 70. O "milagre brasileiro" garantiria a modernização econômica, elevando o nível de vida dos brasileiros e aproximando a nação da condição de progresso então apresentada pelos países de Primeiro Mundo.

Esse projeto de modernização, através da industrialização, se consolidou com a implantação de 3 pólos industriais em diferentes regiões do país, localizados nos estados de São Paulo, Bahia, e Rio Grande do Sul.

Acompanhando o “progresso” estavam os efeitos perversos que levaram o Brasil a se destacar mundialmente pela ocorrência de acidentes do trabalho, falta de segurança nas instalações fabris, aumento da poluição, desastres ambientais e industriais como os de Cubatão, Vila Socó e mais recentemente Paulínia.

4.2. As mazelas são finalmente expostas.

Cubatão, estigmatizada como “cidade mais poluída do mundo”, tornou-se um símbolo ao expor as feridas da mentalidade desenvolvimentista, produtora do “milagre brasileiro”.

Segundo Hogan (1993, p.104), existem razões para além daquelas meramente ideológicas que explicam o silêncio em torno de Cubatão, mesmo num momento onde a história registra *muitos desafios à ditadura quanto às condições de vida, incluindo várias reações à degradação ambiental. Porque não Cubatão?*

Muitas semelhanças podem ser apontadas entre os processos de implantação e desenvolvimento dos Pólos de Camaçari, na Bahia e Cubatão em São Paulo. Nos dois locais, trabalhadores técnicos, operários qualificados, engenheiros, estabeleciam residência

nas áreas consideradas mais nobres e com melhor qualidade de vida. Em Cubatão foram privilegiadas as cidades mais próximas, enquanto na Bahia estes indivíduos se instalavam na capital, Salvador.

Da mesma forma ocorreu uma ocupação desordenada do tecido urbano. Embora os parques industriais de Cubatão e Camaçari tenham sido frutos de um planejamento racional, o mesmo não se pode dizer quanto às respectivas cidades, cujo plano urbanístico superficial e inadequado não foi capaz de amortecer os efeitos do impacto sócio-ambiental de um empreendimento de tamanhas proporções.

Um novo contingente populacional, decorrente de intenso fluxo migratório, começou então a se instalar nos interstícios do tecido urbano, não tendo acesso a bens comuns, tais como saneamento, água, luz, educação, etc. Aos problemas decorrentes da pobreza e falta de infra-estrutura urbana, somavam-se aqueles trazidos pela poluição como as doenças respiratórias e alérgicas.

Surge então em Camaçari, um movimento por melhorias na qualidade de vida através da reivindicação do controle ambiental, independente do apoio dos governos municipal e/ou estadual, muitas vezes voltados para outros interesses.

Ainda que os protestos não fossem consistentes, eles existiram e foram abraçados pelo movimento ambientalista que se reorganizava em torno dos problemas ambientais urbanos. Um grupo de profissionais liberais - engenheiros, arquitetos, médicos, etc.- legitimados pelo saber técnico, deram início ao movimento através de reivindicações e lutas contra a presença de indústrias dentro do ambiente urbano²⁸, da poluição industrial do

²⁸ Na cidade de Salvador, Bahia, uma fábrica de chocolate, a Chadler, mantinha-se há anos em funcionamento, incrustada dentro de um bairro tipicamente residencial. A população enfrentou riscos iminentes de acidentes, problemas respiratórios e alérgicos, decorrentes da poluição atmosférica causados pelo funcionamento ininterrupto da fábrica. A resistência encetada por um grupo de moradores, deflagrou um movimento que atuou durante longos 25 anos.

Essa luta vitoriosa, torna-se emblemática, pois sintetiza o esforço continuado da população na defesa dos seus direitos, o papel desempenhado pelas instituições governamentais e outros setores sociais a exemplo do empresarial. A morosidade nas negociações, as

Pólo Petroquímico de Camaçari, do uso indiscriminado de agrotóxicos, dando origem a uma das primeiras ongs baianas, o Grupo Ambientalista da Bahia – GAMBA. (GRUPO GAMBA, 1998)

4.3. A Revolução Industrial Nordestina

A Bahia foi o estado pioneiro que abrigou e fez germinar as sementes da revolução industrial nordestina. Até final dos anos 40, sua economia era agrícola, baseada na cultura da cana-de-açúcar e do cacau.

Nos anos 50, foi instalada a refinaria Landulfo Alves e em 1959 foi criada a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, pelo governo federal, com a finalidade de coordenar a nova política econômica na região, gerando incentivos fiscais e financeiros que proporcionassem os recursos necessários aos investimentos industriais, através da iniciativa privada.

Nas décadas seguintes foram implantados o Centro Industrial de Aratu (CIA) e o Complexo Industrial de Camaçari, em municípios que passaram a fazer parte da Região Metropolitana de Salvador. Estes novos pólos de atração exercem sua influência sobre os desenvolvimentos urbano, social e econômico da capital do Estado, Salvador, fomentando a ocupação da cidade, consolidando o setor terciário, provocando profundas modificações na estrutura sócio-espacial *a ponto de se tornar quase irreconhecível para quem a viu na década de 50 ou mesmo na de 60* (SEPLANTEC/OCEPLAN, 1979, p.59).

dificuldades impostas pelos tramites legais, o tráfico de poder que se estabelece aludem aos obstáculos encontrados e as estratégias utilizadas para superá-los. Esse movimento atraiu a atenção da imprensa local, de acadêmicos, médicos e do movimento ambientalista .

Localizado cerca de 40 km de Salvador, o Pólo Petroquímico iniciou suas operações, em 1978 com 27 companhias. O investimento inicial envolvia capital estatal e privado em consórcio com capital estrangeiro. No início dos anos 90, esse modelo dá lugar à privatização do setor, acompanhando as mudanças introduzidas pela política neoliberal (ESTABROOK, SIQUEIRA E MACHADO, 2000).

A estratégia desenvolvimentista adotada pelo governo brasileiro da época, entendia que a implantação do Pólo Petroquímico de Camaçari, além de ser fundamental para o crescimento econômico do Nordeste, atenderia as demandas locais dos produtos petroquímicos, reduzindo, assim, a dependência econômica do Brasil em relação aos países estrangeiros produtores destes materiais (SIQUEIRA, 1998).

O modelo tripartite adotado, compreendia participação de capital estatal, capital privado nacional e capital estrangeiro para compor as *joint-ventures* que se instalariam no Pólo Petroquímico.

Inúmeras agências federais, em particular o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE, financiaram os investimentos privados locais, oferecendo taxas de juros baixas, subsídios e incentivos econômicos e fiscais; garantindo proteção de mercado e preços para os produtos, além de suprimentos a preços mais baixos que no mercado internacional. A participação estrangeira permitiria ao Brasil ter acesso a tecnologias e capital que não estavam disponíveis internamente.

Atualmente, cerca de 50 empresas químicas e petroquímicas, além de outros ramos de atividades - indústria automotiva, de celulose, metalurgia de cobre, têxtil, bebidas e serviços, estão em operação, com capacidade instalada acima de 8 milhões de toneladas/ano de produtos químicos e petroquímicos básicos, intermediários e finais (ANEXO B).

Uma rede de dutovias interliga as empresas do Pólo a uma central de matérias-primas, a Copene Petroquímica do Nordeste S.A, atualmente BRASKEN, maior empresa do complexo que recebe derivados de petróleo e transforma em produtos básicos. São etenodutos que perfazem mais de 400 km e ligam a Copene à Trikem, no Pólo Cloroquímico de Alagoas – Maceió (COFIC, Dados econômicos: investimentos, capacidade instalada e vendas. Disponível em: <<http://www.coficpolo.com.br/polo.htm>> . Acesso em: 09/10/2000).

Ocupando uma área de 235 km², o Pólo Petroquímico emprega cerca de 8 mil pessoas diretamente e 9 mil pessoas através de empresas contratadas ou terceirizadas. Responde por cerca 25% do total da arrecadação estadual de ICMS e por mais de 90% da receita tributária de Camaçari, com uma participação acima de 12% no Produto Interno Bruto baiano (COFIC. Disponível em: <<http://www.coficpolo.com.br/polo.htm>>. Acesso em: 09/10/2000)

Ao longo das três últimas décadas o Pólo Petroquímico e conseqüentemente o município, sofreram inúmeros reveses, provocados principalmente pela série de crises econômicas que atingiram o país.

A implantação de uma fábrica da Ford do Brasil, inaugurada em outubro de 2001, é o marco de uma nova trajetória para o próprio Pólo, com tendências a mudanças no seu perfil - não mais restrito às atividades químicas e petroquímicas, mas assumindo declaradamente um perfil de complexo multi - industrial.

É indiscutível o avanço que o complexo representou e representa para o Estado, incrementando a economia baiana, gerando empregos e dividendos fiscais. Lamentavelmente, estas melhorias foram acompanhadas de efeitos negativos provocados tanto pelo processo de industrialização quanto pela ocupação urbana desordenada na área,

além de uma população de trabalhadores expostos a uma gama considerável de agentes químicos, entre os quais se destacam os compostos orgânicos neurotóxicos como benzeno, xileno, tolueno, etilbenzeno, hexano, metanol e etanol dentre outros. (CARVALHO, VIEIRA e AGUIAR, 2002)

Entretanto, os problemas ambientais ultrapassam as fronteiras estabelecidas. Os efeitos danosos não podem ser aprisionados e extrapolam o espaço fabril alcançando as populações de entorno que sofrem os efeitos da contaminação ambiental, com o comprometimento da qualidade do ar, poluição dos corpos hídricos e do solo. *A 10 km do pólo já foi comprovada a contaminação por arsênico da população feminina aí residente, estando essas mulheres em fase prepatogênica que evoluirá para clínica caso medidas ambientais de controle não sejam efetivadas* (FRANCO, 1994, p.135).

No que diz respeito ao ambiente intra-fábrica, na década de 80, houve uma redução nas taxas de frequência de acidentes sem afastamento que pode ser atribuída à demissão em massa de trabalhadores e ao processo de terceirização. *Assim a terceirização (Druck e Borges, 1994) tem sido um mecanismo utilizado para reduzir custos de produção e para exteriorizar e expurgar das plantas industriais os problemas de saúde dos trabalhadores e as indenizações decorrentes, sem ônus político* (FRANCO et al, 1994, p. 138).

As doenças e acidentes ocupacionais representam um problema não completamente equacionado, já que os registros eram praticamente inexistentes até 1988, quando entra em funcionamento o Centro de Estudos de Saúde do Trabalhador - CESAT. Além dos distúrbios comportamentais e das demissões de trabalhadores doentes denunciadas pelo Sindicato dos Químicos - Sindiquímica, foram registrados como principais agravos à saúde, surdez, intoxicação (benzenismo), dermatoses, distúrbios respiratórios, doenças da coluna (FRANCO, 1997; REGO, 1997).

Um estudo realizado pelo CESAT, mostra que na Bahia, foram registrados em 1999 um total de 7.586 acidentes e doenças relacionadas ao trabalho. No ano de 2000, esse total subiu para 9.684 casos, um aumento de 27,6% em relação ao ano anterior. Destes, 27,8% ocorreram no setor da indústria de transformação, no ano de 1990, contra 22,8% para o ano de 2000 (CONCEIÇÃO, 2003).

As mudanças que vêm ocorrendo no perfil do complexo industrial, que começa a abrigar indústrias fora do segmento químico e petroquímico, ao tempo que contribui para o desenvolvimento e reaquecimento da economia, coloca novos problemas ambientais.

A concentração de indústrias de transformação do ramo químico e petroquímico foi determinante no planejamento da gestão ambiental do Pólo. A diversificação de suas atividades pode influir sobre o controle ambiental, já que os novos empreendimentos não necessariamente deverão estar ligados a CETREL – responsável pelo sistema de gerenciamento ambiental do Pólo Petroquímico – ou mesmo ao COFIC, que vem exercendo importante papel de agregar e articular as empresas, promovendo consonância nas ações e políticas implementadas pelo Pólo.

Capítulo V

O PÓLO PETROQUÍMICO DE CAMAÇARI

5.1. Histórico ambiental.

Um complexo do porte do Pólo Petroquímico de Camaçari, que envolve uma enorme quantidade de substâncias químicas fabricadas e tantas outras utilizadas como matéria prima, deve necessariamente compreender um múltiplo monitoramento de suas atividades, de forma que os riscos provenientes deste tipo de empreendimento possam ser controlados, principalmente quando, além do operariado sujeito a estes riscos, estão também residentes das imediações.

Inicialmente o controle e monitoramento dos riscos ambientais limitavam-se ao tratamento dos resíduos industriais e preservação ambiental²⁹, que juntamente, ao sistema de energia elétrica, o zoneamento industrial, sistema de vias e adaptação do Porto de Aratu, haviam sido contemplados no Plano Diretor de Camaçari, formulado pela Coordenação para Implementação da Infra-estrutura do Complexo Petroquímico de Camaçari – COPEC (SIQUEIRA, 1998).

As soluções para os problemas ambientais resumiam-se a adoção de um modelo de planejamento urbano pautado nos princípios de zoneamento e racionalização dos espaços que situava o Complexo Petroquímico numa área específica, a uma distância "regulamentar" dos centros urbanos mais próximos, reproduzindo a ótica da segmentação espacial (ALMEIDA, 1996). O segundo elemento importante era a criação de um anel

²⁹ O complexo entrou em operação na década de 70, quando a visão ambientalista limitava-se praticamente a uma abordagem conservacionista.

verde circundando o Complexo, evitando a ocupação e funcionando também como um filtro, retendo a poluição originada pelo empreendimento e garantindo a qualidade do ar³⁰. Evidentemente esses expedientes não foram capazes de conter a complexa rede de efeitos que se sucederam, principalmente no que diz respeito à segurança industrial, saúde e meio ambiente (SIQUEIRA, 1998).

Mesmo que as zonas industriais pudessem resultar de estudos urbanos tecnicamente fundamentados, onde fatores como poluição atmosférica, riscos de incêndio e explosões, efluentes industriais, tráfego, condições físicas e climáticas, nível de ruído etc. (FERRARI, 1977) fossem quantificados, outros fatores como interesses econômicos ou jogos políticos eram determinantes para este processo.

A rigor, os problemas ambientais no Pólo puderam ser detectados a partir de sua construção, mesmo antes do início de suas atividades, em finais da década de setenta.

Desde sua concepção, o Complexo Petroquímico se constituiu em motivo de discórdia e conflito entre governo e grupos ambientalistas que criticavam sua localização sobre o aquífero de São Sebastião como ambientalmente imprópria, causando prejuízo às comunidades vizinhas, abastecidas por esse manancial. Some-se ainda o favorecimento as multinacionais que aqui vinham se instalar, atraídas pela política nacional de incentivos fiscais.

Com efeito, este complexo, altamente poluidor, está assentado sobre um espaço geográfico ambientalmente estratégico e muito suscetível a impactos: no município de Camaçari, em região de confluência de mananciais de água para o abastecimento público em escala metropolitana (entre as bacias dos rios Joanes e Jacuípe) e sobre a maior reserva subterrânea do estado da Bahia, os aquíferos da formação São Sebastião (FRANCO, 1997, p.68).

³⁰ Segundo Siqueira (1998) embora hoje este seja um conceito superado e sem valor científico, era adotado na década de 70 quando as tecnologias de proteção ambiental ainda eram incipientes no Brasil.

O controle ambiental no complexo era de responsabilidade da Central de Tratamentos de Efluentes Líquidos - CETREL, empresa estatal que detinha e operava os equipamentos destinados à proteção ambiental. Este serviço era prestado as companhias mediante o pagamento de tarifas que cobriam os custos decorrentes da poluição.

Embora a CETREL tenha começado a operar juntamente com o complexo industrial em 1978, foi apenas a partir da década de 90 que a gestão ambiental passou a ser alvo de maiores investimentos e ações por parte do Pólo, inaugurando-se uma nova fase.

A Resolução nº.218/1989 do Conselho Regional de Meio Ambiente - CEPRAM, autorizava a ampliação do Complexo Petroquímico, mediante o cumprimento de uma série de condicionantes. Entre as exigências destacavam-se o Estudo de Impacto Ambiental – EIA e o Relatório de Impacto Ambiental – RIMA, instrumentos indispensáveis para o licenciamento ambiental de qualquer empreendimento a partir daquele momento (CARVALHO, VIEIRA, AGUIAR 2002).³¹

A consolidação do período anterior veio a caracterizar um terceiro momento pelo *aumento crescente da complementaridade entre o Estado e as próprias empresas, em relação à responsabilidade de fiscalização, monitoramento, padronização e regulação ambiental* (ANDRADE et all. 1999: sp).

Posteriormente as empresas do Pólo passaram a integrar as "legislações voluntárias" entre as quais destaca-se o Programa de Atuação Responsável, concebido como importante estratégia de redução dos problemas de segurança, ambientais e de saúde decorrentes das atividades do setor químico industrial.

³¹ O CEPRAM, junto ao Centro de Recursos Ambientais – CRA, na esfera estadual, se constituíram como ferramentas e órgãos responsáveis pela regulamentação, fiscalização e controle ambiental

Em 1992, foi publicada pelo CEPRAM a Resolução 620 que autorizava a emissão da Licença de Operação da Ampliação do Pólo Petroquímico de Camaçari, com validade de 5 anos, e que combinava uma série de exigências a serem cumpridas pelos órgãos estaduais e pelas empresas do Pólo.

Em seu artigo, *Cumprimento da Legislação referente à Saúde do Trabalhador no Pólo Petroquímico de Camaçari: a Resolução CEPRAM 620/1992*, Carvalho, Vieira e Aguiar (2002) analisam as recomendações mais importantes da Resolução 620 durante seus 5 anos de vigência (1992 a 1997). Os resultados dessa avaliação encontram-se sintetizados no Anexo C.

Essa resolução foi fruto do contexto político da época, caracterizado por intensa atividade do movimento sindical por melhores condições de saúde no ambiente de trabalho. O texto abordava aspectos relacionados à epidemia de benzinismo ocorrida no Pólo.

Avaliar em 60 (sessenta) dias, através da SESAB, o relatório técnico de Estudo de Exposição Ocupacional ao Benzeno e seus efeitos hematotóxicos em trabalhadores da indústria processadora de benzeno no Pólo Petroquímico de Camaçari – Ba (autor: Fundação Jose Silveira – maio /92) elaborar parecer técnico sobre o mesmo, a ser submetido a análise do CRS. (CEPRAM, Resolução nº 620/ 1997, Artigo 6, Inciso II)

Entre as exigências dispostas na Resolução nº. 620, destacava-se a implantação de uma rede de monitoramento do ar – que começou a operar em 1994 - em função das emissões atmosféricas com poluentes de variados graus de toxicidade. Vale ressaltar que ainda são recorrentes queixas da população quanto aos odores e a poluição vinda do Pólo, além de eventos de inversão térmica.

Outra condição importante dizia respeito a disposição adequada do lixo vermelho, que segundo denúncias, era acumulado em valas de disposição final ou em depósitos clandestinos.

Embora a Resolução 620/1992 tenha condicionado a licença de operação da ampliação do Pólo Petroquímico a uma série de exigências, pode-se observar, que parte delas foram ignoradas; outras tantas foram cumpridas apenas parcialmente e algumas foram levadas a cabo apenas por uma parte das empresas. O Programa Integrado de Saúde Ambiental e do Trabalhador – PROSAT não foi implantado. A criação de um subsistema de informação da saúde que abrangeria a rede pública e privada, de forma a garantir a obtenção de dados gerais sobre a saúde da população e dados específicos sobre a saúde do trabalhador e da população da área de influência do Pólo, também não se realizou.

Entre as atribuições dos órgãos do governo estadual, Secretaria de Saúde do Estado da Bahia – SESAB e Centro de Estudos em Saúde do Trabalhador - CESAT, estava a execução de pequenos estudos. Dois projetos entretanto, não puderam ser executados frente a impossibilidade de acesso aos dados, devido a dificuldades postas pelas empresas. Estes estudos, em parceria com a FUNDACENTRO e o Instituto de Biologia da UFBA, envolviam o levantamento de substâncias carcinogênicas e genotóxicas e dos efeitos neuropsicológicos em trabalhadores expostos simultaneamente a ruído e hidrocarbonetos voláteis (CARVALHO, VIEIRA e AGUIAR 2002).

Quanto ao gerenciamento ambiental, o Artigo 5, Inciso I obrigava as empresas a apresentarem num período de 14 meses, o estudo sobre mapeamento das situações de risco do Pólo, conforme termo de referência acordado com o Centro de Recursos Ambientais - CRA. Outra exigência era a elaboração de um plano para ações de emergência, considerando as comunidades na área de influencia do Pólo.

O mapeamento das situações de risco, encaminhado ao CRA fora do prazo estipulado não é de acesso público. Já o Plano de Contingência apresentava sérias deficiências técnicas de operacionalização, não sendo portanto, aceito pelo CRA.

É preciso salientar que representantes das empresas do Pólo foram convidados a participar da construção deste instrumento legal, o que garantiria a viabilidade das condições.

Aqueles itens julgados pelas empresas como inviáveis não foram oficializados. Os resultados mostram entretanto, uma diferença importante entre o que fora preconizado por esta Resolução e o que foi efetivamente concretizado, o que contrasta com o fato de todos os condicionamentos terem sido previamente considerados factíveis pelas empresas e pelo Estado. (CARVALHO, VIEIRA, AGUIAR, 2002, p.74)

A criação de um escritório regional do Centro de Recursos Ambientais – CRA, em Camaçari, também era parte das medidas determinadas pela Resolução 620/92. Implantado em junho de 1993, tinha como finalidade fiscalizar sistematicamente as empresas do Pólo, avaliar seus desempenhos ambientais e o cumprimento dos condicionamentos das licenças; identificar potenciais fontes de poluição e exigir a adoção das medidas corretivas (MARTINS, 1997). No início da pesquisa de campo (2001), constatamos que este escritório já estava desativado, não havendo portanto representação do CRA nos municípios de Camaçari ou Dias D'Ávila.

Se as recomendações legais acabaram ignoradas parcial ou integralmente, o que garante que as empresas cumpram a contento, as propostas contidas no Programa de Atuação Responsável, de caráter voluntário? Os órgãos encarregados da fiscalização, como o CRA, além de não apresentarem estrutura adequada e suficiente, por vezes, negligenciam seu papel. Teriam então os movimentos populares, as ongs ou outros grupos organizados, maior poder de pressão para obrigar as empresas a cumprirem o seu papel social ?

A ampliação do Pólo, promoveu transformações significativas, provocando a discussão sobre as questões ambientais. Outrossim, as empresas do Pólo adquiriram o controle acionário da CETREL, que passou a assumir o papel de principal agente de controle ambiental.

5.1.1. A CETREL

A CETREL iniciou suas operações junto com o Complexo Petroquímico. Nos primeiros 20 anos a empresa estava sob controle do governo do estado, sendo posteriormente privatizada, passando a ser controlada pelos próprios poluidores: as empresas do Pólo.

Segundo Siqueira (1998), essa privatização é fruto de exigências colocadas pelo governo do Estado, através do Conselho Estadual de Meio Ambiente - CEPRAM que atrelava a liberação da licença de ampliação do Pólo à implementação de novos programas de proteção ambiental.

Em 1991, foi instalado pela CETREL o incinerador de resíduos tóxicos que atendia principalmente a duas empresas: CPC e Nitroclor. A seguir, em 1992, dois outros sistemas entraram em operação: o monitoramento de águas subterrâneas e o emissário submarino.

O monitoramento das águas subterrâneas, efetuado pela CETREL - que controla a maior e melhor reserva do estado, o aquífero subterrâneo de São Sebastião - foi interrompido e retomado depois de 1993, em função das exigências contidas na Resolução 620/1992, por ocasião da licença de ampliação do Pólo. A CETREL afirma que a contaminação das águas detectada em 1985/1986, é um problema completamente sanado (BORGES & FRANCO, 1997).

As empresas do Pólo eram acusadas por ambientalistas e acadêmicos de poluírem os mananciais subterrâneos. A contaminação das águas subterrâneas por orgânicos químicos sintéticos e metais tóxicos, foi detectada pela primeira vez em meados dos anos 80. Posteriormente, o Relatório e Impacto Ambiental – RIMA, declarava que havia muitas causas e fontes potenciais para a essa contaminação, tais como locais de disposição final de resíduos tóxicos, a planta de tratamento de águas residuais, águas pluviais, aterros sanitários, acidentes e tanques de estocagem subterrâneos (SIQUEIRA, 1998).

O EIA/RIMA recomendava um sistema de gerenciamento dividido em 3 fases: definição física das fontes; monitoramento das águas subterrâneas e o gerenciamento destes recursos. Essa recomendação foi posteriormente transformada em lei por resolução do CEPRAM. A CETREL desenvolveu um plano que previa a operação de 340 poços de monitoramento, 114 poços de produção, 19 poços multiníveis e 12 poços de bombeamento e tratamento. Além disso, estava prevista a eliminação das fontes primárias de contaminação; avaliação das fontes secundárias; fechamento dos poços de produção nas áreas contaminadas e a operação da barreira hidráulica (SIQUEIRA, 1998).

A Resolução 620/1992 previa ainda a ampliação dos sistemas centralizados para efluentes líquidos orgânicos, efluentes tratados e a implantação da rede de monitoramento de ar.

Outra polêmica foi criada em torno do sistema de disposição oceânica. Composto por um *stand-pipe*, emissário terrestre, torre de equilíbrio e emissário submarino, foi projetado com capacidade de vazão de $3\text{m}^3/\text{s}$. A CETREL alegava ainda que a instalação e operação deste equipamento permitiriam a recuperação dos rios Capivara Pequeno e Jacuípe. O Projeto de Expansão e Adequação dos Sistemas de Tratamento de Efluentes Líquidos do Pólo Petroquímico considerou duas alternativas:

- 1^a. um estágio adicional de tratamento (terciário) dos efluentes orgânicos, seguido de disposição final dos efluentes tratados no estuário do rio Jacuípe.
- 2^a. tratamento biológico dos efluentes (nível secundário) como hoje ocorre, seguido pela sua reunião com efluentes inorgânicos e posterior disposição final no oceano, através de emissário submarino (LIMA & NEVES,1991; SIQUEIRA,1998).

Estudos ambientais e pesquisas desenvolvidas para subsidiar a escolha do sistema adequado, apontaram a segunda alternativa como a mais apropriada. Por outro lado, sanitaristas e engenheiros ambientais independentes, defendiam a adoção do tratamento terciário como o método mais adequado ambientalmente (SIQUEIRA, 1998).

Estes opositores acrescentavam ainda que a CETREL estava na verdade, “transferindo” a poluição para um corpo hídrico mais amplo – o oceano - sem nenhuma ação concreta para redução da poluição por metais pesados ou poluentes orgânicos persistentes.

A CETREL por sua vez justificava que a estratégia adotada previa um pré-tratamento, realizado ainda na fonte de origem, de forma que os efluentes obedecessem aos padrões exigidos pelo *Californian Ocean Plan*.

A rede de monitoramento do ar, também exigência da Resolução CEPRAM 620/1992, foi desenhada para acompanhar e monitorar a área afetada por poluentes atmosféricos oriundos do complexo. As empresas pagariam pela operação, com base nas emissões e no custo do monitoramento de cada poluente emitido, isto é, as taxas seriam proporcionais aos níveis das emissões.

Pesquisadores citados por Siqueira (1998) em sua tese de doutorado sobre a CETREL, afirmaram que a experiência dos consultores da CETREL estava prioritariamente baseada em poluentes atmosféricos urbanos em São Paulo, que enfatizava

o monitoramento de substâncias poluidoras convencionais - SO₂, NO₂ e material particulado. Mais ainda, o Brasil adotava os padrões da *Environmental Protect Agency*³² dos anos 70 que eram basicamente centralizados na poluição atmosférica urbana.

Esta rede composta de 8 estações localizadas em pontos estratégicos da área de influência do Pólo, além de uma unidade móvel que complementa o trabalho, monitora as condições meteorológicas além dos poluentes .

Aqui surge novo debate técnico entre especialistas quanto à qualidade e precisão dos dados ou quanto a localização das estações. A mais sensível destas críticas, entretanto, diz respeito à informação, ao acesso a esses dados. A CETREL alegava que os dados não lhe pertenciam e apenas o CRA podia proporcionar o acesso público. *A administração da informação é provavelmente o “calcanhar de Aquiles” dos sistemas de gerenciamento ambiental do complexo* (SIQUEIRA, 1998, p.360, tradução nossa)³³.

De extrema relevância é a impossibilidade de acesso público a importantes documentos, como o estudo sobre mapeamento das situações de risco do Pólo Petroquímico de Camaçari, negado pelo CRA. (CARVALHO, VIEIRA e AGUIAR, 2002, p.74)

Vale ressaltar que Lei federal nº.10.659 de 16 de abril de 2003, define responsabilidades e competências envolvidas neste processo.

[...] os órgãos e entidades da Administração Pública, direta, indireta e fundacional, integrantes do Sisnama³⁴, ficam obrigados a permitir o acesso público aos documentos, expedientes e processos administrativos que tratem de matéria ambiental e a fornecer todas as informações ambientais que estejam sob sua guarda, em meio escrito, visual, sonoro ou eletrônico[...] (LEI FEDERAL nº.10.659: Artigo 1º)

³² Agência de proteção ambiental americana

³³ Management of information is probably the “Achilles heel” of the environmental management systems of the complex.

³⁴ SISNAMA: Sistema Nacional de Meio Ambiente

Em entrevista a Siqueira (1998), a professora e pesquisadora da UFBA, Dra. Tânia Tavares, afirmava que a CETREL vinha operando “*fora de foco*”, isto é, concentrando-se, por exemplo, nos parâmetros de material particulado para monitorar o complexo petroquímico, quando os hidrocarbonetos deveriam ser prioritários.

Com objetivo de obter a certificação ISO 14001 e atender as exigências de lei estabelecidas pela Resolução CEPRAM 629/1992, a CETREL incorporou, ampliou e desenvolveu novos programas, a saber:

1. Programa de Saúde Ocupacional.

Apenas em 1993, a CETREL iniciou efetivamente um programa de saúde ocupacional. Uma empresa brasileira de consultoria foi contratada para planejar e executar um programa de higiene industrial para CETREL. Foram realizados o monitoramento e a mensuração da exposição a hidrocarbonetos nas áreas operacionais.

As recomendações incluíam a implantação de um programa de higiene industrial, o monitoramento dos trabalhadores e dos locais de trabalho a cada 2 meses, durante as estações secas e chuvosas. Foi acrescentado ainda, uma lista com substâncias químicas que deveriam ser rotineiramente monitoradas.

2. Comunicação com as partes interessadas

A empresa já desenvolvia um programa voltado para o esclarecimento das preocupações e questionamentos das comunidades vizinhas ao Pólo.

O programa *Fábrica Aberta* era a principal destas iniciativas, com grupos de moradores vizinhos ao Pólo, universidades, escolas, que se deslocavam até a CETREL para conhecer de perto as empresas e seu sistema de proteção ambiental.

Uma outra iniciativa era o programa de *Educação Ambiental e Preservação da Fauna*, também criados para orientar e tranquilizar o público quanto às atividades desenvolvidas pela CETREL.

Vale lembrar que, durante anos e ainda recentemente, as populações de Camaçari e Dias D'Ávila tinham sérias restrições ao desempenho da CETREL em função de um desagradável odor que contaminava o ar da região.

Estes programas, como já mencionado, foram ampliados e atualizados em função da incorporação da norma ISO 14.001 e hoje a *Comunicação com as Partes Interessadas* que estabelece critérios para receber, documentar e responder as críticas e questionamentos do público, possui os seguintes componentes.:

- a) Comunicação com órgão ambiental e empresas usuárias – canal de comunicação com o Centro de Recursos Ambientais – CRA e com as indústrias do Pólo tanto em situações normais quanto emergenciais.
- b) Programa de Educação Ambiental – dirigido aos empregados da empresa, seus familiares, estudantes, técnicos, contratadas e comunidades vizinhas.
- c) Preservação da Fauna – este trabalho sistemático de estudo e acompanhamento da fauna foi criado há 8 anos e desenvolvia-se numa área de 500 hectares da empresa. Destinava-se a comprovar que é possível conciliar a convivência da fauna com as atividades industriais de um complexo do porte do Pólo Petroquímico de Camaçari.

Outro programa foi o *Voluntários da Praia*, patrocinado pela associação de empregados, com o objetivo de limpar as praias da região – Areambepe e vizinhanças. Os voluntários faziam caminhadas na praia, recolhendo o lixo e distribuindo material sobre educação ambiental.

Atualmente o Sistema de Gerenciamento Ambiental - SGA da CETREL envolve oito sistemas em operação, a saber:

1. Coleta, Transporte, Tratamento e Disposição Final de Efluentes Líquidos.
2. Processamento e Disposição Final de Resíduos Sólidos Classe II.
3. Estocagem Temporária de Resíduos Sólidos Perigosos Classe I.
4. Unidade de Incineração de Resíduos Líquidos.
5. Unidade de Incineração de Resíduos Sólidos.
6. Rede de Monitoramento do Ar.
7. Gerenciamento da Água Subterrânea.
8. Sistema de Disposição Oceânica - Emissário Terrestre e Emissário Submarino.

5.2.2. A CETREL e a ISO 14001.

O período de janeiro a setembro de 1995 foi dedicado ao desenvolvimento do sistema de gerenciamento ambiental, totalmente concebido nos moldes da norma *British Standards - BS 7750*, considerada a precursora da série ISO 14000 da *International Organization for Standardization*. A preparação para a certificação BS foi considerada uma etapa necessária, anterior a certificação ISO 14001.

A certificação ISO era o passo final para que a empresa constituísse um sistema de controle ambiental de excelência internacional. *Além disso, a CETREL deu ao Pólo um “selo verde”, um selo de qualidade de performance ambiental, tornando-o um complexo ambientalmente correto*³⁵(SIQUEIRA, 1998, p.372, tradução nossa).

³⁵ “Therefore, Cetrel has given the complex a “green seal,” a quality seal for environmental performance that makes the complex “environmentally correct.”

Uma das principais metas dessa certificação foi conseguir melhor aceitação no mercado consumidor dos países desenvolvidos da Europa e América do Norte. Depoimentos citados por Siqueira (1998), confirmam que a grande preocupação, fundamentalmente econômica, era a obtenção da certificação como estratégia para incrementar a imagem dos negócios e a aceitabilidade do produto em sociedades mais conscientes ambientalmente

Bennett (1997) faz uma análise dos processos de certificações ISO e as instâncias envolvidas neste mecanismo. A ISO foi fundada em 1946 e durante décadas seu trabalho resumiu-se à produção de um amplo conjunto de padrões técnicos referentes a equipamentos industriais, equipamentos de proteção, padrões de saúde e segurança, etc.

A série 14.000, que compreende o gerenciamento ambiental, surgiu na década de 90. Sua origem está associada à Conferência em Ambiente e Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas – ONU em 1992, embora o principal enfoque fosse o impacto que as questões ambientais pudessem provocar sobre o comércio internacional,.

As ISO são constituídas por representações de organizações ligadas aos negócios do setor privado, tais como o *Canadian Standards Association* – CSA, cujos membros compõem também o comitê técnico da ISO, responsável pelo desenho das normas e padrões técnicos a serem seguidos. A ISO não possui nenhum mecanismo para incorporar a participação pública ou governamental em suas atividades. *Mesmo que haja interesse público em participar no trabalho da ISO, não iria além de um papel simbólico ou cooptativo em um ou outro conselho*³⁶ (BENNETT, 1997, p.38, tradução nossa).

A aplicação da série de normas ISO 14.000 não é garantia em absoluto de proteção ambiental, desde quando as normas não se propõem a mensurar a performance

³⁶ “Even if public interest wanted to participate in the work of ISO, they could not do so beyond a token or co-opting role in some advisory body or another.”

ambiental. Não existe exigência de auditoria ou referências cruzadas entre padrões de auditoria e o padrão de desempenho ambiental (BENNETT, 1997).

Em segundo lugar, Bennett (1997) esclarece que embora as normas ISO incentivem o compromisso em observar a legislação ambiental relevante e regulamentações, esta não é uma exigência necessária à certificação. Desta forma, a ISO pode se constituir numa estratégia de antecipação para solapar a legislação vigente, já que outros órgãos e instituições privadas passam a exercer um papel antes delegado apenas ao estado.

A certificação passaria então a funcionar como uma garantia do cumprimento do compromisso ambiental assumido pela empresa, de forma que um controle mais rigoroso, seja estatal ou social, tenderia ao afrouxamento. O processo de certificação é tido pela sociedade de maneira geral, como complexo e repleto de exigências que devem ser criteriosamente atendidas pela empresa candidata.

Essa percepção fortalece a idéia de que as empresas certificadas ao atenderem os padrões de exigências das certificadoras, elevam seu desempenho acima até mesmo das exigências contidas na legislação ambiental. Soma-se ainda o fato de essas certificações virem de países considerados mais desenvolvidos, acrescentando a certeza de que ela seria suficiente para buscar manter uma qualidade ambiental. Num país como o Brasil, profícuo em legislação, mas de pouca efetividade na sua aplicação, esse risco pode crescer desproporcionalmente.

Os membros do conselho também manifestaram uma percepção semelhante que se estende às empresas através da imagem da CETREL, certificada pela ISO 14.000

A centralização do gerenciamento ambiental, sob a responsabilidade da CETREL – e suposta atuação integrada das empresas que operam no Pólo, fornecem uma imagem de

cooperação, padronização de ações e políticas, que tende a interpretar as incongruências deste sistema como excrescências ou exceções.

Essa integração é fruto de uma série de políticas e ações desenvolvidas ao longo dos anos, entre as quais destaca-se a adoção do Programa Atuação Responsável, através do COFIC - seus códigos de práticas, filosofia e princípios éticos a serem observados pelas indústrias químicas e petroquímicas (SIQUEIRA, 1998).

Capítulo VI

CAMAÇARI E DIAS D'ÁVILA: (DES) ORDEM E PROGRESSO.

6.1. Aspectos sócios – políticos.

Até a década de setenta, Camaçari não passava de um pequeno e bucólico vilarejo, local de veraneio, pontuado por pequenos sítios, onde o tempo era marcado pelo vai-e-vem do trem³⁷ e cuja economia incipiente, baseava-se na produção de insumos primários para a construção civil e exploração de recursos hidrominerais.

Elevado a área de segurança nacional, com a instalação do primeiro e maior pólo petroquímico da América do Sul, cerca de 5 kms da sede do município, a cidade de Camaçari teve sua configuração original completamente alterada.

O ano de 1974 pode ser considerado o marco que inaugura essa nova configuração, pois o Plano Diretor do Complexo Petroquímico de Camaçari – COPEC, continha diretrizes para as cidades de Camaçari e seu principal sub-distrito, D'Ávila. Tais diretrizes foram consolidadas em 1980, na revisão do Plano Piloto Original de 1975.

Apresentados como partes integrantes do planejamento global do COPEC, estes planos tinham por objetivo redesenhar o espaço urbano e intra-urbano.

As duas localidades, pelas premissas consubstanciadas neste Plano estão destinadas a prestar o apoio urbano mais imediato requerido para a eficiência operacional do conjunto industrial, devendo para atender a este fim, desenvolver-se em harmonia com a implantação do mesmo. (SECRETARIA DE MINAS E ENERGIA O ESTADO DA BAHIA /COPEC, PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAÇARI, 1975, p.6)

³⁷ Descrição feita por um dos entrevistados que referiu-se à cidade com um misto de nostalgia e orgulho de quem tem uma história para contar.

Fruto do pensamento urbanístico em vigor na época, o plano é tecnicamente rico no detalhamento do sistema viário, zoneamento da cidade, bem como de seus eixos de expansão. Não atenta contudo, para os condicionantes sociais, políticos e econômicos que levaram a inesperados efeitos, bem distantes daqueles anunciados pelo plano.

Como parâmetro para o planejamento, estabeleceu-se um padrão de 250.000 habitantes na região, sendo que 150.000 estariam concentrados em Camaçari e os 100.000 restantes em Dias d'Ávila. O plano foi elaborado para atender satisfatoriamente a este contingente populacional, que deveria ser formado pela futura força de trabalho das companhias instaladas no Pólo, funcionários públicos, comerciantes, etc. Assim, as áreas destinadas à moradia subdividiam-se em super-quadras que comportariam diferentes classes sociais, com nítida segregação espacial – funcional determinada pelo zoneamento (SECRETÁRIA DE MINAS E ENERGIA DO ESTADO DA BAHIA/COPEC e PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAÇARI, 1975).

Quanto à Dias d'Ávila, o plano previa uma área destinada a um campus de ensino universitário que dispusesse de um centro de formação e treinamento de mão-de-obra especializada para atender a demanda regional do Complexo.

Longe do ideal sintetizado no plano e mais próxima da realidade de um sem-número de órfãos do progresso desenvolvimentista, a cidade se torna local de residência da mão-de-obra semiqualficada ou sem qualificação, a princípio ligada à construção civil, e após o início da operação das unidades industriais, ligada à prestação de serviço.

Os efeitos deletérios de uma ocupação informal e desordenada dos espaços urbanos foram quase imediatos. Com o aumento dos fluxos migratórios, as áreas periféricas da cidade de Camaçari e mais próximas ao complexo industrial – carentes de valor social e econômico, além de infra-estrutura e serviços urbanos básicos - foram

paulatinamente ocupadas por uma população de trabalhadores pobres em busca de oportunidades naquele novo mercado de trabalho (BORGES E FRANCO, 1997).

A população de Camaçari, que em 1960 totalizava 21.849 habitantes, atingiu em 20 anos, aproximadamente o quádruplo deste valor. No início da década de 80, período de implantação do Pólo, Camaçari possuía 89.178 habitantes, dos quais, 85% concentrados na área urbana. Em 2000, este percentual sobe para 95%, em função de uma taxa média de crescimento, estimada em 4,6% para o período 1996/2000 (Tabela III, Gráfico I).

Tabela III: Evolução da População de Camaçari e Dias d'Ávila

Ano	Camaçari			Dias d'Ávila		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
1920	-----	-----	16.995	-----	-----	-----
1940	-----	-----	11.188	-----	-----	-----
1960	-----	-----	21.849	-----	-----	-----
1970	20.137	13.136	33.273	-----	-----	-----
1980	76.123	13.041	89.178	-----	-----	-----
1986			101.920	-----	-----	23.095
1991	108.232	5.407	113.639	29.478	1.782	31.260
1996	128.937	5.964	134.901	32.978	4.938	37.916
2000	154.402	7.325	161.727	42.673	2.660	45.333
2002			171.845			48.294

Fonte: IBGE, SESAB/DICS, IPEA,SEI

¹: Dias d'Ávila pertencia ao município de Camaçari. Foi emancipada em 1985.

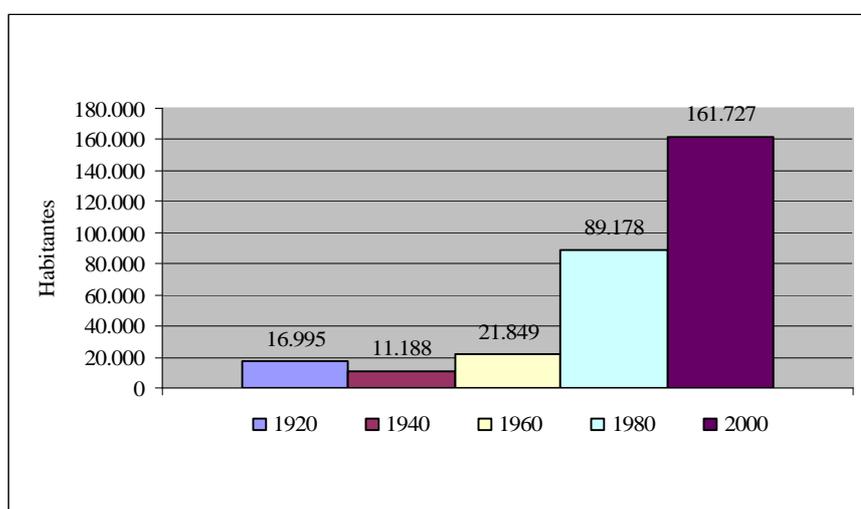


Gráfico I: Evolução da população de Camaçari

Fonte: IBGE, SESAB/DICS, IPEA,SEI

Aos problemas estruturais decorrentes desse tipo de ação sobre o tecido urbano - aumento do desemprego, da criminalidade, falta de saneamento e conseqüentemente, incremento das taxas de mortalidade e morbidade por doenças infecto-contagiosas - seria acrescentado àqueles produzidos pelo setor industrial químico e petroquímico, a saber: poluição do ar, água e solo (BORGES E FRANCO, 1997).

Outros impactos foram sendo percebidos durante as últimas 3 décadas. De forma geral, o fortalecimento das classes trabalhadoras e poder de reivindicação, conquistado pelos sindicatos, contribuíram para dar visibilidade a essas mazelas.

Entretanto, particularidades não permitiram uma fusão da agenda comunitária local e da agenda sindical, mais global, por melhores condições de trabalho e remuneração.

Necessário lembrar que os trabalhadores do Pólo formavam uma elite operária (AGIER, 1982) residente em Salvador. O salário médio anual do setor químico/petroquímico representava 2,4 salários médios da indústria de transformação; 3,5 da construção civil; 5,6 do comércio; 2,9 dos serviços e 4,4 da administração (BORGES & FRANCO, 1997).

Por outro lado, a população de Dias d'Ávila e principalmente Camaçari, acrescida, como vimos, de intenso fluxo migratório, não possuía raízes locais e era composta basicamente por analfabetos ou semi-analfabetos sem qualificação para atender especificamente a este mercado de trabalho (BORGES E FRANCO, 1997).

As diferenças culturais e socioeconômicas existentes entre essa elite operária - residente em Salvador e a população local, foram cruciais para determinar as formas de articulação estabelecidas entre a comunidade e o local de trabalho, entre o tecido urbano residencial e a zona industrial.

Durante a década de 80, a pauta da agenda sindical estava basicamente centrada nas reivindicações acerca das questões salariais, da ampliação e manutenção dos postos de trabalho. Enquanto o ativismo político alcançou seu auge em 1985, questões de saúde ocupacional e ambiental atingiram seu clímax no início dos anos 90, com a morte de alguns trabalhadores por leucopenia. Nesta ocasião, o sindicato local, Sindiquímica, deflagrou uma campanha nacional denominada Operação Caça Benzeno que provocou mudanças significativas nos programas de saúde ocupacional de higiene industrial das empresas. *Essas melhorias das condições de saúde e segurança foram as últimas vitórias do sindicato antes de seu declínio como representante de um significativo número de trabalhadores petroquímicos*³⁸ (ESTABROOK, PAES MACHADO e SIQUEIRA, 2000, pg.145, tradução nossa).

Os sindicatos desempenharam importante papel no processo de reabertura política do país, funcionando como verdadeiros celeiros de lideranças que mais tarde afiliaram-se a partidos de esquerda e tornaram-se parte da oposição governamental (ESTABROOK, PAES MACHADO e SIQUEIRA, 2000).

A disputa política entre candidatos de direita e esquerda reverteu em sérios prejuízos para a população que durante décadas foi praticamente ignorada, sem poder usufruir os benefícios que a arrecadação municipal – alimentada pelos impostos advindos do Pólo Petroquímico e dos condomínios de luxo da orla marítima - poderia proporcionar. Um dos municípios mais ricos do estado da Bahia ainda não possuía rede de esgotamento e tratamento sanitário e apresentava problemas com o fornecimento de água para as localidades vizinhas que careciam de outros serviços básicos como atendimento médico, escolas, transporte adequado.

³⁸ *Those improvement in health and safety conditions were the last victories of the union before its steady decline as a representative of a significant number of petrochemical workers.*

Disputas eleitoreiras, juntamente a esquemas de corrupção montados em algumas administrações, contribuíram para a reprodução de uma cultura voltada para a prática do clientelismo e do apadrinhamento, dificultando o despertar da cidadania local. A última administração (2004/2008), a despeito de partidarismos políticos, parece intencionada a recuperar, ou melhor, formar uma consciência cidadã, combatendo a prática clientelista e incentivando a cultura do direito democrático.

A inauguração da fábrica da Ford e a implantação de outras grandes empresas na área, como a Firestone, ressurgem como pólos de atração migratória, embora em menor escala. O crescimento e desenvolvimento do município de Camaçari, especificamente a sede municipal, são marcados exatamente pela presença de grandes empreendimentos, determinantes na formação do contexto urbano local.

Esse histórico alimenta a idéia de que a cidade não possui identidade, já que parte significativa de sua população foi formada por forasteiros que não possuíam raízes locais. A chegada destes novos empreendimentos faz pensar que Camaçari parece se firmar exatamente a partir deste fenômeno: não – ter – identidade.

A orla marítima apresenta um padrão de ocupação bastante diferente do restante do município, com condomínios de luxo voltados para os segmentos mais abastados de Salvador. Essa população que aí reside – sazonal ou permanentemente - está culturalmente associada ao espaço urbano soteropolitano, que lhes atribui identidade própria, distinta e desconectada do seu pertencimento geográfico. Essas áreas residenciais tão valorizadas pelo mercado imobiliário, são intercaladas por pequenos vilarejos, verdadeiros bolsões de pobreza. Mesmo a pequena e ainda incipiente elite camaraciense prefere se instalar na orla.

Deste modo, as áreas ocupadas por condomínios de luxo na orla metropolitana, limitadas fisicamente por cercas e muros que restringem o acesso de "estranhos", adquire a

conotação de “lugar”, segundo Tuan (1983), já que essas áreas – que incluem a praia, são afetivamente percebidas e delimitadas a partir das experiências íntimas de cada um, que dão significado e representatividade a casa, a rua onde se mora, ao itinerário de todos os dias. Em contraponto, está a categoria “espaço”, associada a mobilidade.

A instalação do pedágio rodoviário, na rodovia Litoral Norte, dividindo o município, só veio aprofundar essas diferenças e aumentar a segregação urbana. O preço do pedágio é proibitivo para segmentos mais carentes, restringindo-lhes o deslocamento e criando uma espécie de controle social sobre esta parcela da população, prisioneira de um espaço delimitado pelas paredes da exclusão socioeconômica. Este mecanismo permite às elites, uma vigilância mais eficaz, além de certa garantia da manutenção da ordem estabelecida, aqui proporcionada pelo distanciamento e constrangimento físico.

6.2. Qualidade de vida.

A expressão qualidade de vida ganhou popularidade e banalizou-se a tal ponto (mesmo no âmbito acadêmico) que se torna necessário fazer um breve intervalo para que possamos definir com certa clareza e precisão os limites e significado deste conceito.

A primeira vista poderia parecer até incongruente falar em qualidade de vida, quando boa parte da população não tem suas necessidades de sobrevivência minimamente satisfeitas e/ou quando não lhes é garantido o acesso aos serviços básicos. Somam-se ainda os aspectos subjetivos, dados pelas variáveis culturais, étnicas ou religiosas que adicionam relativização ao conceito, tornando-o ainda mais difícil de ser empregado (HERCULANO, 2000).

Para evitar a armadilha da discussão estéril, definiremos qualidade de vida a partir de uma abordagem êmica, que se fundamenta basicamente no cruzamento entre o discurso dos informantes e alguns indicadores, relacionados a seguir, universalmente utilizados e que estão explícita ou implicitamente associados a estes discursos.

Até 1990, a ONU utilizava o Produto Interno Bruto – PIB como importante indicador de desenvolvimento, classificando os países em Países de Primeiro Mundo e Países de Terceiro Mundo. Posteriormente, o caráter restritivo do PIB, deu lugar ao Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, cuja idéia era captar de forma mais efetiva, as conseqüências positivas provocadas pelo desenvolvimento na vida das pessoas, isto é, melhorias na qualidade de vida (HERCULANO, 2000).

Mesmo que os indicadores ambientais, de maneira geral, não estejam associados ao conceito de qualidade de vida, serão acrescentados alguns índices, ou dados estatísticos que ilustrem as diferentes perspectivas dos discursos dos informantes.

Atualmente, Camaçari e Dias d'Ávila enfrentam basicamente os mesmos problemas, agravados pelo desemprego. Melhorias na infra-estrutura, executadas pelas respectivas prefeituras, além dos investimentos em educação e saúde ao longo destes anos não foram suficientes para elevar a qualidade de vida dos habitantes. As ações, programas e políticas públicas municipais, estaduais ou federais, não acompanharam efetivamente, o súbito crescimento demográfico destes municípios.

Embora o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) tenha alcançado patamares mais elevados em 2000 do que nos anos anteriores, os entrevistados são quase unânimes em apontar um baixo nível de qualidade de vida nos dois municípios. Tomando como parâmetros, principalmente, o desemprego e a falta de qualificação de mão – de – obra, além do acesso aos serviços básicos de educação, saúde, abastecimento de

água, energia elétrica e esgotamento sanitário, consideram que não houve melhorias significativas no padrão de vida. De acordo com *M* (49 anos), ... *precisamos melhorar, e melhorar muito, porque qualidade de vida não tem índice maior, a gente sabe que tem o menor, mas quanto melhor se viver, melhor para a vida.*

O IDHM, obtido através da média aritmética dos subíndices relativos à educação, longevidade e renda (IPEA, 2005)³⁹, é um indicador que busca mensurar melhorias na qualidade de vida, levando em consideração o acesso à educação, distribuição eqüitativa de renda e assistência ao cidadão. Obviamente, embora o IDHM varie no intervalo (0, 1), ele é um índice relativo, já que demanda uma classificação em relação a outros municípios.

No ano de 2000, Camaçari ocupava a 2.319ª posição do ranking, entre os 5.507 municípios nacionais, enquanto Dias d'Ávila ficava com o 2385º lugar. No ranking estadual entretanto, destacavam-se no 6º e 7º lugar respectivamente.

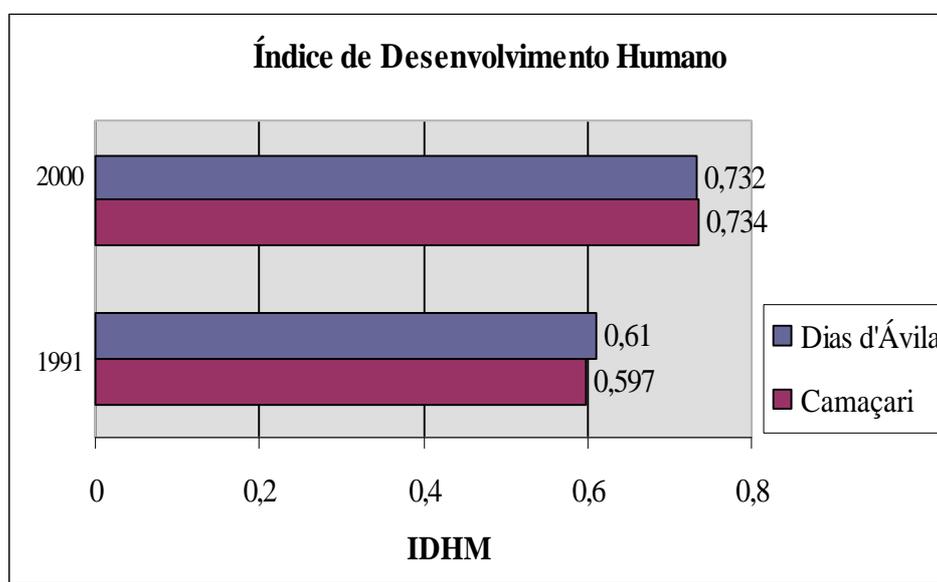


Gráfico II: Índice de Desenvolvimento Humano – IDH (1991/ 2000)
Fonte: IPEA

³⁹ Índice sintético calculado pela média simples de três sub-índices, referentes às dimensões de Longevidade (IDHM-L), Educação (IDHM-E) e Renda (IDHM-R). Para obter informações metodológicas, consulte o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil - 1998. O universo de municípios da tabela é definido pelo IBGE no levantamento censitário e não necessariamente coincide com o oficialmente existente ou instalado na data de referência (www.ipea.gov.br).

Tabela IV: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

<i>MUNICÍPIOS</i>	<i>1970</i>	<i>1980</i>	<i>1991</i>	<i>2000</i>
Camaçari	0,365	0,593	0,597	0,734
Dias d'Ávila	-	-	0,610	0,732

Fonte: IPEA

Tabela V: IDHM - Educação

<i>MUNICÍPIOS</i>	<i>1970</i>	<i>1980</i>	<i>1991</i>	<i>2000</i>
Camaçari	0,353	0,502	0,780	0,873
Dias d'Ávila	-	-	0,760	0,875

Fonte: IPEA

Tabela VI: IDHM – Renda

<i>MUNICÍPIOS</i>	<i>1970</i>	<i>1980</i>	<i>1991</i>	<i>2000</i>
Camaçari	0,268	0,580	0,586	0,623
Dias d'Ávila	-	-	0,598	0,606

Fonte: IPEA

Tabela VII: IDHM - Longevidade

<i>MUNICÍPIOS</i>	<i>1970</i>	<i>1980</i>	<i>1991</i>	<i>2000</i>
Camaçari	0,390	0,564	0,586	0,707
Dias d'Ávila	-	-	0,591	0,716

Fonte: IPEA

O discurso de **H** (45 anos), ao relembrar parte de sua infância vivida na bucólica cidade do interior, Camaçari, cria um quadro pitoresco quando descreve as habitações simples, que apesar de construídas de taipa e palha ou pau-a-pique, não simbolizavam a perda da dignidade e integridade das famílias que abrigavam. Ele afirma que apesar da pobreza, as famílias não passavam fome; hoje, com uma das maiores arrecadações municipais do Estado, a miséria em Camaçari seria muito maior. As habitações

subnormais se constituíram então, em um indicador das condições de miserabilidade das famílias, principalmente quando inseridas no contexto urbano.

Primeiro aspecto, e hoje com toda essa estrutura, com essa mega-receita do município, que ultrapassa 23 milhões de reais/mês, na média,[...] para uma população de 160 mil habitantes, é um município plano, que não tem catástrofes, você não vê nem chuva, vento, nada que podia criar isso, e você tem hoje mais de 60% da população na linha da miséria [...].(Entrevistado H, 45 anos)

O PIB municipal *per capita* em 2000 era de R\$ 6.439.210,33, quase três vezes o PIB *per capita* estadual (R\$ 2.253,61) e aproximadamente 1,3 do PIB *per capita* do País (R\$4.958,85), entretanto a taxa de desemprego neste mesmo período, era de 30%.

Tabela VIII: Produto Interno Bruto (PIB) Municipal

<i>Município</i>	<i>1996</i>	<i>1999</i>	<i>2000</i>	<i>2001</i>	<i>2002</i>
Camaçari	R\$3.662.272,90	R\$5.815.595,4	R\$6.439.210,33	R\$6.635.097,27	R\$ 7.065.245,48
Dias d'Ávila	R\$ 348.295,74	R\$738.608,96	R\$597.706,57	R\$646.541,21	R\$643.993,84

Fonte: IPEA

Tabela IX: Receita total nos municípios de Camaçari e Dias d'Ávila

<i>Município</i>	<i>1998</i>	<i>1999</i>	<i>2000</i>	<i>2001</i>	<i>2002</i>
Camaçari	-----	-----	R\$ 222.352.891,04	R\$264.825.177,82	R\$298.778.393,09
Dias d'Ávila	-----	-----	R\$ 31.223.472,67	R\$ 39.820.625,99	R\$44.453.460,51

Fonte: IPEA

Tabela X: Despesas Municipais por Função de Educação e Cultura

<i>Município</i>	<i>1997</i>	<i>1998</i>	<i>1999</i>	<i>2000</i>	<i>2001</i>
Camaçari	R\$ 33.601.304	-	-	R\$66.959.151	R\$ 71.810.540
Dias d'Ávila	R\$ 7.382.384	R\$6.287.433	R\$ 9.018.698	R\$ 8.884.329	R\$13.151.567

Fonte: IPEA

Tabela XI: Despesas Municipais por Função de Saúde e Saneamento

<i>Município</i>	<i>1997</i>	<i>1998</i>	<i>1999</i>	<i>2000</i>	<i>2001</i>
Camaçari	R\$ 15.968.592	-	-	R\$ 35.405.234	R\$ 42.077.335
Dias d'Ávila	R\$ 2.481.284	R\$ 2.508.143	R\$ 4.093.240	R\$ 5.510.484	R\$ 5.146.613

Fonte: IPEA

Os dados apresentados nas Tabelas X e XI ilustram os gastos com educação e saúde que representam aproximadamente 24% e 14%, respectivamente, da receita do município de Camaçari em 2002, contra percentuais de 30% na educação e 16% na saúde durante o ano de 2000, indicando uma redução dos gastos públicos com educação e saúde. No município de Dias d'Ávila 29,5% da receita municipal foram gastos com educação e 11,6% foram dedicados á saúde e saneamento durante o ano de 2002. Em 2000, a prefeitura de Dias d'Ávila destinou aproximadamente 28,8% de sua receita à educação e 17,6% à saúde, demonstrando uma queda dos recursos neste setor.

Embora o Pólo proporcione, principalmente para Camaçari⁴⁰, a segunda maior receita municipal do estado da Bahia, além de ser apontado como o maior gerador de empregos da região, a maioria dos entrevistados afirmou que população local não usufrui desses benefícios e apresenta altos índices de desemprego, determinante para a qualidade da vida. A taxa de desemprego em Camaçari, era de 32,1% em 2003, apesar da expansão do Pólo, com a chegada de novas empresas que se instalaram na aérea.

Tabela XII: Taxa de desemprego⁴¹

<i>Anos</i>	<i>RMS</i>	<i>Salvador</i>	<i>Camaçari</i>
1997	21,6	20,4	27,1
1998	24,	23,3	30,9
1999	27,7	26,5	33,4
2000	26,6	25,4	30,0
2001	27,5	26,4	29,4
2002	27,3	26,2	29,3
2003	28,0	27,1	32,1

Fonte: PED RMS / SEI / SETRAS / UFBA / DIEESE / SEADE

⁴⁰ 70,4% do PIB são oriundos da indústria, enquanto o restante fica dividido entre serviços (29,3%) e agropecuária (0,3%)

⁴¹ Não há dados desagregados, disponíveis, sobre Dias d'Ávila.

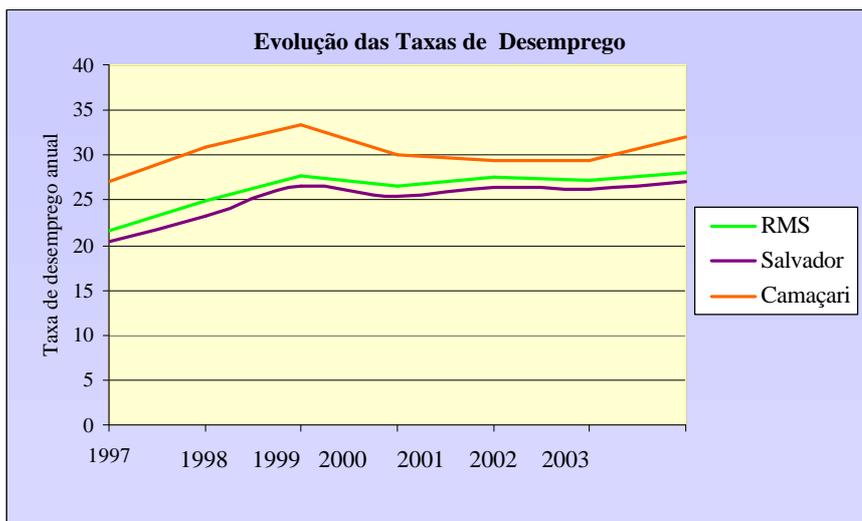


Gráfico III: Evolução das taxas de desemprego em Camaçari, Salvador e RMS.

A prefeitura de Dias d'Ávila não dispõe dos mesmos recursos, mas a presença do Pólo foi citada pelos entrevistados como fator que agregaria oportunidades para a população, proporcionando-lhes melhoria na qualidade de vida. Esta seria, segundo os entrevistados, a contrapartida a ser oferecida pelas empresas ali instaladas, como compensação pelos riscos impostos aos moradores daquela região.

O desemprego e/ou sub-emprego que seriam os principais fatores responsáveis pelo padrão de vida destas comunidades, funcionam como o estopim de uma sucessão de efeitos, tais como a pobreza, a fome, a miséria, que oprimem os indivíduos e lhes restringe a uma condição que sufoca seus direitos como cidadão - acesso aos serviços públicos básicos, tais como educação e saúde. Esse contingente vai se refugiar na periferia, formando favelas [...] *sem nenhuma estrutura, muitas até com calçamento, mas não tem um metro de esgotamento sanitário, você vê o calçamento, se você passar na porta do quintal você vai ver jorrando* (Entrevistado H, 45 anos).

Outros indicadores, explicações e considerações eram incorporados ao discurso à medida que desenvolviam suas percepções e idéias. O Quadro I (pg.118) ilustra com alguns trechos os discursos dos informantes.

O Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil / 2000, apresenta alguns dados que contrapostos ao IDH, oferecem maior acuidade acerca da realidade descrita nas entrevistas. O percentual de pobres, no município de Camaçari, que em 1991 era de 44,52%, atingiu a marca de 46,17% em 2000, enquanto o percentual de indigentes elevou-se de 18,56%, em 1991, para 21,25% em 2000. Já a renda *per capita* que saiu de R\$ 130,46 em 1991 para o valor de R\$ 163,15 em 2000, representa uma queda significativa do poder aquisitivo. No espaço de nove anos, 1991 – 2000, o acréscimo de 25,5% foi menor do que a inflação do mesmo período. Além disso, em 2000, apenas 10% da população concentrava 48,16% da renda (PNDU, 2000).

Dias d'Ávila mostra uma redução nos percentuais de indigentes e de pobres que passaram de 36,93% e 60,21% em 1991 para 27,29% e 49,94% em 2000, respectivamente. Quanto a concentração de renda, a situação é semelhante à de Camaçari, com 41,94% da renda nas mãos de apenas 10% da população no ano de 2000, enquanto a renda *per capita* saltou de R\$91,30 em 1991 para R\$ 128,11 em 2000 (PNDU, 2000).

Tabela XIII: Perfil socioeconômico do município de Camaçari

CAMAÇARI	1991	2000
Percentual de pobres	44,52 %	46,17 %
Percentual de indigentes	18,56%	21,25%
Renda per Capita	R\$130,46/hab	R\$163,15/hab.
Percentual da renda apropriada pelos 10% mais ricos da população	38,25 %	48,16 %

Fonte: PNDU

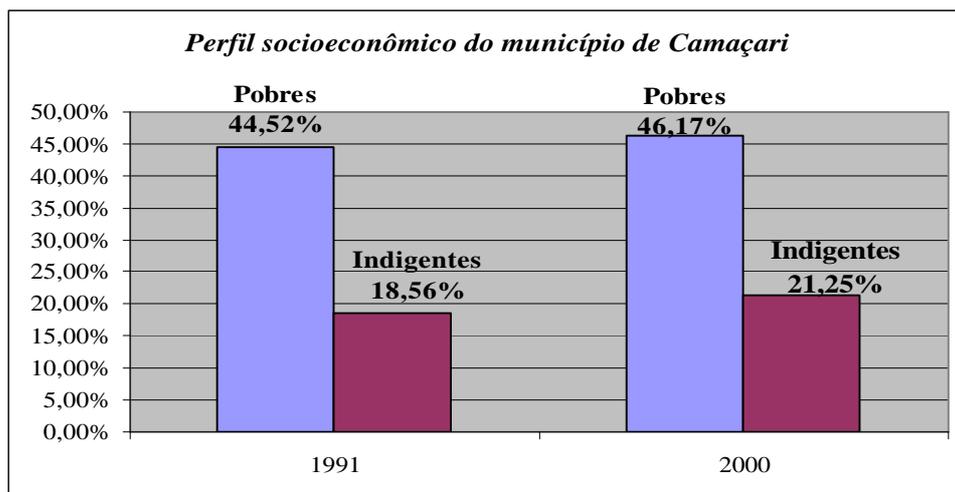


Gráfico IV: Perfil socioeconômico do município de Camaçari

Fonte: PNDU

Tabela XIV: Perfil socioeconômico do município de Dias d'Ávila

DIAS D'ÁVILA	1991	2000
Percentual de pobres	60,21 %	49,94%
Percentual de indigentes	36,93 %	27,29%
Renda per Capita	R\$91,30/hab.	R\$128,11/hab.
Percentual da renda apropriada pelos 10% mais ricos da população	41,04%	41,94%

Fonte: PNDU

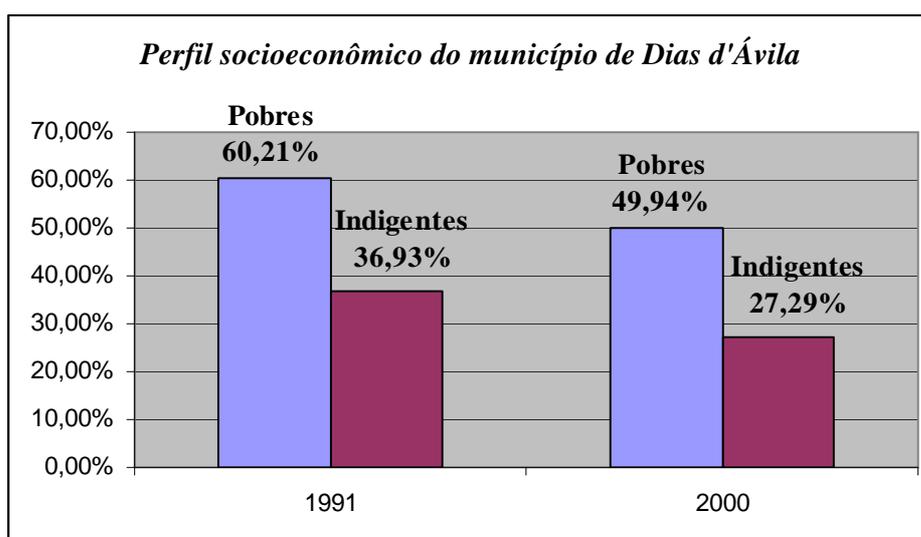


Gráfico V: Perfil socioeconômico do município de Dias d'Ávila

Fonte: PNDU

Entrevistado	TRECHOS DE ENTREVISTAS
A.	A qualidade de vida, eu acho que ela é muito distante do que seria desejável, numa região que tem esse grau de resposta financeira.
B.	Em termos de divisão social das rendas é muito injusta, mas isso é coisa do nosso Brasil. [...] fazendo uma comparação com as cidades circunvizinhas, ainda temos uma qualidade de vida melhor[...]. Muito embora, em alguns aspectos, só exista no discurso.
C.	[...] o problema todo é expectativa de emprego que não tem mais[...]. Hoje quem tem seu emprego e está aposentado, e está em um outro tipo de atividade está bem [...] eu acho que está dando pra viver, no caso de Dias d'Ávila por exemplo, você não vê favelas. As pessoas moram em casas de construção, mesmo sem rebocar, tem alguma atividade. Eu acho que melhorou.
D.	Devido ao desemprego, a qualidade de vida, é a pior possível. Porque aqui [se] passa muita fome aqui.[...] Aqui existe uma pobreza terrível em Dias d'Ávila!
E.	Carentes. Todas carentes. Renda baixa. A Florestal nem se fala, porque foi invasão. É bem vizinha, está no cinturão. Cristo Redentor também
F.	Eu acho que precisava melhorar a qualidade de vida dessas comunidades, e acho que quem deveria contribuir [...] [era] o Pólo Petroquímico. [...] Desenvolver alguns projetos, ajudar a comunidade [...] até o próprio Conselho se tivesse acesso, podia fazer esse trabalho
G.	Muito ruim. Muito ruim do ponto de vista social, econômico, cultural.
H.	A qualidade de vida,[...] eu costumo dizer sem nenhum saudosismo, uma regressão na qualidade de vida [...]. Aí você tem população de baixa renda, na predominância, [...] carência de saneamentos básicos, generalizados, moradias inadequadas, inapropriadas, a cidade tem inúmeras favelas [...]. Sem nenhuma estrutura, muitas até com calçamento, mas não tem um metro de esgotamento sanitário [...].se você passar na porta do quintal você vai ver jorrando.
I.	Eu acho que poderia melhorar mais. A qualidade de vida porque se eu disser que está bom, eu vou estar me contradizendo, porque como é que eu digo que não tem emprego, e que a qualidade de vida está boa?
J.	Já foi um lugar mais saudável,[...] e isso até os registros mostram[...]mas que esse ar antes do Pólo, era mais puro [...]. Contra fatos não há argumentos, de que realmente essa qualidade de vida, e de ar[...], hoje é inferior, em relação à instalação do Pólo. Não tenho a menor dúvida.
K.	Eu posso falar por Dias D'avila. Qualidade de vida péssima. O desemprego, o sub-emprego é o que reina, é uma comunidade muito sofrida, muito desassistida. O que é feito lá é o mínimo.
L.	A qualidade de vida, da gente vizinho ao Pólo, é uma qualidade de vida regular. [...]. Aquele que é empregado [...] sabe que "X" data do mês, tem seu salário para receber.[...]. Mas a comunidade que mora em volta do pólo, que vive de bico[...]
M.	Falar em qualidade de vida das comunidades vizinhas do Pólo, é um tanto quanto complexo, quando a gente imagina que a qualidade de vida dos brasileiros [...] precisa ser melhorada. [...] as comunidades de Camaçari e Dias d'Ávila, graças aos projetos sociais bem desenvolvidos pelo Poder Público Municipal, vem assegurando uma qualidade de vida, um tanto quanto melhor do que a que existia, mas isso não quer dizer que nós chegamos numa situação de excelência.
N.	Muito pobre. Não parece que tem um Pólo vizinho deles. Não parece que tem um potencial tão rico industrial de junto,[...] o próprio comércio de Camaçari, o preço é em cima do Pólo petroquímico. E o Pólo não compra em Camaçari,[...] não mora em Camaçari. A maioria do Pólo, eu vejo 70% do Pólo dentro de Salvador, e outros lugares.
O.	É ruim. O pessoal é pobre, não tem emprego,[...] a prefeitura de Camaçari realiza muitas coisas, porque tem [...] a 2ª maior arrecadação municipal do Estado, Salvador é a maior parte, e tudo isso é gerado no Pólo
P.	Não respondeu
Q.	Eu posso falar por Dias d'Ávila. Qualidade de vida péssima. O desemprego, o sub-emprego é o que reina, é uma comunidade muito sofrida, muito desassistida. O que é feito lá é o mínimo.

Quadro I: Qualidade de vida em Camaçari e Dias d'Ávila segundo os informantes

Ainda que os entrevistados destaquem o município de Camaçari pela sua riqueza fiscal, essa abundância não chega até a população que continua enfrentando dificuldades com os serviços de saúde, padrão de educação formal de baixa qualidade, déficit habitacional e sobretudo, dificuldades de especialização de mão-de-obra, fundamentais para elevar o padrão de vida da população local.

A educação foi colocada como uma condição *sine qua non* para elevação do nível de qualidade de vida. Políticas públicas e ações por parte do próprio Pólo Petroquímico, através de programas para a capacitação da mão-de-obra local, foram sugeridos pelos entrevistados.

Tanto a qualidade da educação quanto da assistência à saúde, oferecida pela administração local foram consideradas péssimas.⁴² É preciso lembrar que o trabalho formal, principalmente no Pólo, oferece vantagens nestes (e em outros) aspectos que são extensivas às famílias dos trabalhadores. Estar empregado, portanto, abrange, não apenas a questão da subsistência, mas abre possibilidades de acesso a outros serviços, como assistência a saúde ou mesmo educação, já que algumas empresas mantêm programas de

⁴² Educação, tem a pior qualidade de educação que já foi oferecida nesse município [...] saúde pública, condiz com toda essa realidade, altos índices de verminoses, de doenças parasitárias, uma lástima. Mortalidade infantil, da incrível, a mortalidade infantil aqui não é tão elevada por um fator [...]. A nossa água, é ferruginosa e magnésiana, então se a qualidade da água, não fosse tão boa [...], nós teríamos diarreia, seria a coisa mais banal dessa cidade. Mas o magnésio, é um auto regulador intestinal, das funções intestinais, mas mesmo assim, nós temos um município considerado, elevado em mortalidade infantil [...]. A assistência pública de saúde é péssima, são apenas para constar, se você passar de 3:00 da manhã até as 7:00, nos postos onde fazem atendimento, você encontra filas quilométricas, de pessoas disputando vinte fichas. Uma cidade em que cada, em cada dez crianças, em cada dez parturientes, uma talvez nasça na cidade, porque as outras são mandadas para cidades vizinhas, Dias D'Ávila, Simões Filho, Lauro de Freitas, Salvador, até Pojuca, porque não faz estrutura para parto, é uma cidade num passado distante, quando não tinha essa receita, chegou a ter um Hospital Público, e ter uma Maternidade Pública, hoje ela tem um Hospital Geral, que não atende nem a uma parcela insignificante da população, quanto mais à população.

Os Postos de Saúde, [...] temos hoje, mais trinta postos de saúde, e se esses postos realmente atendessem, nós teríamos uma malha de atendimento excelente, mas [...] os postos são feitos para constar, e muitos deles hoje, terceirizados, são vias de desvios de verbas, isso são denúncias feitas inclusive por um vereador chamado Caetano, na Câmara Federal, é... Municipal, e com um documento do Ministério Público, uma ação do Ministério Público contra isso, pra você ter uma idéia da estrutura que é esse município.

De contra partida, o que é que eu posso lhe dizer da qualidade de vida? Baixíssima, aí dizem assim: "Ah, mas as pessoas estão bem aqui!" Sim, as pessoas conseguem é... fazer carnaval até sem ter o que comer. Você sabe que eu vejo pessoas que passam necessidade, mas conseguem se apertar mais ainda, para pagar a fantasia de um bloco, ou para se dar ao luxo de ficar sendo empurrado na lateral de uma corda, então essa é a realidade, agora, um povo extremamente independente, criou-se uma política de alienação na cidade, de dependência e de imposição do poder muito forte, para você ter uma idéia a Prefeitura de Camaçari, tem Polícia Paramilitar, ou seja, tem um grupo de marginais, e posso dizer isso, porque muitos deles são procurados pela polícia, e outros são dentro da corporação, dentro da Polícia, que fazem o processo de operação da violência, de agressão, de ameaças, então apesar de estar muito próximo dos grandes centros, essas coisas existem aqui. (Depoimento de H, 45 anos)

incentivo a complementação da educação formal dos seus trabalhadores, programas de alfabetização e outras facilidades, tais como bolsas auxílio - educação, creche, etc.

Desta forma, sem garantias de acesso aos serviços mantidos pelo estado e diante de sua qualidade deficiente, o indivíduo vê no emprego formal as chances de inclusão e mobilidade social.

O neoliberalismo, com o enxugamento do Estado do bem – estar social e sua gradual substituição pelo estado mínimo, proporciona e incentiva o esgarçamento das relações entre cidadão e Estado, estimulando a responsabilização dos sujeitos em todas as instâncias de suas vidas. Esse pode ser um motivador para a despolitização dos sujeitos que passam a dirigir seus esforços e empenhar sua lealdade em direção àqueles que oferecem oportunidades de melhorias na qualidade de vida.

Paralelamente, as relações entre setor privado e o cidadão encontram-se mais estreitas e tornam o trabalhador uma espécie de cativo, através das “vantagens” oferecidas pelas relações de produção, enquanto os laços entre cidadão e Estado vão se fragilizando mais e mais. A máquina administrativa não é capaz de suprir as necessidades básicas dos seus cidadãos, muito menos de garantir seu direito a melhor qualidade de vida.

É fato que Camaçari mostra mudanças no seu perfil e certa melhoria na qualidade de vida. Alguns indicadores - oferta de empregos na construção civil triplicou; os postos de trabalho no comércio local cresceram 20% em relação ao ano de 2003 (IBGE/PEA), apontam claramente para uma reestruturação macro-social e econômica do município, o que não significa que problemas estruturais, tais como a pobreza, violência e desemprego tendem necessariamente a desaparecer.

Entre os riscos elencados pelos entrevistados, o aumento da violência, a insegurança e o desemprego aparecem entre os mais temíveis, pois se caracterizam como

problemas de ordem nacional, extrapolando o contexto local. A essas incertezas, juntam-se os riscos ambientais relacionados ao Pólo Petroquímico (Quadro II, pg.123).

A convivência diária dessa população com a violência, a pobreza, a miséria e o desemprego, engendra uma realidade onde os riscos ambientais são banidos para a esfera do remoto.

Porque hoje, o trabalhador, mesmo dentro da empresa, está sujeito a um assalto na empresa, e ele ser retirado a vida lá dentro. Não precisa nem poluição matar ele. E aqui no Pólo já houve isso. [...]. O trabalhador no trajeto de sua casa para o ponto de ônibus, está propenso a sofrer um assalto. E como não tem nada o que dar, perde a vida. Então eu acho que a nossa perda maior, e o sacrifício maior da gente é a insegurança. [...] hoje é pra você viver enjaulado cheio de grades dentro de sua casa, e o ladrão, assaltante, estuprador, o marginal viver solto. (Entrevistada L, 48 anos)

Por trás dessa afirmação podemos identificar problemas estruturais, conseqüentes de uma política desenvolvimentista calcada nos princípios neoliberais que amplia e aprofunda as exclusões, transforma as relações de produção e aposta no livre mercado, *com a progressiva retirada da intervenção do estado na economia.* (DRUCK, 1999, p.19).

A terceirização situa-se entre as mais profundas transformações provocadas por este conjunto de fatores, levando a precarização não apenas das relações de trabalho, mas da saúde, das ações coletivas e da própria segurança do trabalhador, o que significa a produção de novos riscos.

Justamente, o projeto de terceirização que veio colocar o homem em risco, porque ele não foi qualificado [...]. Então, às vezes é um serviço de pintura, mas ele está utilizando uma tubulação que era para ser trocada há cinco anos atrás e de repente bate um martelo para tirar a ferrugem, e as vezes está ali uma mina de ácido sulfúrico ou de gás perigoso, e ele vem sem nenhuma capacitação, sem nenhum curso que ele fez [...] e criar um acidente. (Entrevistado K, 27 anos)

O risco de acidentes e mesmo da poluição apresenta um nexo causal com a precarização das relações de produção, no discurso dos entrevistados. A terceirização trás a efemeridade, o amadorismo e a inexperiência com a contratação temporária de mão-de-

obra não qualificada que abre possibilidades para a responsabilização do trabalhador como uma das principais causas prováveis dos acidentes.

As empresas primam pela segurança, disponibilizando equipamentos de proteção e treinamento, minimizando as probabilidades de acidentes através do uso do conhecimento técnico e científico. Em última análise, portanto, está o trabalhador e seu comportamento considerado inexplicável.

Alguns problemas entretanto, persistem, embora publicamente sejam dados como solucionados ou mitigados. Contatos informais com trabalhadores e moradores de Camaçari, durante o período de junho/julho de 2005, revelaram que a população continua se ressentindo da poluição atmosférica que provoca problemas respiratórios para os habitantes da cidade, principalmente nos bairros mais próximos ao Pólo. Segundo os informantes, é durante a noite que os gases são expelidos pelas chaminés das fábricas, alguns com cheiro sufocante.

Camaçari é super-poluído, as pessoas dizem que não, mas eu não tenho medo de dizer, eu não tenho vergonha de dizer, porque eu moro aqui, eu sou filha daqui, e aqui é uma cidade completamente poluída. Tem dia que a gente não agüenta o cheiro da CETREL [...] mas tem épocas que é pior, e eu não sei identificar qual é esse período [...] tem um período que é horrível, [...]insuportável!
Eu não sei que cheiro é. Parece que a gente está entrando em um tubo. [...] dá uma irritação na gente, como se tivesse tomado algum remédio que lhe deixou bastante irritada. As crianças começam a cansar, quem tem asma. (Entrevistada F, 46 anos)

Essa informação tem sido tratada de forma mítica. Não há dados que comprovem sua veracidade, mas também não existem estudos que dissipem as dúvidas sobre essa questão. Os rumores acerca da poluição industrial, são confirmados por ex-empregados, consultores ou prestadores de serviço das indústrias do Pólo Petroquímico, que afirmam haver manipulação, ocultação de dados que comprovariam níveis elevados de contaminação atmosférica, hídrica e/ou do solo.

Entrevistado	TRECHOS DE ENTREVISTAS
A.	<i>Os trabalhadores do Pólo hoje tem uma situação extremamente controlada. No passado havia uma preocupação de saúde muito forte. Hoje, ainda há um problema no Pólo [...] que precisa de maior controle, que é o ruído. A contaminação, e nós temos pesquisas com os próprios empregados, [...] não tem problema.</i>
B.	<i>São acidentes. O que nos preocupa mais [...], que é um perigo de se conviver e tem que saber observar os procedimentos para poder minimizar, é o transporte de cargas perigosas nas rodovias. [...], e geralmente o perigo [...] está nos veículos que transitam e que desconhecem as regras de segurança.</i>
C.	<i>Acho que não está lá dentro, está fora. Com a violência que está assolando. Uma coisa que não existia muito, e hoje está tendo muito.</i>
D.	<i>Acidente por falta de segurança e falta de treinamento. Acidentes graves, justamente porque as empreiteiras não têm a responsabilidade que devem ter, aí pode acontecer um acidente por falta de segurança. Porque a segurança, fica muito a desejar.</i>
E.	<i>Poluição dos produtos químicos. Eu me lembro [...] uma menina disse que na comunidade dela, [...] tinha uma esposa que colocava que o marido era impotente sexual. E a gente levou essa questão para o Pólo, e eles disseram que isso era pura especulação [...] e qualquer leigo sabe disso, [...]tem em Camaçari também.</i>
F.	<i>Eles pensam que o Pólo vai explodir [...] ele ainda não explodiu. Então eu acho que não tem mais esse risco todo não, se tiver que acontecer, nos EUA não chegaram e detonaram os dois edifícios? Só se alguém chegar na COPENE e detonar qualquer coisa, que é “vapt-vupt”, a evaporação do Pólo. Fora isso eu acho que não.</i>
G.	<i>Eu acho que a população, [...] ela tem medo de algum acidente [...] do ponto de vista de um vazamento. De um gás qualquer, o povo tem esse medo [...]. Mas [...] de explodir tudo não.</i>
H.	<i>Apesar de estar lá dentro no Conselho, acho que hoje a indústria química ela está muito mais preocupada com a segurança, [...] e com a prevenção do que ontem, mas isso não afasta a possibilidade de um erro por negligência ou por uma ação qualquer [...]. A outra que expõe de forma muito direta a população, são as péssimas condições das vias de acesso ao Pólo, e muitos produtos químicos circulam por caminhos, outra que para mim leva riscos, é essa via férrea, dentro da cidade.</i>
I.	<i>Riscos em relação ao ar que nós respiramos, eu acho que é o maior deles, apesar de que tem outro que nós nos preocupamos muito, porque Dias d'Ávila é a cidade das águas, digamos assim, aqui qualquer lugar que você cavar, dá água, água boa [...]. A gente se preocupa com qualquer deslize, que pode afetar o lençol freático, então essa é uma preocupação.</i>
J.	<i>Acredito que seja, o risco maior, é a questão do livre acesso ao Pólo. Tudo bem, é uma via pública, mas a partir do momento que não exista uma fiscalização, da própria Polícia Rodoviária, você pode vir para aqui, tudo bem [...].Vem pra cá nos fins de semana, e se tomando uma cerveja a mais, bate em uma tubulação, bate em uma carreta? Como é que vai ficar? A questão da manutenção das pistas.</i>
K.	<i>O risco do homem [...] não estar sendo educado para as coisas futuras, ou seja, é como eu coloquei antes, com essa geração de empregos que foi colocada aí, de 56.000 empregos para a Região Metropolitana, se agente for ver hoje, são 55.000 favelas, que estão ao redor, em áreas de preservação. [...] são as pessoas que vem de fora tentar conseguir emprego e não conseguem, então usam os terrenos baldios, e começam a fazer um barraco[...] e ali não tem uma fiscalização, e onde essas pessoas estão morando são áreas de risco, então essas pessoas começam a comprometer projetos futuros, como no caso do Anel Florestal, que as pessoas já estavam ocupando.</i>
L.	<i>Eu acho que o perigo maior hoje, de risco, além do desemprego, é a insegurança. Eu acho que é a pior. Eu não tou colocando nem a poluição como pior. Porque é a insegurança.</i>
M.	<i>Os trabalhadores, eles estão expostos, 24 horas[...] a riscos. Mas não estão expostos a perigos. E se trabalhar obedecendo às normas de segurança, obedecendo aos critérios de manutenção preventiva, [...], é muito difícil acontecer algo que saia dos limites da própria indústria</i>
N.	<i>Eu vejo incêndio e escapamento de gases. Sem contar com a contaminação da água, que é uma coisa que eu me preocupo muito também.</i>
O.	<i>Eu diria que o pior risco que poderia acontecer com uma população dessa é uma bruta nuvem tóxica se soltar das instalações, e ser carregada para cima da população [...]. Risco é uma coisa, acontecer é outra.</i>
P.	<i>Continuam sendo a água subterrânea, e as questões de emissões, eu ainda vejo mais as questões de águas subterrâneas, do que propriamente de emissões. Porque eu acho que as emissões, você tem uma característica muito, assim, específica de emissões,</i>
Q.	<i>As comunidades pelos dados que a gente tem acesso. A CETREL diz que não existe as emissões de gases tóxicos, pelo que é passado para a gente os poços não tem contaminação.[...]os trabalhadores, eles estão expostos à periculosidade dos equipamentos e do local.. E a gente também não dispõe desses dados mas a gente imagina.</i>

Quadro II: Principais riscos para a população de Camaçari e Dias d'Ávila

Tipos de risco

	Violência, insegurança e desemprego
	Segurança no trabalho, terceirização, acidentes
	Poluição, contaminação

Legenda Quadro I

Os estudos sobre o Pólo até então realizados merecem ser revistos e atualizados já que não dão conta das evidentes transformações ocorridas tanto no complexo industrial quanto aos municípios de Dias d'Ávila e Camaçari.

Entre os estudos mais significativos apresentados sobre o Pólo, prevalecem aqueles que tratam dos problemas relacionados à saúde do trabalhador, quer pela exposição direta ou não a substâncias tóxicas no processo de produção, quer por acidentes ocorridos por falhas na segurança ou obsolescência de equipamentos, quer por desordens de caráter comportamental, por vezes associados à instabilidade econômica ou mesmo social, atreladas às mudanças nas relações de produção.

Estes estudos podem ser classificados em 2 categorias: os epidemiológicos e sócio-antropológicos. Os primeiros procuram quantificar e sobretudo caracterizar estatisticamente as situações de risco a que são expostos estes trabalhadores, demonstrando as associações deletérias existentes entre as variáveis apresentadas, como no caso dos estudos sobre benzenismo. Nesta categoria encontram-se a tese de doutorado de Ligia Vieira (1989), os trabalhos elaborados por Santana et al(1997), Carozzo(1997), Barani(1990) dentre outros.

Os estudos mais recentes datam de 2000 a 2003. Um deles, realizados pelo Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador – CESAT, analisa acidentes de trabalho e doenças ocupacionais registradas através da CAT - Comunicação de Acidentes de

Trabalho nos anos de 1999 e 2000. A indústria de transformação ainda é o principal ramo de atividade que apresenta maior índice de acidentes entre trabalhadores: 27,8% em 1999 e 22,8% em 2000 (CONCEIÇÃO, 2003).

Na segunda categoria se encontram os trabalhos que levantam aspectos qualitativos dessas questões, priorizando a abordagem socio-antropológica. O estudo elaborado por Oliveira (1997), procura resgatar a visão que os operários construíram sobre sua condição de leucopênicos e como esse discurso se contrapunha com o discurso médico oficial. Já os trabalhos de Franco (1991, 1998) e Borges & Franco(1997), bem como o de Franco & Druck(1998) e Druck (1999) avançam sobre os efeitos nocivos que a precarização do trabalho, transformações nas relações de produção bem como as mudanças trazidas pela processo de globalização das economias, acarretam sobre a saúde e integridade física e moral do operariado. A dissertação de mestrado de Lígia Rangel (1991) coloca em evidência uma questão interessante, muito discutida e polemizada, mas de fato pouco estudada empiricamente, que é a percepção do risco pelo trabalhador e como essa cultura se reflete na sua rotina diária de trabalho.

Outros estudos podem ser incorporados a essa segunda classificação. Entre eles estão o de Estrabook, Paes Machado & Siqueira (2000), uma análise comparativa sobre o Pólo Petroquímico em Salvador/Bahia e o complexo de Louisiana, nos EUA e a tese de doutorado de Eduardo Siqueira (1998), sobre a CETREL.

Além desses estudos, uma pesquisa interdisciplinar de grande amplitude foi desenvolvida pelo Núcleo Interdisciplinar de Meio Ambiente - NIMA/UFBa em parceria com o PADCT/FINEP/BIRD.

O projeto, "*Análise do Modelo de Gerenciamento Ambiental do Pólo Petroquímico de Camaçari*", que envolvia diversos componentes - Saúde e Ambiente de

Trabalho, Meio Ambiente Urbano, Estratégias Empresarias, Qualidade Atmosférica e Recursos Hídricos - pretendia:

[...] definir a lógica do gerenciamento ambiental do Pólo, identificando e analisando suas características, utilizando como indicadores de análise as bases legais e institucionais incidentes no Pólo; os instrumentos e procedimentos de gerenciamento desenvolvidos; a estrutura operacional disponível; a normatização disponível/aplicada. Os programas de monitoramento desenvolvidos; os processo de aprimoramento contínuo adotados; e estudo específicos dos componentes do projeto. (mimeo. 1997, s/p)

Apesar dos esforços, não foi possível ter acesso aos resultados deste trabalho. Entretanto, dados de uma pesquisa realizada pelo IBGE sobre o perfil ambiental dos municípios brasileiros e publicada em 2002 (Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/munic_meio_ambiente_2002/index.htm> Acesso em: 24/01/2006), aponta a poluição aérea associada às atividades industriais, como um dos problemas que afetaram o município. Este é um ponto obscuro e pouco explorado.

Camaçari, segundo a referida pesquisa, município com cerca de 170.000 habitantes, densidade demográfica de 226,17 hab./km² e situado próximo a um pólo industrial, possui uma secretaria de meio ambiente ligada a um órgão de planejamento com um total de cinco funcionários ativos, dois dos quais de nível superior e três de nível médio e auxiliar. Contam ainda com um funcionário e um prático sem vínculos empregatícios (ANEXO D).

O município dispõe de um Conselho Municipal de Meio Ambiente – CMMA, composto por representações da sociedade civil, cerca de 50%, e representações do poder público.

No âmbito nacional, a pesquisa constatou que apenas 34% dos municípios brasileiros tinham um conselho de meio ambiente, sendo que apenas 26% estariam ativos.

Um dos indicadores de atividade considerado foi o número de reuniões realizadas nos 12 meses anteriores à data da pesquisa. Camaçari está inserido no grupo de municípios com conselhos inativos já que não havia efetuado nenhuma reunião nos últimos 12 meses.

O CMMA – Camaçari é um órgão de caráter deliberativo e segundo os dados sua representação da sociedade civil é basicamente formada por representantes de grupos ambientalistas e das entidades empresariais locais. A representatividade da sociedade civil deixa à margem representações de certos grupos de interesse, tais como associações de moradores, entidades de trabalhadores e associações profissionais, assinalando a perpetuação de uma prática política excludente e demagógica, contrária àquela presente no cerne dos movimentos sociais e comunitários.

As características do município de Camaçari – abrigar um pólo industrial de grande porte, além de deter uma riqueza subterrânea, o aquífero de São Sebastião – seriam mais que suficientes para legitimar a representação popular na composição deste conselho, fazendo valer a cidadania, garantindo uma distribuição mais equânime de poder e assegurando a participação democrática neste instrumento de gestão colegiada.

Vale ressaltar que nas entrevistas realizadas no decorrer do ano de 2002 não há menção do CMMA de Camaçari, nem mesmo nos contatos feitos posteriormente. Esse importante mecanismo deveria manter um canal de comunicação estreito e direto com o Conselho já que comungam no interesse pelas mesmas matérias.

Segundo dados da pesquisa, foi iniciada a implantação da Agenda 21 local, composta de temas ambientais e socioeconômicos, porém encontrava-se em “processo de sensibilização”.

Recursos financeiros derivados de multas ambientais foram recebidos pela administração, mas não há informação sobre o montante nem sobre sua aplicação. A legislação ambiental é declarada como parte da lei orgânica do município.

No item referente às condições ambientais, contaminações de nascentes e de rios provocaram alterações ambientais que afetaram as condições de vida. Ocupação desordenada do território, poluição do ar, poluição sonora, esgoto céu a aberto e tráfego pesado na área urbana também foram apontados como fatores responsáveis pelas alterações ambientais.

A poluição aérea foi associada às atividades industriais, enquanto a ocupação irregular das margens de cursos d'água, despejo de esgoto doméstico, mineração/garimpo, seriam as causas imediatas da poluição hídrica. Foi constatado assoreamento de cursos d'água em função de aterro das margens, desmatamento, erosão e/ou deslizamento de encostas.

A paisagem natural sofreu alteração, inclusive com degradação nas áreas legalmente protegidas, em função da atividade de extração mineral, da erosão do solo, de empreendimento imobiliário e ocupação irregular e/ ou desordenada do solo.

A fiscalização e o combate ao despejo de resíduos industriais, bem como a fiscalização e o controle das atividades industriais poluidoras e extrativistas, além da implantação de aterros sanitários e reciclagem de lixo foram alguns dos instrumentos de gestão ambiental apontados para o controle da poluição.

Entre as ações de gestão dos recursos hídricos, recursos florestais e do solo, destacam-se a ampliação e/ou melhoria da rede de esgoto sanitário, despoluição dos recursos hídricos, implantação e operação de estação monitoramento de recursos hídricos, contenção de encostas, controle do uso e limites à ocupação do solo.

Aplicações de multas, cassação de renovação de licença de funcionamento, controle, monitoramento e/ou licenciamento da ocupação urbana e programa de educação ambiental são alguma das outras ações de caráter ambiental, previstas ou existentes.

No município de Dias d'Ávila, a agenda ambiental é incipiente. A estrutura administrativa reduz-se a um departamento, subordinado a uma secretaria municipal que não foi especificada, com apenas um único funcionário de nível médio (ANEXO E).

Semelhante a Camaçari, a poluição atmosférica provocada pelas atividades industriais, a poluição hídrica proveniente de ocupação irregular de curso d'água, assoreamento e degradação das matas ciliares, foram assinalados como problemas ambientais que afetaram as condições de vida humana.

Os instrumentos de gestão ambiental utilizados pelo município resumem-se a fiscalização no combate de despejo de resíduos domésticos, no controle das atividades industriais poluidoras, embora possamos questionar como isso é possível já que a pesquisa indica ausência de estrutura administrativa competente e de legislação municipal que regulamente essas e outras atividades.

Capítulo VII

O CONSELHO COMUNITÁRIO CONSULTIVO DE CAMAÇARI

7.1. Princípios de instalação e funcionamento.

No Brasil, o primeiro Conselho Comunitário Consultivo - CCC foi implantado em 1994 no Pólo Petroquímico de Camaçari – Bahia, pelo Comitê de Fomento Industrial – COFIC, associação privada que agrega quarenta e nove empresas no Pólo Petroquímico de Camaçari em sua área de influência, articulando e coordenando ações de natureza coletiva (COFIC, 2000).

Os princípios de instalação e funcionamento do Conselho Comunitário Consultivo de Camaçari - CCCC estão dispostos em um documento informal, denominado Protocolo, composto por sete seções que definem objetivos, atividades e postura dos conselheiros; composição do conselho; período de atuação e renovação dos membros conselheiros, além de compensações (ANEXO F).

Um adendo ao Protocolo, datado de 14/12/1994, introduz novos critérios para a renovação dos conselheiros, realizada a cada 2 anos. Pelo menos 30% do total de membros deverão ser substituídos a cada biênio, *considerando-se neste percentual as substituições eventualmente ocorridas ao longo do biênio*⁴³; incluindo a substituição dos membros que voluntariamente desejem o desligamento (ANEXO G).

O conselho reúne representantes do município no qual está implantado o complexo industrial - Camaçari, e do município de Dias D'Ávila, vizinho ao Pólo. Respalda pelos

⁴³Trecho extraído do Protocolo

princípios diretivos do Programa Atuação Responsável, o Protocolo de Intenções, tem como principal objetivo criar uma

...interação entre a percepção representativa das comunidades de Camaçari e Dias D'Ávila e as ações das indústrias químicas e petroquímicas instaladas no Pólo Petroquímico de Camaçari, buscando melhorias crescentes nas condições de segurança, saúde e meio ambiente associadas às referidas indústrias. (PROTOCOLO DE INTENÇÕES, 1994, sp)

Entretanto, enquanto o Programa Atuação Responsável afirma pautar suas ações em princípios éticos que primam pela transparência de informações, o CCC, cuja pauta engloba desde as questões ambientais até os aspectos de saúde ocupacional, é concebido mais como um instrumento voltado às necessidades das indústrias do que um mecanismo que vise atender as necessidades da comunidade.

No item sobre as Atividades e Posturas, o Protocolo estabelece que

Conselho Comunitário é um fórum de caráter consultivo por **natureza** e a ele compete:

- a) **Buscar uma melhoria** contínua na **comunicação** entre as **comunidades** e as **indústrias** químicas e petroquímicas do Pólo Petroquímico de Camaçari.
- b) **Atuar como veículo** pelo qual as **comunidades e as empresas** possam, construtivamente, destacar suas **preocupações** e desenvolver **meios** que possibilitem uma **abordagem proativa** dos assuntos relativos a segurança, saúde e meio ambiente.
- c) **Contribuir** para o desenvolvimento de um programa eficaz, destinado a fornecer informações para o público, nas questões relativas a segurança, saúde e meio ambiente.
- d) **Pautar suas ações** pelo compromisso de seus membros **com a ética** quanto a informações privilegiadas.
- e) **Estabelecer uma parceria** visando responder às preocupações da comunidade.⁴⁴

A propriedade metafórica deste texto remete a necessidade de uma análise que possa resgatar o significado do seu conjunto. Embora o Protocolo seja uma síntese elaborada a partir dos Princípios Diretivos e dos Códigos do Programa de Atuação Responsável, ele é geralmente apresentado como um documento organizado pelos seus membros. O Conselho, concebido como [...] *um fórum de caráter consultivo por natureza*

⁴⁴ Grifo nosso

[...], já nasce portanto, com características previamente construídas, indicando contornos de uma identidade própria e que não necessariamente reflete os anseios da comunidade. Esse ator social irá distinguir-se como representação simbólica quanto ao seu papel consultivo.

Paralelamente a idéia de “*parceria*” instituída no item “*e*” distancia-se do real significado do termo, se entendemos a parceria como o envolvimento das partes em interesses e/ou causas comuns⁴⁵. É patente que os interesses da população, ainda que não completamente representados pelos membros do Conselho, distinguem-se daqueles defendidos pela indústria petroquímica tanto no nível global quanto local. Portanto o que se institui na prática é uma “parceria” baseada em interesses distintos e numa dependência que é afirmada nos conteúdos das alíneas *a*, *b*, *c* e *d* acima reproduzida.

Os termos em destaque expressam a necessidade de um esforço do CCC e seus membros para promoverem a criação de canais de aproximação com o setor industrial, indicando que este empenho deve se dar unilateralmente e que o esforço da indústria consiste em estar aberta a esta iniciativa.

Na seção sobre *Funcionamento*, um dos itens trata de aspectos que confirmam uma dependência direta do CCCC com o COFIC quando define o COFIC como responsável pelo apoio logístico necessário ao funcionamento do conselho, o que é reconhecido por alguns conselheiros.

O COFIC é o apoio logístico oficial, porque é ele quem vai mobilizar tudo, e outra, ele tem mais facilidade de lidar com as empresas pra nos receber. Porque nós só vamos ter valor, enquanto estivermos com o COFIC.” No dia Ana, que o Conselho separar do COFIC, por mais que precisamos separar, o Conselho não vai mais ter valor, o Conselho vai morrer (Entrevistada L, 48 anos).

⁴⁵ Segundo o dicionário Aurélio, o termo *parceria* é definido como: “*reunião de pessoas para um fim de interesse comum; sociedade, companhia*”.

As afirmações de *L*, deixam entrever claramente que a dependência que o Conselho Consultivo tem do COFIC ultrapassa as questões práticas e avança para o campo da própria representatividade e identidade do conselho.

O COFIC se constitui como a identidade empresarial, representativa das empresas em contraste com a representação da comunidade, cujo grupo fragmentado carece de identidade coletiva que impulse suas ações. Não há, portanto *esprit de corps* (BLUMER apud GONH,1997) ou seja, o sentimento de identificação com o outro e consigo próprio, criando uma idéia de coletivo. É esse processo que gera solidariedade e fidelidade ao grupo, além de imprimir vigor e entusiasmo.

As entrevistas confirmam que as atividades e problemas que envolvem o CCCC não foram suficientes para incentivar uma articulação entre os conselheiros ou criar coesão no grupo. Os problemas ambientais, de segurança ou saúde ocupacional, enfrentados pelas comunidades, parecem insuficientes para agregar os líderes comunitários, criar laços ou impulsionar a construção de uma real identidade coletiva capaz de contrapor-se à identidade empresarial da indústria local.

A formação inicial do Conselho coube ao COFIC, responsável pelo reconhecimento dos líderes comunitários aptos a participar desta iniciativa. Depoimentos dos membros confirmam que a *identificação de lideranças e interlocutores mais interessados*⁴⁶ se deu através de um processo que durou aproximadamente 2 anos, sendo um dos principais canais, o programa “*Ver de Dentro*” que promove visitas de grupos organizados - estudantes, moradores etc. - às instalações de fábricas sediadas no Pólo. Este programa pretende ser educativo e contribuir no resgate da confiança popular, “desmistificando” as atividades industriais e transformando a ignorância em conhecimento vivenciado a partir da experiência ali proporcionada.

⁴⁶ Excerto de entrevistas realizadas com os conselheiros

Identificados em sua maioria através do *Ver de Dentro*⁴⁷, os primeiros membros do CCCC foram “escolhidos” e/ou “escolheram-se” pela frequência e participação nas reuniões subseqüentes organizadas pelo COFIC. Segundo os conselheiros, aqueles que se mostraram interessados, assíduos às reuniões e eram líderes comunitários, preenchiam os requisitos necessários à participação.

Esse processo seletivo levanta dúvidas quanto à questão da representação popular, já que as comunidades não têm sido consultadas a esse respeito. A renovação dos membros, por exemplo, tem sido efetuada pelo próprio conselho e pelo COFIC com a indicação de nomes que são submetidos à apreciação nas reuniões. Também lança certa descrença sobre o papel do conselho como instrumento de comunicação entre o complexo petroquímico e as comunidades supostamente ali representadas.

Aliás, o uso do substantivo *comunidade* para denominar as populações residentes próximas ao Pólo, traduzido do inglês *community*, pressupõe uma unidade, uma identidade comum. Não é exatamente este o caso dos moradores daquelas redondezas, embora a palavra produza uma sensação agradável, em função dos significados simbólicos a ela agregados (BAUMAN, 2003).

A utilização corriqueira que vem sendo dada e este vocábulo recentemente, levamos a tecer algumas conjecturas acerca dos efeitos que seu uso pode subliminarmente gerar. Inicialmente estaria a intenção, ainda que subjetiva, de designar como comunidade as empresas que integram o Pólo juntamente as cidades vizinhas, projetando a imagem de uma identidade amálgama, que permitiria aos moradores sentirem-se seguros e protegidos.

Os perigos advindos do Pólo, partilhados, podem pois, ser controlados já que as empresas são parte integrante desta comunidade, entendida e desejada como um, *lugar*

⁴⁷ Essa afirmação diz respeito aos membros entrevistados, não podendo ser generalizada, visto que já foram efetuadas várias substituições.

cálido, um lugar confortável e aconchegante (BAUMAN,2003, p.7). Paradoxalmente, diz Bauman (2003) essa comunidade é o paraíso perdido que queremos alcançar e que não existe mais.

O processo de individualização junto as grandes transformações sociais trazidas pelo capitalismo industrial criou um exército de desenraizados, destruindo uma estrutura comunal na qual estavam engajados os camponeses então transformados na “massa” trabalhadora, individualizada pela rotina incessante e descaracterizada do chão da fábrica (BAUMAN, 2003).

Em nome da emancipação, os indivíduos foram sendo abruptamente destituídos de seus laços e redes comunitárias, para supostamente ganharem autonomia e liberdade. Esse processo civilizador, *tinha uma forma de Jano: uma face emancipatória e outra coercitiva, cada uma voltada para um setor diferente da sociedade* (BAUMAN, 2003, p.29).

Como resultado, surge uma elite cosmopolita de bem-sucedidos e uma massa de desassistidos que numa sociedade impulsionada pela meritocracia, julgam o comunitarismo como uma espécie de “filosofia dos fracos” já que a o sentimento fraterno que impera nas comunidades obriga o compartilhamento, independente dos talentos e da importância dos indivíduos.

Bauman (2003) afirma que para estes distintos grupos, existem distintas experiências e desejos contrastantes do significado da comunidade. Mas o desejo de compartilhar, sentir-se seguro e protegido continua latente e se expressa atualmente pelas duas autoridades que sobrevivem ainda à sociedade do risco (BECK, 2000): a autoridade dos *experts* e a autoridade dos números.

São essas “autoridades”, presentes no discurso elaborado pelo COFIC, que remetem e reforçam a imagem de comunidade construída junto ao conselho. O conhecimento especializado, a “verdade”, simbolizada nos números e contida nas estatísticas são como um passaporte para a segurança e confiabilidade.

Essas “comunidades” efêmeras e artificialmente construídas, cujo objetivo é conferir aprovação social, são denominadas comunidades estéticas onde a [...] “objetividade” é tecida com os transitórios fios dos juízos subjetivos, embora o fato de que eles sejam tecidos juntos empreste a esses juízos um toque de objetividade (BAUMAN, 2003, p.62).

A idéia ou significado de comunidade construída através do conselho poderia ser definida como *comunidade virtual*, já que ela representa sobretudo uma imagem a ser preservada. Assim a comunidade a qual se refere o Protocolo de Intenções, é primeiro a comunidade integrada e formada pelo Pólo e seus vizinhos, representada na união entre conselheiros e representantes do COFIC. Em segundo lugar, é preciso lembrar que o próprio Pólo construiu ao longo dos anos uma imagem de integração, aludindo à idéia de comunidade, onde a ajuda e os interesses mútuos são considerados, as responsabilidades divididas e a conduta compartilhada, o que permite agregar confiabilidade e respeito.

Essas imagens se sobrepõem, se confundem, gerando inércia pela visão anuviada e pouco diferenciada que esse fenômeno provoca nos conselheiros, nem sempre aptos a construir reflexões críticas mais autônomas.

7.2. Estrutura e Dinâmica do Conselho.

Quanto à composição, o CCCC deve se constituir da forma mais abrangente possível, contemplando distintos segmentos sociais tais como lideranças comunitárias, imprensa local, ministério público, grupos ecológicos, clubes de serviço, educação, comércio, igrejas, órgãos de saúde e meio ambiente. Deve-se ainda buscar o equilíbrio numérico entre representações dos municípios de Camaçari e Dias D'Ávila. Até o final dessa pesquisa o CCCC era composto por dez representantes do município de Camaçari e dez representantes do município de Dias D'Ávila, além de facilitadores externos e um secretário.

Entre os 20 conselheiros, 10 faziam parte do Conselho desde sua constituição em 1994; destes, 8 eram representantes de Dias d'Ávila. Este grupo possui conexões políticas; alguns ocupam cargos de confiança no governo municipal, outros são militantes e apenas um deles integra a oposição. Os laços constituídos basicamente pela fidelidade política partidária, regulam a participação dos conselheiros de modo significativo mas extremamente sutil. Esse aspecto foi fundamental para posteriormente detectar as sinuosidades contidas nos diálogos travados durante as reuniões. *Eu recebi um telefonema do prefeito dizendo que eu deveria participar do Conselho Comunitário, e eu não sabia do que se tratava, não tinha conhecimento nenhum, e aí eu fui lançada, voando* (Entrevistado Q, 49 anos).

Um dos integrantes deste grupo ocupa uma posição de liderança legalmente legitimada, que mesmo involuntariamente, constrange e controla o discurso e a participação dos outros conselheiros. *Então, ele controla, esse grupo. Só não controla eu e C, mas os outros conselheiros, já são controlados por ele* (Entrevistado K, 27 anos). *Eles*

têm um medo terrível do que for levado ali ser levado ao prefeito. A gente já tentou colocar outros conselheiros lá polêmicos e o nome foi vetado (Entrevistado C, 52 anos).

Na prática, as recomendações estabelecidas no Protocolo por conta da renovação e substituição dos conselheiros obedecem a uma dinâmica diferente. O preenchimento de vagas deveria ser feito a partir da votação de nomes propostos pelo Conselho e pelo COFIC (ANEXO F e G) . Entretanto, os depoimentos dos conselheiros revelam que existe manipulação e conchavos para apontar os indicados como também para votar. Muitas vezes, a simples troca de olhares ou a indicação do líder de certo grupo de conselheiros, é suficiente para direcionar o voto.

A renovação entre os conselheiros de Camaçari ocorre com mais frequência, embora pelo menos dois deles integrem o conselho desde o início. O grupo entretanto, apresenta maior heterogeneidade quanto ao partidarismo político, sendo constituído por alguns vereadores, militantes de esquerda e secretário de governo. A história de vida destes conselheiros apresenta como paralelo, algum tipo de militância.

Determinar com precisão a representatividade dos conselheiros se revelou problemático. Muitos não estavam mais ligados às organizações que inicialmente representavam quando ingressaram no Conselho; alguns representantes de Camaçari e Dias d'Ávila possuíam apenas uma representação simbólica. É o caso de **G**. Durante a entrevista respondeu que não participava naquele momento de nenhum outro grupo, associação ou ong. Mais adiante, quando inquirido sobre sua representação no CCCC, respondeu: *Hoje eu represento a Fundação Humanitária de [...]. E o NUDEC⁴⁸ também*. Em geral, os militantes de esquerda mantinham os laços com suas bases.

⁴⁸ NUDEC são os Núcleos de Defesa Civil, parte do Plano de Contingência implantado pelo COFIC como exigência da Resolução CEPAM 620.

Dos 17 entrevistados, 13 permaneciam como conselheiros ao final do trabalho de campo. O Quadro III (pg.140/141) dá uma idéia do perfil deste grupo.

Os encontros realizados a cada dois meses, geralmente acontecem em uma das unidades fabris instaladas no Pólo. O entrevistado *C* (52 anos) diz que as empresas se oferecem para sediar as reuniões, mas se queixa que a *BACEL* que é uma das empresas que mais polui, que mais queixas tem, nunca aconteceu uma reunião lá!

Para o representante do COFIC, realizar as reuniões nas próprias fábricas é um dado estratégico, é [...] *fundamental fazer dentro do Pólo, porque e é uma forma para que o Conselho seja visto pelas empresas*. Sugestões para transferir essas reuniões para a própria comunidade, como estratégia de divulgação do conselho e suas atividades, se revelaram infrutíferas.

Precedidas por um farto lanche, momento de descontração e aproximação entre os participantes, as reuniões duram em média duas horas e são finalizadas com um almoço nas dependências da fábrica que sedia o encontro.

Em termos de organização, os eventos são primorosos, já que a pauta, previamente determinada e encaminhada aos participantes, é sistematicamente cumprida. A frequência é boa, com um mínimo de ausências geralmente justificáveis. Os conselheiros que não dispõem de transporte próprio têm à sua disposição transporte oferecido pelo COFIC, de forma que a dificuldade de acesso ao Pólo não pode ser alegada como justificativa para ausências da reunião.

Minhas observações durante as reuniões deixaram entrever que alguns conselheiros sentem-se ingenuamente envaidecidos pela atenção e distinção que recebem, embora não creia que esse sentimento dribble completamente o caráter crítico de cada um deles, podendo entretanto, anuviá-lo.

<i>Entrevistado</i>	<i>Status</i>	<i>Idade</i>	<i>Escolaridade</i>	<i>Função</i>	<i>Mandato</i>	<i>Representação no Conselho</i>	<i>Outras participações</i>
A.	Representante do COFIC	44	Nível superior	Funcionário do COFIC	1994**	COFIC	Conselho de Emprego e Renda Conselho Municipal de Saúde
B.	Conselheiro	48	Nível superior	Polícia militar	2000	Nenhuma representação. Fazia parte do NUDEC	Membro de Conselho de Pais e Mestres
C.	Conselheiro	52	Nível técnico	Autônomo	1994**	Associação de Moradores	Bombeiros voluntários (não existe em Camaçari nem Dias d'Ávila)
D.	Conselheiro	57	Professora Primária	Professor na rede pública	1995**	Associação de Moradores	Conselho Religioso Conselho Municipal de Educação
E.	Ex-conselheiro	43	Superior incompleto	Autônomo	2000/2002	Associação dos Agentes Comunitários de Saúde	Presidente da Associação dos Agentes Comunitários
F.	Ex-conselheira	46	Nível superior	Comerciante	2001/2003*	CDL	Conselho da Merenda Escolar, Conselho de Saúde, CDL,
G.	Conselheiro	29	Superior incompleto	Assessor parlamentar	2001/2003	Fundação Humanitária (não está atuando)	
H.	Conselheiro	45	Nível superior	Professor da rede pública	1994**	Grupo Ambientalista (desativado)	Partido dos Trabalhadores Grupo Ambientalista
I.	Conselheiro	52	Nível superior	Diretora na rede pública	1994**	Secretaria de Educação	Presidente de partido Político

Quadro III: Caracterização sócio-política dos entrevistados

* Saiu ainda em 2001, antes de completar o mandato

**Período em aberto já que ainda permanecem na função

<i>Entrevistado</i>	<i>Status</i>	<i>Idade</i>	<i>Escolaridade</i>	<i>Função</i>	<i>Mandato</i>	<i>Representação no Conselho</i>	<i>Outras participações</i>
J.	Conselheiro	38	Nível técnico	Autônomo – ramo de seguros	1994**	Associação de Moradores	Associação de Moradores
K.	Conselheiro	27	1º. grau incompleto	Agricultor	1996**	Sindicato dos Trabalhadores Rurais	Sindicato dos Trabalhadores Rurais Planeta Água
L.	Conselheiro	48	2º. grau	Aposentado	1994**	União da Associação de Moradores (UAMC)	
M.	Conselheiro	49	Superior incompleto	Vereador	1994**	Associação de Moradores	Associação de Moradores Associação dos agricultores
N.	Ex- conselheira	53	2º grau	Aposentado	1997/2000	União das Associações de Moradores	Conselho Municipal de Saúde
O.	Conselheiro honorário	70	Nível superior	Aposentado	1994**	Foi fundador junto ao COFIC. Em 2000 foi eleito conselheiro honorário	
P.	Ex- conselheiro	50	Nível superior	Funcionário do CRA	1994/1999	CRA	
Q.	Conselheiro	49	Nível superior	Cargo de confiança na adm. Municipal	2000	Representante da Prefeitura	

Quadro III: Caracterização sócio-política dos entrevistados

* Saiu ainda em 2001, antes de completar o mandato

**Período em aberto já que ainda permanecem na função

A prática e a disciplina embutida nestas atividades tende a se repetir com tal precisão que ao observador menos atento podem escapar detalhes importantes na dinâmica que se estabelece por trás dessas ações. Assim, o encontro que antecede a reunião em si – o lanche, além de momento de apresentações onde todos circulam e são vistos, é também o momento onde alguns interesses são tratados e negociados sutilmente. Segundo ainda alguns conselheiros, este é um momento propício a coalizões sobre posições a serem tomadas ou sobre a indicação de um novo conselheiro.

As reuniões costumam iniciar-se por volta das 10 horas e se prolongam até próximo às 13 horas. Neste período são tratados desde assuntos corriqueiros até acidentes ocupacionais e/ou ambientais.

De acordo com o Protocolo de Intenção, [...] *as reuniões serão coordenadas por um Facilitador externo ao Conselho, acolhido por este, a quem cabe facilitar a participação eficaz dos Conselheiros com vistas aos objetivos agendados para a reunião, além de iniciar e encerrar a mesma.*

Além do(s) facilitador(es) faz parte do conselho um secretário, a quem cabe registrar as reuniões em atas que posteriormente são enviadas a todos os membros, ao COFIC e às empresas do Pólo. É ainda incumbência do secretário organizar a agenda anual de reuniões, a pauta, convocar os membros além de prover os conselheiros com comunicações escritas quando necessário.

A reunião geralmente se inicia com a leitura da pauta do dia e apresentação dos convidados e anfitriões, que expõem sucintamente as atividades desenvolvidas pela empresa, destacando seu envolvimento com projetos sociais e/ou ambientais, além dos investimentos em novas tecnologias que enfatizem a responsabilidade social do grupo. Invariavelmente essa exposição é complementada pelo enaltecimento do trabalho

desenvolvido pelo Conselho, de sua importância para a política ali desenvolvida e do mérito dos conselheiros na construção de um canal de diálogo entre a comunidade e o Pólo.

Dando seqüência à pauta, a reunião prossegue sob a coordenação dos facilitadores e do secretário, agora tratando dos assuntos referente às questões de segurança e meio ambiente.

Alguns desses encontros são temáticos e apresentam um conteúdo que pode ser denominado de informativo e/ou educativo. Sistemáticamente por exemplo, a CETREL tem usado este espaço para divulgar alguns resultados dos relatórios sobre o monitoramento da água e da rede de monitoramento atmosférico.

Em outra ocasião, uma reunião realizada na Monsanto foi praticamente dedicada a explicações sobre as atividades daquela indústria, acompanhada de uma visita às instalações da empresa como parte da política adotada para promover melhorias na sua imagem, já que por ocasião das negociações para a instalação da fábrica, houve certa movimentação de alguns conselheiros que se opunham à produção de transgênicos aos quais o nome da empresa estaria irremediavelmente ligado.

Era perceptível a confusão de informações e falta de esclarecimento por parte de alguns conselheiros. A movimentação em torno da Monsanto parece ter se iniciado como uma reação, um protesto de grupos alheios ao conselho ou independentes. Permitir a presença desta multinacional significaria compactuar e concordar com os supostos benefícios dos transgênicos alardeados pela empresa.

Esse(s) grupo(s) não se opunha ao empreendimento em si, mas ao fato de simbolicamente representar a face mais perversa do capitalismo. Apesar das tentativas

junto aos conselheiros, não foi possível identificar com precisão de onde partiram estes protestos.

Quem fez isso foram Igrejas, Partidos Políticos e Sindicatos.[...]. A instituição normal não fez. A prefeitura não faz. Quem fez isso, mas isso não foi a nível, como é que eu digo assim? Oficial, e quando uma coisa não é oficial, só fica na conversa, na conscientização, não encaminha as coisas (Entrevistado E, 43 anos)

As impressões dos conselheiros estavam mais associadas aos aspectos de segurança e higiene industrial e a idéia de que a empresa viesse a produzir algum produto extremamente nocivo e poluente. Desfeita essa imagem com a garantia do CRA de que a proposta para implantação da unidade de Camaçari atendia as exigências ambientais feitas pela legislação vigente, a resistência dentro do Conselho foi arrefecida.

Além disso foram realizadas reuniões com técnicos da empresa para dirimir as dúvidas dos conselheiros acerca dos processos produtivos. Por fim, a própria Monsanto patrocinou a viagem de 4 conselheiros para visitarem a fábrica de Santo André, cujo modelo é similar aquele implantado no Pólo Petroquímico. Nesta ocasião os conselheiros mantiveram contatos com o sindicato dos trabalhadores e associações de moradores vizinhas àquela fábrica.

[...]a Monsanto. Que é uma empresa que a gente sabe que é poluente, que ela veio expulsa do Canadá. O Canadá expulsou ela, mas aqui na Bahia qualquer coisa serve, principalmente no nordeste (Entrevistado N, 53 anos).

Eu adorei a Monsanto, achei uma empresa super bonita, super moderna! Toda linda, e tal. Agora de fato aquilo que a gente está falando, ela produz um pesticida, um inseticida, mas a empresa multinacional, fora do Brasil, e está no Brasil também, segundo o que se fala, [...] estou lhe passando uma coisa que eu ouvi, de que o objetivo é produzir o tal dos alimentos transgênicos, que tem sido uma coisa que tem sido muito discutida, porque segundo algumas pesquisas, que já foram feitas, os transgênicos eles são alimentos que vão trazer sérios problemas para as pessoas (Conselheiro D, 57 anos)

Por ocasião da reunião do Conselho realizada nas instalações da Monsanto, os representantes da fábrica concentram sua atenção em demonstrar que a unidade de

Camaçari estaria voltada para a produção de um herbicida, o ROUNDUP, mas ficou evidente na seqüência da exposição o interesse da multinacional em investir no país pela sua vasta capacidade agrícola.

Segundo **H**, não havia como contestar o licenciamento ambiental da nova planta da empresa embora afirmasse que [...] *nós do Conselho não aceitaríamos estar autorizando a Monsanto a desenvolver sementes transgênicas em Camaçari.*

Após a reunião, realizada em 21/12/2001, o Conselho foi convidado a conhecer de perto as instalações da Monsanto. Junto aos conselheiros, pude verificar que a fábrica abriga a mais alta tecnologia, com seu processo produtivo completamente monitorado por computadores e exposição mínima do trabalhador aos equipamentos operacionais. Neste ambiente considerado o coração da fábrica, são controladas inclusive as ações humanas já que nenhum procedimento, segundo o que foi relatado, pode ser efetuado pelos funcionários sem a previa autorização e liberação do sistema de segurança também computadorizado.

Mais surpreendente ainda é a denominada sala de operações de emergência, um verdadeiro *bunker*, cujas paredes reforçadas são totalmente à prova de fogo e explosões. Equipada com câmeras de vídeo e computadores de última geração, o nosso guia explicou que dali era possível controlar toda a fábrica, desde a produção até as áreas externas, sendo possível captar através das câmeras estrategicamente colocadas, qualquer movimentação para além das cercas. Este local foi concebido para abrigar o corpo executivo da empresa - gerentes e diretores - devidamente instruídos a ocuparem a sala em uma situação emergencial.

São inquestionáveis os investimentos das empresas em tecnologia embora este fator não tenha se mostrado suficiente para coibir os acidentes, principalmente aqueles envolvendo trabalhadores, que têm ocupado significativo espaço nas reuniões do conselho.

Do total das quarenta e quatro atas analisadas no período entre 1995 a 2002, em vinte e três são abordados problemas acerca do funcionamento do CCCC, que abrange questões sobre a renovação de conselheiros até a construção da pauta, calendário anual e local de reuniões. Assuntos importantes como saúde ocupacional, monitoramento da poluição hídrica e atmosférica ou acidentes ocupacionais estavam presentes em quase 80% das atas, embora não concomitantemente. Informações sobre atividades das empresas no Pólo, ou sobre a CETREL estavam presentes em aproximadamente 36% das atas. O gráfico abaixo ilustra a composição das pautas das reuniões.

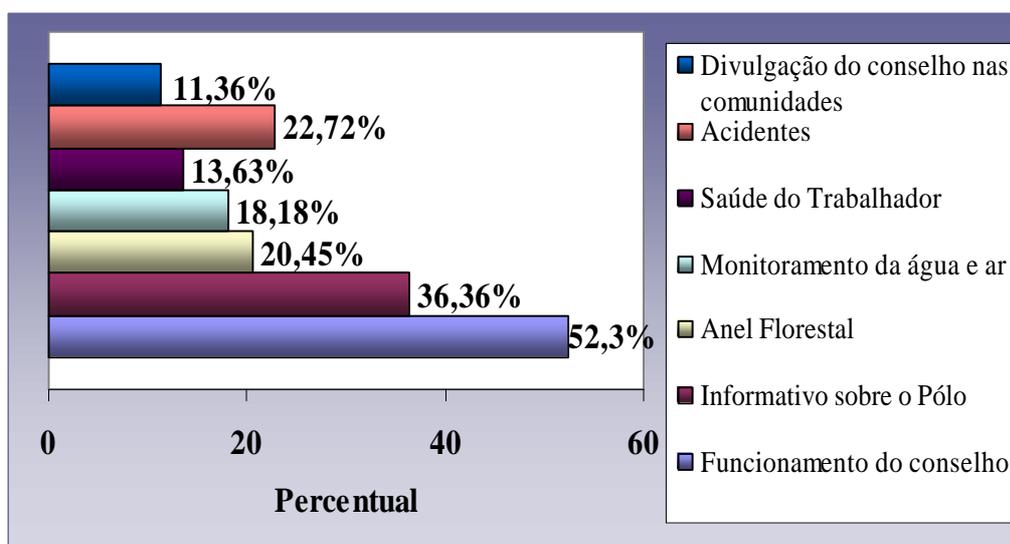


Gráfico VI: Percentual de recorrência dos temas presentes nas atas das reuniões

Alguns problemas parecem crônicos e têm sido discutidos com frequência, desde a inauguração do conselho em 1994. As possibilidades de contaminação do aquífero de São Sebastião e de outros recursos hídricos importantes, a degradação do Anel Florestal, a recuperação da infra-estrutura do Pólo e a saúde ocupacional são temas constantes nas

reuniões de conselho que mereceram inclusive reuniões extraordinárias e a formação de grupos de trabalhos dedicados exclusivamente a estes assuntos. Em 1998 o Grupo de Trabalho Ações Públicas de Infra-estrutura no Pólo, tinha como proposta realizar um diagnóstico das condições do anel visando a sua preservação. Estavam previstas parcerias com o COFIC, CRA, SUDIC, CONDER, UFBA, EMBRAPA, CETREL, Caraíba Metais e DDF nos planos técnicos, gerencial e consultivo. As atas informam que houve dificuldades para a condução dos trabalhos com base dos termos de referência elaborados. Optou-se então pela elaboração de [...] *uma "leitura institucional" das condições do Anel a partir de documentos existentes sobre o assunto, o que seria mais rápido e mais prático para a definição posterior de uma área-piloto que pudesse ser indicada para um projeto específico de recuperação* (Ata da Reunião de 21/10/1998).

Outro grupo de trabalho formado neste período foi o GT de Saúde, incumbido de preparar um diagnóstico sobre as condições de saúde dos empregados de contratadas (empresas terceirizadas).

Os acidentes, tema também recorrente, são reportados ao Conselho durante as reuniões, o que por vezes ocorre com certo atraso, visto que estes encontros só se realizam a cada 2 meses.

Ficou decidido pelo Conselho Comunitário que

[...] em todo acidente ocorrido no Pólo com repercussão externa, com impactos diretos aos trabalhadores e/ou ao meio ambiente e relacionado com qualquer empresa associada ao COFIC, a empresa envolvida acompanhada da sua equipe técnica, relataria o ocorrido, as providencias corretivas adotadas, as medidas preventivas e outras questões pertinentes (BARBOSA, 2003, p.90).

Essa estratégia, embora possa parecer inovadora e reitere uma política de transparência, funciona quase como um engodo uma vez que estes acidentes, por sua natureza, devem ser imediatamente reportados aos órgãos públicos competentes e chegam

ao conhecimento público também muito rapidamente, tornando-se impossível conter a opinião pública ou a mídia a não ser através de uma ação planejada e organizada. Essa tática oferece uma ocasião para expiação dos “culpados”, um momento de defesa e recomposição da imagem.

No Quadro V (pg.149) estão discriminados os acidentes relativos ao período de 1995 a 2002. Estes eventos foram identificados como acidentes ambientais ou ocupacionais a partir do seu local de ocorrência. Os ambientais envolvem eventos intra e extra muros enquanto os ocupacionais, envolvendo operários, são localizados predominantemente nos espaços intra muros.

Os acidentes ambientais são muitas vezes conseqüências de vazamentos causados por obsolência das instalações ou falta de manutenção adequada, entretanto é comum que estes acidentes sejam decorrentes das péssimas condições de trafegabilidade das pistas que cortam o Pólo, ocasionando capotamentos e colisões de veículos transportadores de substâncias químicas perigosas.

Os acidentes ocupacionais por sua vez, geralmente acontecem dentro das instalações das empresas, envolvendo um ou mais trabalhadores empregados ou subcontratados.

As informações envolvendo acidentes serão tratadas num capítulo a parte, já que envolvem a comunicação de risco e requerem uma análise mais profunda e detalhada.

Embora a saúde e segurança no trabalho seja um tema constantemente presente na pauta de reuniões, seja pela ocorrência de acidentes, pela política de contratação, pelo atendimento médico ou treinamento dispensado aos trabalhadores, vale a pena ressaltar que o Conselho não possui entre seus membros um representante sindical.

<i>Ano Cidade</i>	<i>Acidente</i>	<i>Tipo do Acidente</i>
1995 (02)	Vazamento do produto ortodichlorobenzene (ODCB) e dinitroloeno (DNT), atingindo sistema de tratamento de efluentes da CETREL	Ambiental
	Acidente com fonte de raio X, lesionando trabalhador	Ocupacional
1996 (03)	Morte de 2 empregados por explosão na tubulação contendo ácido nítrico	Ocupacional
	Emissão de gases provoca forte odor em Dias D'Ávila.	Ambiental
	Morte de trabalhador contratado na paletizadora	Ocupacional
1997 (02)	Descarte de ácido sulfúrico em área inadequada por transportadora, contaminando o solo.	Ambiental
	Envio de efluentes fora de especificação para CETREL	Ambiental
1998 (05)	Explosão no silo com incêndio e rompimento de um dos ciclones	Ambiental
	Morte de contratado no hospital, por problemas de saúde	Ocupacional
	Explosão de uma linha de gás natural, com danos materiais	Ambiental
	Vazamento de ácido sulfúrico na dutovia	Ambiental
	Morte de trabalhador eletrocutado	Ocupacional
1999 (03)	Vazamento de nafta na dutovia	Ambiental
	Construção de gasoduto sem licença e autorização dos órgãos públicos competentes	Ambiental
	Vazamento de produto inflamável, seguido de incêndio	Ambiental
2000 (06)	Morte de empregado devido a contaminação por produto químico	Ocupacional
	Emissões de dióxido de enxofre (SO ₂) atingindo a comunidade	Ambiental
	Emissões de dióxido de enxofre (SO ₂) atingindo a comunidade e as empresas	Ambiental
	Morte de trabalhador por contato com escoria aquecida	Ocupacional
	Morte de trabalhador por queda do topo do tanque e explosão	Ocupacional
	Morte de trabalhador eletrocutado em máquina de jateamento	Ocupacional
2001 (04)	Tombamento de carreta com derramamento de ácido clorídrico em rio na cidade de Dias D'Ávila	Ambiental
	Morte de empregado no moedor de rocha fosfática	Ocupacional
	Tombamento de uma carreta que transportava ácido clorídrico a Via Canal de Trafego	Ambiental
	Explosão em um tanque por serviço de solda.	Ocupacional
2002 (02)	Acidente com lixadeira provocou amputação da perna de trabalhador contratado	Ocupacional
	Ao tentar realizar uma limpeza em um equipamento, o trabalhador foi atingido por uma espécie de paleta e morreu na hora	Ocupacional
	Explosão de um tanque de resíduos provocou fraturas e queimaduras graves em três trabalhadores sub-contratados quando realizavam serviços de solda na área da fábrica.	Ocupacional
2002 (06)	Trabalhador sofreu queimaduras no rosto em consequência do vazamento de gás aminas	Ocupacional
	Uma falha no sistema de controle de processo conhecido como SDCD	Ocupacional
	Explosão no setor de envasamento de acetileno, atingindo 2 trabalhadores e com morte de um deles após 9 dias e o outro após 12 dias (Morte)	Ocupacional
	Trabalhador que sofreu queimaduras de 1º, 2º e 3º graus provocadas por soda cáustica em na explosão	Ocupacional
	Reação com resíduo de TAR de TDI no vaso FA 731 que provocou o rompimento de um disco de ruptura liberando gases tóxicos.	Ocupacional
	Espuma amarelada no litoral de Arembepé assusta morador	Ambiental

Quadro IV: Acidentes ocorridos no período de 1995 a agosto de 2002

Fonte: Atas das reuniões, Sindicato dos Químicos e Petroleiros, Barbosa (2002)

Alguns conselheiros justificaram essa ausência, apelando para o caráter combativo e de resistência dos sindicatos dos trabalhadores do Pólo, representados pelo Sindicato dos Químicos e Petroleiros. O clima consensual e harmônico que imperaria no Conselho seria incompatível com esta qualidade de militância.

A demarcação do Conselho como um espaço de consenso é reafirmado por grande parte dos seus membros, distinguindo-o das estratégias de enfrentamento dos sindicatos, considerados inadequados ao ritmo ali impresso. O consenso foi apontado inúmeras vezes pelos conselheiros como uma virtude, fruto da prática e também da qualidade dos representantes que ali se fazem presentes.

Os problemas exaustivamente discutidos pelo Conselho confrontam-se principalmente com a ausência de uma lógica intersetorial dominada pela concorrência das diferentes esferas do poder – privado, estadual e municipal, que em vez de unirem forças, permanecem fragmentados fortalecendo uma prática política obsoleta e prejudicial.

7.2.1. Anel florestal e malha viária.

Entre os problemas apresentados pelo conselho ao longo da sua existência, a recuperação da malha viária e a do anel florestal têm se mostrado como dos mais complexos. A confluência de diferentes círculos de poder dificulta a localização de uma solução, visto que a superposição dos respectivos setores parece promover uma confusão conveniente que obscurece parcialmente a busca de resultados efetivos para estas questões.

Essa precária e “acidental” intersetorialidade é resultado da convergência das esferas privada, da esfera municipal e da esfera estadual que está representada pela SUDIC - Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial, autarquia vinculada à Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração do Estado da Bahia.

Na primeira reunião do conselho comunitário, realizada em 15/02/95, os conselheiros levantaram pontos que consideravam prioritários, como a recuperação do anel florestal e do conjunto de vias de tráfego que serve ao Pólo e redondezas. Essas questões foram registradas pelo superintendente do COFIC e enviada ao diretor da SUDIC. Neste documento, os conselheiros relatavam que

[...] o anel florestal é visto pela população de Camaçari e Dias D'Ávila como um protetor das comunidades urbanas contra agentes agressivos ao meio ambiente, especialmente aqueles que podem comprometer a qualidade do ar. Com a proximidade do verão, cresce o temor de que o desmatamento e as queimadas voltem a ocorrer, como acontece todo ano, colocando em risco a saúde e tranqüilidade dos moradores dos bairros mais próximos ao Pólo. A devastação do anel, em consequência das queimadas e exploração de madeira é visível nos trechos que margeiam as estradas assim como nas proximidades dos bairros de Parque Florestal e Mangueiral. (CARTA DO CONSELHO AO SUDIC, 1995, s/p)

Em seguida, foi criada uma comissão de representantes incumbida de solicitar a SUDIC a preservação do anel florestal e conservação das vias de acesso ao Pólo, em função das reclamações efetuadas pelas comunidades vizinhas.

O risco de acidentes nas estradas aumentava devido ao estado precário do asfalto, da vegetação alta nos acostamentos e rotatórias e falta de sinalização. Havia uma preocupação especial em relação ao transporte de cargas químicas que poderia ser de consequências catastróficas.

Posteriormente, o assessor da presidência da SUDIC esteve presente em uma das reuniões (19/04/95) para prestar esclarecimentos. Como de praxe, iniciou sua apresentação elogiando o diálogo existente entre o Pólo e as comunidades vizinhas.

Admitiu que tinha conhecimento e era de fato responsável pela manutenção do anel. Informou que a SUDIC dispunha de um programa de recuperação e ampliação do Anel para execução em 4 anos, cujo orçamento era da ordem de 5 milhões de reais, mas ainda não havia cronograma para implantação. A SUDIC vinha fazendo gestões junto à

empresas privadas como a BACELL – indústria de celulose - para estabelecer uma parceria visando iniciar a recuperação e expansão do cinturão verde que separa o Pólo das áreas urbanas de Camaçari e Dias D'Ávila.

Quanto ao sistema viário, a SUDIC estaria abrindo uma licitação para recuperação do sistema de vias do Pólo e em 2 meses daria início às obras nas rodovias sob sua jurisdição.

Em abril de 1996 os conselheiros de novo alertaram para o desmatamento que vinha ocorrendo na área do anel, embora a SUDIC garantisse, em carta enviada ao COFIC, que tal fato não havia sido verificado.

As atas registram algumas tentativas do Conselho de cobrar das instituições governamentais responsáveis, ações efetivas para solução deste e de outros problemas. Embora o COFIC, representante das empresas do Pólo, tenha acompanhado estas iniciativas, fica claro que nestas situações seu papel é mais como intermediador do que como parte interessada, já que seus canais de negociação com o estado pertencem a outros domínios distintos do espaço constitutivo do conselho.

Em 13/12/95 alguns conselheiros, acompanhados do então superintendente e do assessor de comunicação social do COFIC, reuniram-se com o diretor presidente do SUDIC para tratar da recuperação do Anel Florestal de da infra-estrutura do Pólo. *Fomos recebidos muito bem, mas conforme o diretor-presidente da SUDIC deixou claro, só fomos atendidos porque a reunião foi marcada pelo COFIC*, registrou um dos conselheiros (Ata da reunião 14/02/1996).

Apesar da Resolução CEPRAM 620/1992 atribuir a responsabilidade de recuperação do anel ao SUDIC e o CRA como órgão fiscalizador ter o poder de cobrar essa determinação, até o final da pesquisa de campo (2002) o problema não havia sido sanado.

Inversamente as afirmações feitas pelo representante da SUDIC anteriormente, neste encontro o diretor-superintendente não acenou com qualquer possibilidade de solução a curto prazo devido ao alto custo e à falta de verbas para o replantio de árvores. No caso da recuperação das vias do Pólo, a SUDIC fez apenas o recapeamento de alguns trechos.

Durante os anos seguintes a recuperação do anel florestal e da malha viária que serve ao Pólo, continuaram sendo discutidas pelo Conselho sem resultados práticos.

Sugestões de apelo ao poderes executivos das duas cidades vizinhas ao Pólo, ações inibidoras por parte das prefeituras e ações públicas foram levadas ao Conselho pelos seus membros. A presença de políticos e secretários municipais no conselho não foi suficiente para viabilizar uma solução.

Por outro lado estes problemas parecem afetar mais a população do que as empresas já que, segundo os dados analisados, não registramos nenhum vestígio que confirmasse mudança efetiva de atitude do empresariado local no sentido de localizar soluções definitivas para o problema.

Esse aspecto é particularmente interessante quando se trata especificamente de compreender a qualidade da parceria entre a população e o Pólo, instituída no Protocolo de Instalação do Conselho. O distanciamento das empresas, o apadrinhamento ao intermediar certas tentativas de negociações, apenas reforçam a idéia de que essa parceria não se efetiva e nem está baseada em igualdade de condições.

O poder econômico do setor industrial seria mais que suficiente para pressionar os órgãos públicos administrativos e realizar transações que gerem impactos positivos para este setor. Contudo, quando se trata de envolver direta ou indiretamente a população essas iniciativas não são estimuladas.

O *Responsible Care* é um programa que promete certa adaptabilidade além de uma mudança paradigmática na filosofia e cultura empresarial do setor químico industrial. Assim, sua versão brasileira, o Programa Atuação Responsável – PAR, deveria absorver outras variáveis importantes no diálogo com a comunidade e no estabelecimento dessa parceria, como a relação com o setor público, já que é previsto que representantes das instituições governamentais façam parte do Conselho.

A variável ambiental e o compromisso ético designados como prioridades, não parecem ser suficientes para provocar as transformações propostas e alardeadas pela indústria, indicando que tudo não passa de jogo de interesses.

A população e o Pólo - a despeito da responsabilidade social empresarial, dos programas ambientais e culturais que venha promovendo - são motivados por interesses distintos que em grande parte se contrapõem. Enquanto a população busca melhor qualidade de vida e o direito a uma sociedade mais justa, a indústria é motivada pelo lucro, pela competitividade e necessidade de sobreviver no mercado, embora seja ela também parte dessa sociedade.

Trechos do discurso de um representante das empresas do Pólo mostram essa contradição onde as divergências de interesse e prioridades não seriam empecilhos para se estabelecer a parceria.

[...] um dos desejos do Conselho Comunitário, é extremamente legítimo e importante. Restaurar todo o Anel Florestal. Mas isso tem um custo altíssimo, não é uma decisão da indústria, o Anel não é da indústria é do Governo do estado, cabe ao Governo do estado por lei restaurar isso, e em enfim, é uma coisa mais difícil, é importante, é crítico o problema, cada vez mais a comunidade está avançando em relação à área industrial. Não é bom **pra eles** (grifo nosso).

Este avanço tal como vem se dando, por vezes com apoio de políticos locais, remete para a complexidade que envolve este problema, quando os setores municipal e

estadual, responsáveis pela manutenção da área, agem em confronto com os interesses da comunidade, perpetuando a prática do clientelismo político.

Por outro lado, embora o anel florestal não seja de responsabilidade imediata do COFIC, isto não justifica a postura de delegar soluções aos poderes públicos, já que as empresas apresentam a responsabilidade social como um dos mais importantes princípios organizacionais.

7.2.2. Monitoramento dos recursos hídricos nas áreas de influência do Pólo.

O controle das águas e da qualidade do ar são realizados pela Empresa de Proteção Ambiental – CETREL, empresa privada com 70% de suas ações pertencentes às companhias instaladas no Pólo e os 30% restantes ao Governo do Estado da Bahia.

A CETREL que ostenta hoje o selo ISO 14.000 de certificação das empresas ambientalmente corretas, apresenta anualmente aos conselheiros um relatório com dados sobre o monitoramento da água subterrânea e da rede de monitoramento de ar. As informações contidas no relatório basicamente se repetem ano a ano e apresentam como conclusão o controle da contaminação ambiental.

O monitoramento dos recursos hídricos na área de influencia do Pólo é uma das principais determinações contidas na Resolução CEPRAM 620/1992.

A rede de monitoramento, que abrange todas as empresas é composta de 343 poços, 23 poços multiníveis, 122 de produção e 13 de extração. Segundo os representantes da CETREL, sistematicamente são realizadas análises em todos os poços existentes no Pólo, nos abastecimento das cidades de Camaçari, Dias D'Ávila e Nova Dias D'Ávila e nas empresas de água mineral em conformidade com planos de monitoramento aprovados anualmente pelo CRA. São avaliados 34 poluentes orgânicos prioritários, metais pesados além de outros indicadores de contaminação.

Regularmente, representantes da CETREL têm comparecido as reuniões para prestar esclarecimentos acerca dos resultados das ações implementadas para preservação destes recursos, principalmente no que diz respeito ao aquífero de São Sebastião. As explanações realizadas pela CETREL exibem um aspecto mais próximo do elucidativo e educativo do que uma “prestação de contas” sobre o trabalho de preservação dos recursos hídricos da região.

Segundo registro das atas, no período de 1993/1994 a CETREL realizou análises semestrais cujos resultados mostraram não haver indício de agentes agressores.

Em 1998, o representante da CETREL afirmava em uma reunião que a contaminação existente estava restrita a área do Pólo. Em 2002 admitiam haver problemas em uma área específica do lençol freático (menos profundo) na região do Pólo, enquanto o aquífero de São Sebastião (mais profundo) continuava preservado. Este parecer não foi acompanhado de maiores detalhes embora tenham informado quais eram as medidas preventivas.

Em decorrência da gestão das águas subterrâneas no Pólo feita pela Cetrel colheram-se os seguintes resultados: inexistência de consumo de água contaminada; retirada de mais de 40.000 toneladas de resíduos e terras contaminadas das fábricas; acompanhamento permanente do processo de identificação/eliminação de fontes de contaminação; empresas em fase de remediação/menor conscientização; convenio de co-gestão com a Secretária de Recursos Hídricos que só concede licença para poços com o aval da Cetrel; recuperação do lençol freático. Com relação aos poços de consumo de água nas comunidades vizinhas, também monitorados pela Cetrel, informou que os poços de Camaçari e Dias D'Ávila estão preservados, sem qualquer registro de anormalidade (Ata da reunião de 22/02/2002:s/p).

Em função dos dados apresentados no Relatório de Impacto Ambiental realizado por ocasião da licença de operação da ampliação do Pólo Petroquímico (1992), que detectou contaminação das águas subterrâneas, a CETREL promoveu uma ação para identificar e sanar possíveis vazamentos de produtos químicos, que resultou na remoção de

aproximadamente 20 mil toneladas de resíduos sólidos, estocados nos aterros temporários da CETREL e na incineração de 35 mil toneladas de resíduos organoclorados.

Ainda como parte do sistema de prevenção, foi implantada uma barreira hidráulica, isto é, um conjunto de poços de extração de água, posicionados estrategicamente e que formam uma espécie de cerca de proteção aos mananciais hídricos existentes em locais próximos ao Complexo Básico. Inicialmente foram perfurados 4 poços, com profundidade de 50 ms, ficando previsto a abertura de mais 6. Além disso foram instalados 313 poços de monitoramento, sendo 242 dentro do Pólo e 71 na área da CETREL.

De forma geral os conselheiros consideram que as informações repassadas pela CETREL são satisfatórias. Como já mencionado, essas informações quase sempre são percebidas pelos conselheiros como oportunidades para elevar o nível de conhecimento e conseqüentemente auxiliar no bom desempenho do papel de conselheiro.

[...] a opinião foi de que as informações transmitidas ao Conselho sobre o Pólo, em especial sobre o Monitoramento da Água e do Ar foram satisfatórias. O índice de aproveitamento foi considerado muito bom, contribuindo para ampliar o nível de conhecimento dos conselheiros sobre os assuntos tratados. Alguns já estão repassando esses dados em suas bases comunitárias (Ata de Reunião).

As explanações realizadas pela CETREL nas reuniões permanecem basicamente inalteradas ao longo dos anos, não sendo possível detectar grandes evoluções ou progresso nessa comunicação. A limitação técnica dos conselheiros tem sido usada como justificativa, o que fica mais evidente quando especialistas e técnicos são orientados a “traduzirem” o vocabulário técnico-científico em uma linguagem compreensível aos conselheiros.

Olha só, quando... quando o Conselho foi criado, uma preocupação que a gente tinha era exatamente de que se falasse numa linguagem coloquial, numa linguagem extremamente é... clara, pra que eles... para que isso facilitasse o entendimento. Algumas empresas, elas evoluíram, digamos assim, elas... como é

que eu diria? Elas... elas... elas dominaram melhor esse tipo de... elas respondem mais adequadamente a esse tipo de necessidade, outras não. Então, a gente está numa comunidade, que é uma comunidade essencialmente técnica, e essa é uma das dificuldades. Como o conselheiro tem uma base mais permanente, isso já ficou, eu diria que mais... foi mais atenuado. Tá? (Entrevistado A, 44 anos).

Embora os representantes populares admitam abertamente suas limitações acerca do entendimento técnico, procuram compensar essa lacuna através da suposta experiência e conhecimento adquiridos por outros integrantes do conselho como ex-trabalhadores do Pólo.

Às vezes, eu sinto até que faz parte do processo petroquímico, (...) mas quando chega lá, não é isso que o Conselho se satisfaz, porque nem todos conhecem tecnicamente, porque eu, por exemplo, eu sou leiga, nós falamos sempre com M, porque M, com o C, foram funcionários de Pólo. L também, e conhecem muita coisa, e nós aprendemos muito com eles [...]. Até visitar uma empresa, ou uma fábrica, quando nós indicamos, nós indicamos sempre M, C, eles conhecerem de perto, aí eles passam para nós [...]. A gente começa a aprender (Entrevistada D, 57 anos).

Um outro entrevistado oferece uma idéia mais clara acerca do tipo de conduta a ser adotado pelas empresas quando se trata de informações técnico-científicas.

E o fato de você ter técnicos, pessoas com conhecimento técnico dentro do Conselho, esse tipo de problema foi atenuado mais ainda, porque você tem dentro do próprio Conselho, duas ou 3 pessoas que entendem a fundo todo esse linguajar técnico. Então, mas não são tradutores do Conselho, é um facilitador numa hora dessa, tá? Mas a orientação é outra. De que haja clareza, nas apresentações (Entrevistado A, 44 anos).

Ainda que não compreendam parte ou a totalidade das informações, alguns dos conselheiros desenvolvem reflexões críticas acerca das atividades da CETREL, como revela o trecho da entrevista abaixo.

Às vezes duvido, porque eu fiz uma visita pelo COFIC, que eu estive na CETREL e o engenheiro estava mostrando de que forma eram feitas aquelas valas, aquelas coisas, e ele me disse que as valas onde eram depositados os resíduos inorgânicos, e ele me disse: “Não, é porque aqui é feita uma impermeabilização do solo, e a gente está sempre monitorando” E tinha aquele campo enorme, com aquelas valas que eram colocadas, e eu perguntei: E aquelas ali que já tem algum tempo que já foi feita, vocês monitoram aquilo ali também? E ele disse: “Não, chega um determinado tempo que a gente não monitora mais.” E eu perguntei: “E aí, isso no

futuro?” Porque dizem que é uma terra praticamente alugada. Aí ele me disse, e eu não sei se é realmente verdade. Ele disse que durante vinte anos a CETREL é responsável por isso. E eu perguntei sobre depois dos vinte anos, e ele não soube me responder. E ficou aquela grande dúvida (Entrevistada Q, 49 anos).

As informações oferecidas pela CETREL incluem a composição e funcionamento do sistema de gerenciamento ambiental que envolve coleta, transporte e disposição final de efluentes líquidos, além do sistema de estocagem temporária de Resíduos Sólidos Perigosos Classe I, processamento e disposição final de Resíduos Sólidos Perigosos Classe II, unidade de incineração de efluentes líquidos perigosos, monitoramento do ar, gerenciamento de água subterrânea e o emissário submarino. Esse conjunto de sistemas e equipamentos, segundo dados extraídos das atas e de outros documentos, [...] *asseguram um gerenciamento ambiental eficiente no Pólo, com resultados que se equiparam aos obtidos nos países desenvolvidos* (Ata 13/08/1997).

Em matéria sobre os aquíferos do estado da Bahia, o jornal *A Tarde*, de 28/04/2002, afirma que [...] *em termos do consumo industrial, dados do CETREL, citavam, até 1996, a existência de 42 pontos de captação para grandes usuários, com vazões de exploração que variam de 8 a 280 m³/hora.*

A reportagem continua informando que segundo a Agência Nacional de Águas, a bacia do Recôncavo Norte, em relação às demais bacias hidrográficas da Bahia, se destaca quanto à utilização de recursos hídricos subterrâneos. *O uso de água subterrânea é muito elevado tanto para fins industriais – no Pólo Petroquímico de Camaçari e no Centro Industrial de Aratu [...] (A Tarde: 28/04/2002).*

Se os poços monitorados pela CETREL não são os mesmos abertos pelas empresas para consumo, é improvável que a CETREL exerça completo controle do manuseio destes poços usados para abastecimento além das próprias atividades

operacionais desenvolvidas pelas indústrias que por procedimentos inadequados, falhas de manutenção nos equipamentos ou mesmo nas instalações, podem apresentar fontes de contaminação com riscos de atingir o aquífero e o manancial hídrico da região.

Em síntese, este sistema integrado, essa “obra da coletividade, da comunidade empresarial local” facilmente pode mascarar situações pontuais, problemas rotineiros e mesmo eventuais que se não detectados e devidamente sanados podem futuramente se transformar numa grande dor de cabeça, principalmente para a população residente naquela região.

Em setembro de 1995, a empresa Pronor enviou ortodictorobenzeno – ODCB e dinitrotolueno – DNT para a CETREL em quantidades acima dos limites de tolerância, prejudicando o funcionamento do sistema de tratamento biológico da CETREL e revelando a fragilidade deste sistema. Esse acidente atingiu 8 pessoas.

Acidente semelhante ocorreu em outubro de 1997 com o envio de efluentes fora da especificação da COPENE para a CETREL. Fortes chuvas no período provocaram o transbordamento das bacias coletoras, embora o sistema de pré-tratamento de efluentes, em operação há 3 anos, dispusesse de tecnologia de ponta. O sistema havia sido dimensionado para chuvas medianas com 3 bacias coletoras para excessos e mesmo assim não suportou.

7.2.3. Monitoramento do Ar.

A rede de monitoramento do ar operada pela CETREL está em funcionamento desde 1994. O objetivo da rede é fornecer informações ao CRA e as empresas sobre a qualidade do ar nas áreas de influencia do Pólo - possibilitando a adoção de medidas preventivas e corretivas voltadas para a redução da poluição do ar - avaliando poluentes convencionais (legislados no Brasil), não convencionais (compostos voláteis) e parâmetros meteorológicos.

Assim como o monitoramento da água e anel florestal, a rede de monitoramento aéreo tem sido tema constante na pauta dos conselheiros.

Na reunião de 19/04/95, a rede de monitoramento foi apresentada aos conselheiros pelo diretor-técnico da CETREL que também era superintendente de meio ambiente do COFIC. Ele informou sobre o funcionamento, tipo de medições que realiza e como essas informações auxiliam as empresas na adoção de medidas preventivas.

Foram mostrados vários gráficos com resultados da qualidade do ar nas áreas de influencia do Pólo desde que a rede começou a operar, em maio de 1994. Os índices registrados ficaram bem abaixo dos níveis de tolerância definidos pela Legislação.

A pedido do Conselho foi também esclarecido por que a noite ou em períodos chuvosos as comunidades podem se ressentir mais do "cheiro" de produtos químicos. Segundo os técnicos da CETREL, essas variações decorrem de mudanças das condições meteorológicas, velocidade dos ventos, etc. causando maior concentração dos poluentes no ar, mas não foram detectados níveis acima dos tolerados na legislação. Não significa portanto, aumento das emissões para a atmosfera.

Apesar da garantia dada pela CETREL sobre o controle adequado das condições atmosféricas, os moradores queixam-se do odor insuportável proveniente da BACELL, uma fábrica de celulose. Em 1996, o CRA afirmou, através de seu representante no conselho, que estaria exigindo da empresa o monitoramento do H₂S (hidróxido de enxofre) na área de Dias D'Ávila.

Outra constante fonte de reclamação é a Caraíba Metais, próxima às localidades Leandrinho (Dias D'Ávila) e Lamarão (São Sebastião do Passé).

O jornal *A Tarde*, de 18/03/2002, noticiou que o CRA havia dado um prazo de 2 meses à Caraíba Metais para que fossem feitas substituições do trocador de calor da

Unidade de Ácido Sulfúrico – UAS de forma a enquadrar suas emissões atmosféricas aos padrões permitidos. A empresa deveria também prestar esclarecimento imediato aos moradores de Leandrinho e Lamarão sobre as medidas tomadas para melhorar a qualidade do ar devendo ainda, se necessário, oferecer assistência médica.

Vale lembrar que a rede de monitoramento tem uma estação nas proximidades de Lamarão, entretanto o composto H₂S não está entre aqueles monitorados pela rede, o que confirma a inadequação da rede, orientada para mensurar compostos poluidores convencionais, tais como SO₂, NO₂ e material particulado.

Em marco de 2002 uma nuvem espessa de gases concentrou-se sobre Camaçari, alarmando a população e trazendo um cheiro forte, que segundo cobertura feita pelo jornal *A Tarde*, causou mal estar em crianças e idosos, sobrecarregando os serviços de saúde.

O vento que geralmente se desloca do mar em direção a Camaçari, no dia 18, estava sem força e em sentido inverso, da cidade para o mar. Como o vento parou, a fumaça que vinha do Pólo se instalou em cima do município causando incômodos à população. Muita gente sentiu dor de cabeça e necessitou de atendimento médico: “assim que senti aquele cheiro que a gente não sabe nem do que é, comecei a me sentir mal, com dor de cabeça e uma falta de ar. Fiquei sufocada, disse dona Maria dos Santos, de 58 anos, que precisou de nebulização (A Tarde, 20/03/2002).

Na reunião do Conselho que se seguiu a esse evento, alguns conselheiros pediram explicações aos representantes da CETREL. Foi detectada elevação nos poluentes monitorados, embora tenham se mantido dentro dos padrões, mas as condições meteorológicas eram desfavoráveis. Segundo a CETREL, uma calmaria proporcionou a concentração de gases mas como a rede só monitora determinados compostos não seria possível fazer uma análise mais profunda acerca das causas do fenômeno. Apesar da CETREL estar investigando nenhuma empresa assumiu a responsabilidade pelo fato.

Os conselheiros retrucaram que a nuvem concentrou-se sobre a cidade e não sobre o Pólo, significando que ou as indústrias não se deram conta da situação ou estavam equivocadas na sua avaliação, porque se havia calmaria a nuvem deveria também se estender sobre o Pólo. Embora a reportagem do jornal *A Tarde* afirmasse que o fenômeno era fruto de inversão térmica, o técnico da CETREL desmentiu essa possibilidade quando declarou que naquele dia não houve inversão térmica.

Apesar do assunto ter mobilizado a atenção dos conselheiros, nas reuniões subseqüentes que participei, não houve explicações acerca desta ocorrência.

Nem mesmo a tecnologia utilizada pela CETREL no seu sistema de gerenciamento ambiental é capaz de evitar, prever ou mesmo remediar essa situação, quiçá outras. Fica evidente que todo o conhecimento e arsenal tecnológico quando não são adequadamente gerenciados, adaptados às condições locais, não são suficientes para garantir qualidade ambiental.

7. 2.4. Segurança e Saúde Ocupacional

As maiores preocupações dos conselheiros sobre saúde e segurança no ambiente de trabalho diz respeito ao tratamento diferenciado que é dado a trabalhadores contratados e empregado da própria empresa.

Considerado pelos seus membros como uma das vitórias do Conselho, as mudanças ocorridas nessa área são, na verdade, fruto das exigências contidas na Resolução 620/1992, tais como a realização do acompanhamento da saúde dos trabalhadores com vínculo empregatício formal ou não. Tanto a CETREL quanto as empresas deveriam, obrigatoriamente

[...] encaminhar, mensalmente, a Unidade de Saúde do Trabalhador de Camaçari – USAT e ao departamento de vigilância da Saúde – DEVISA/SESAB, mapa de ocorrências normais (vazamentos incêndios falhas operacionais, etc.) que tivessem

exigido a intervenção da segurança industrial da empresa e do Plano de Auxílio Mútuo – PAM (Resolução 620/1992, Artigo 5º, Inciso III - alínea e).

No período compreendido entre 1992 a abril de 1996, o Sindicato dos Trabalhadores Petroquímicos, Químicos, Plásticos e afins do Estado da Bahia (SINDIQUIMICA) registrou várias ocorrências anormais em empresas do Pólo ao passo que os registros provenientes das empresas eram inexistentes, descumprindo-se assim as determinações da Resolução 620/1992 (CARVALHO, 2002).

Durante o ano de 1995, as informações levadas às reuniões incluíram dados estatísticos de um levantamento de informações na área de saúde feito pelo COFIC junto a 27 empresas do Pólo e que cobriram o ano de 93/94 e 5 meses de 95. Estes dados compreendiam regime de trabalho dos empregados, sexo, contingente de profissionais de saúde, segurança, higiene e meio ambiente, doenças ocupacionais identificados no período de 93/95, assim com o número de casos suspeitos, confirmados e sob investigação. Foi também apresentado quadro do perfil de morbidade dos empregados.

Uma declarada insatisfação dos conselheiros deu lugar à realização de uma reunião extraordinária com representantes da Unidade de Saúde do Trabalhador (USAT) – Camaçari.

Na reunião realizada em 13/09/95, a Dra. Letícia Nobre, representante da USAT, fez uma exposição sobre as atividades desempenhadas pelo órgão desde o início do seu funcionamento em 1991 e de informações sobre saúde ocupacional no Pólo.

Os dados apontavam as perdas auditivas como os casos mais comuns de atendimento na USAT e uma frequência maior de atendimentos relacionados com doenças de pele e seqüelas de acidentes de trabalho. Além disso, se constatava um

desconhecimento generalizado por parte dos trabalhadores sobre os riscos a que estariam submetidos trabalhando no Pólo.

Outro problema apresentado era a resistência da emissão do Comunicado de Acidente de Trabalho – CAT, bem como do fornecimento de cópias de exames e relatórios médicos por parte das empresas e clínicas médicas conveniadas.

Aliado a este cenário estava a ausência de uma política para a área de saúde do trabalhador, dificuldades de diagnóstico no âmbito do SUS e uma carência de ações de vigilância da saúde dos ambientes de trabalho.

Um dos maiores problemas era a rotatividade tanto das empreiteiras quanto dos trabalhadores e sua transitoriedade em diferentes postos de trabalho, gerando exposições variadas e potencializadas que dificultavam onexo causal.

As empresas contratadas burlavam mais facilmente a legislação trabalhista do que as contratantes. As sub-contratações não deixavam de funcionar como um estratagema de dissimulação, embora as responsabilidades profissionais fossem imputadas tanto as contratantes quanto às contratadas. Ainda assim, segundo a Dra. Letícia Nobre, eram raros os casos onde a empresa principal assumia a responsabilidade.

A saúde ocupacional que se mostrou como uma das grandes preocupações dos conselheiros, não mereceu nos anos seguintes, destaque especial na pauta das reuniões. Apenas no exercício de 1995/1996 e no ano de 1998 o assunto foi tratado mais intensamente. Após esse período as atas registram breves referências, questionamentos levantados pelos conselheiros, mas não foram detectados indícios de continuidade aos problemas levantados durante o ano de 1995.

Em 1998 alguns conselheiros integraram o grupo de trabalho de saúde, cujo objetivo era reunir subsídios para promover melhorias das condições de trabalho para

empregados das empresas contratadas, principalmente nos itens de prevenção de acidentes e doenças ocupacionais. As principais propostas do grupo giravam em torno da responsabilidade das empresas contratantes, isto é, das empresas do Pólo.

As indústrias deveriam, ao contratar terceiros, exigir apresentação e execução de Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e Programa de Prevenção aos Riscos Ambientais (PPRA) das contratadas. Os exames médicos complementares do PCMSO das contratadas deveriam ter qualidade idêntica aos dos empregados das empresas do Pólo. Um programa básico de treinamento de segurança deveria estar disponibilizado para todas as contratadas cabendo a cada uma complementar o treinamento sobre os riscos específicos.

Os supervisores, deveriam também ser treinados e capacitados a orientar qualquer indivíduo a buscar o serviço médico quando necessário. Aos trabalhadores sub-contratados seria garantido o acesso a informações sobre suas condições de saúde transmitida através de documento. Outra sugestão era a criação de um ambulatório central de Saúde Ocupacional, responsável pelos exames admissionais, periódicos e demissionais. Ficaria disponibilizada uma ambulância durante as paradas para manutenção e os empregados receberiam o café da manhã.

Um outro item, delegava a prefeitura de Camaçari a responsabilidade do suporte adequado para a operacionalização destas sugestões pela USAT, além da fiscalização pelos órgãos competentes da qualidade dos exames médicos complementares realizados pelas contratadas.

Na reunião de 21/10/99, a USAT voltou a integrar a pauta do dia, através da presença da gerente Carmelita Brito. Diretamente vinculada à Secretaria de Saúde do

Estado do Município, a USAT não estava ligada ao Centro de Estudos de Saúde do Trabalhador – CESAT, embora houvesse uma inter-relação.

A USAT dispunha então de 5 profissionais de nível superior, sendo 4 médicos e 1 assistente social, 4 profissionais de nível médio que incluía secretária, 2 profissionais de apoio administrativo e 1 servente. A unidade havia passado recentemente por algumas reformas que permitiram melhoria das condições de atendimento. A maior dificuldade era com o Sistema Único de Saúde - SUS, onde os exames e consultas complementares eram realizados com atrasos de até um ano no atendimento, causando sérios atrasos nos diagnósticos de saúde ocupacional. Segundo a representante, o prefeito de Camaçari vinha tentando resolver o problema através de convênios a serem firmados com o Hospital São Rafael.

Diante do exposto, os conselheiros consideraram importante a presença do secretário, o que ocorreu na reunião de 09/12/98. O discurso do secretário para justificar o precário trabalho desenvolvido na área de saúde foi de caráter “político”, isto é, ele apontava como principal causa o caos deixado pela administração anterior como falta de equipamentos ou equipamentos danificados, lamentando o estado deplorável que encontrou o sistema de saúde, onde apenas 30% das crianças de Camaçari haviam sido vacinadas. Na sua gestão este percentual já havia sido elevado para 90%.

A prioridade inicial foi a atenção básica a saúde e agora a prefeitura estaria voltando sua atenção para os sistemas de média complexidade, como a saúde do trabalhador com a implantação, prevista para janeiro de 1999, da Vigilância a Saúde do Trabalhador que atuaria com especial atenção junto às empresas.

As sugestões levantadas pelo Grupo de Trabalho de Saúde foram transmitidas ao Conselho Administrativo do COFIC, que deveria orientar as empresas a acatarem as

sugestões e cobrar o cumprimento destas propostas, excetuando-se aquelas que envolviam ações específicas dos órgãos públicos competentes, tais como, o café da manhã para trabalhadores sub-contratados e o ambulatório central para realização dos exames admissionais e periódicos e demissionais.

A partir desta data, as referências nas atas sobre o tema são praticamente inexistentes e o foco se volta para a implantação do Plano de Emergência das Comunidades - PEC.

Passado mais de dez anos, esta situação ainda não foi completamente solucionada, a despeito da resolução do CEPRAM de 1992 que recomendava a implementação de uma política para saúde do trabalhador envolvendo tanto as empresas do Pólo quanto órgãos estaduais e municipais nas suas respectivas competências de prevenção, assistência, fiscalização, vigilância e monitoramento.

Aí, uma prioridade que é quase permanente é em relação à saúde de empregados de empreiteiras, que a gente sabe que há uma [...] o Pólo ainda é vulnerável nessa relação. E o que é que o Conselho levantou? Que as empresas contratadas, as empreiteiras, estavam fazendo exames admissionais de empregados, aqui em Camaçari, em clínicas sem a menor condição, e em alguns casos até mascarando esses exames. Por conta disso, foi feito um “check list”, esse assunto foi para o Conselho de Administração do COFIC, com um tom de gravidade, foi formada uma comissão de inquérito do Pólo, que já existe essa comissão, mas se tirou um grupo para fazer um estudo sobre essas clínicas, sobre essa situação. E fazer um “check list” com uma espécie de diagnóstico dessas clínicas, e tudo que ela precisa cumprir, para se credenciar. ou seja, ela precisa tender aqueles requisitos, para ela continuar credenciada junto às empresas. E isso já está em implantação. E foi em função dessa provocação do Conselho (Entrevistado A, 44 anos).

É fato que a maioria dos acidentes ocorridos no Pólo durante o período de 1995/2002 envolvem trabalhadores sub-contratados mesmo após as melhorias dos sistemas de segurança e saúde ocupacional implantados pelo COFIC, CETREL ou empresas do Pólo.

Mas recentemente, nós tomamos conhecimento, e eu até participei, de uma reunião convocada pelo Ministério Público de Camaçari, onde uma questão que a gente sempre bateu muito no Conselho e tem melhorado muito, a

questão das terceirizadas, que a maioria dos acidentes, são causados por pessoas que fazem parte do grupo de terceirizadas. E o Ministério Público está criando, um novo modelo, um modelo que envolva as comunidades, envolva as empresas pra melhorar ou zerar os acidentes das empreiteiras, como a gente chama. E isso tem custo. E as empresas vão bancar esse custo (Entrevistado M, 49 anos)

Um grupo de trabalho sobre o Plano de Emergência para a Comunidade - PEC, composto por conselheiros, representantes do COFIC e de duas empresas do Pólo, foi formado em 1999.

O PEC abrange vários bairros de Camaçari e Dias D'Ávila, especificamente os periféricos, mais próximos do Anel e da área do Pólo propriamente dita. O grupo de coordenação do plano seria composto por dirigentes do Pólo, representantes da comunidade, CRA, prefeitos, secretários municipais e polícias civil, militar e rodoviária.

Já o grupo de operação em emergência nas comunidades seria composto por representantes da Defesa Civil, Núcleo de Defesa Civil (NUDEC) e polícias. O NUDEC seria formado por 15 membros de cada cidade que receberiam treinamento específico sobre combate a emergências, sendo os líderes de evasão pertencentes a este grupo.

Foram realizadas 2 reuniões extraordinárias em Dias D'Ávila e Camaçari nos dias 19/05/1999 e 07/06/1999 respectivamente. Essas reuniões tiveram por objetivo apresentar a Proposta Básica do Plano de Emergência para as Comunidades Vizinhas, elaborada pelo grupo de trabalho e identificar líderes comunitários voluntários para serem treinados.

Segundo as explanações feitas pelo representante do COFIC o plano de caráter essencialmente preventivo, visava, sobretudo [...] *ampliar as frentes de informações junto às comunidades vizinhas, tanto nos casos de eventuais emergências no Pólo, quanto nas situações que, mesmo controladas, possam causar preocupação a vizinhança* (Ata da reunião de 18/10/2000).

O plano, já apreciado pelos prefeitos de Camaçari de Dias D'Ávila que indicaram representantes para o grupo de coordenação, deveria ser implantado por etapas. A primeira fase previa basicamente a escolha e treinamento de lideranças comunitárias dos bairros envolvidos, para formação dos núcleos de defesa civil. O treinamento incluiria informações sobre o Pólo, noções básicas de segurança e educação ambiental, primeiros socorros, gerenciamento de crise e conceitos de liderança.

A implantação dos NUDECs foi considerada, pelos conselheiros, prioridade para o ano de 2001 e se prolongou até 2002, não estando concluída por ocasião do término desta pesquisa.

Segundo Barbosa (2003) a implantação do PEC demanda a utilização de um meio de comunicação de massa, ágil e de fácil acesso que permita uma divulgação rápida em caso de emergência. *Para ampliar seus canais de divulgação junto às comunidades vizinhas e atender ao PEC, o COFIC criou o Programa Pólo Informa na Rádio Metropolitana de Camaçari* (COFIC, 2001^a, p.14 apud BARBOSA:2003, p.122).

É de se estranhar tal informação, já que a grande constatação por parte dos conselheiros era exatamente a falta de um canal sistemático de comunicação com a população permitindo a difusão das atividades do Conselho. Ou este programa é um projeto que nunca se concretizou ou foi realizado apenas durante o período de implantação dos NUDECs com um conteúdo específico não justificando desta forma sua continuidade.

Capítulo VIII

INTERSETORIALIDADE, GOVERNAMENTALIDADE E COMUNICAÇÃO DE RISCO

As questões levantadas no capítulo anterior apresentam três aspectos que merecem ser desenvolvidos. O primeiro deles diz respeito às interseções geradas entre os diferentes poderes, na busca de soluções para problemas como a recuperação do anel florestal e da infra-estrutura de acesso ao Pólo e que envolvem a iniciativa privada, o estado e a federação.

O segundo aspecto seria a análise da responsabilidade social e/ou governança corporativa que vem se ampliando diante da inércia do estado e das mudanças ocorridas na máquina administrativa, por conta da adoção de uma política neoliberal.

Por último, podemos falar das implicações destes aspectos no discurso adotado pelo COFIC para conduzir as reuniões e informes ali apresentados.

8.1. A miragem da intersectorialidade.

Entre os principais problemas levantados continuamente pelos conselheiros envolvendo diferentes níveis de poder público além da iniciativa privada, estão a recuperação do anel florestal e da infra-estrutura de acesso ao Pólo Petroquímico que ilustram a prática das relações entre os diferentes níveis de poder público - municipal, estadual e federal - a iniciativa privada e a sociedade civil de maneira geral.

A conjunção e interseção destas esferas de poder dá origem a intersectorialidade, conceito pensado a partir da transversalidade que caracteriza os problemas sociais contemporâneos.

A intersectorialidade exige portanto, uma superação da fragmentação das políticas, além de interação e cooperação entre os diversos setores. Deve ser entendida a partir do seu carácter sinérgico e da articulação de diferentes níveis de poder, como de diversas áreas de conhecimento ou especialidades capazes de tratar os problemas na sua complexidade (CKAGNAZAROFF e MOTA, 2003).

Ocorre que na maioria das vezes os interesses políticos têm se sobreposto aos apelos sociais. Além dos entraves costumeiros da máquina administrativa, há ainda as discrepâncias surgidas do processo de democratização, onde especialistas e técnicos têm assumido um papel político importante no que diz respeito aos processos decisórios das políticas públicas (FISCHER, 2000).

Os problemas de carácter intersectorial enfrentados pelo Conselho continuam sendo ignorados em sua multidimensionalidade, frente a um sistema político obsoleto, corrupto e clientelista que favorece as elites em detrimento da coletividade.

Um dos episódios que bem representam este dilema é a construção de um presídio na localidade de Pitanga dos Palmares, município de Simões Filho. Apesar da gravidade do problema, ele foi tratado numa ótica que tende a excluir completamente o risco envolvido neste empreendimento, embora o grande impasse se localize dentro da própria máquina administrativa, com diferentes posicionamentos por parte dos órgãos competentes que ignoram completamente a lógica intersectorial, prevista na Política Estadual de Administração dos Recursos Ambientais, quando prevê [...] *a integração e a articulação entre os diversos níveis de governo de modo a garantir a eficiência,*

economicidade, agilidade e qualidade dos serviços ambientais prestados à população e a harmonia das ações setoriais (LEI Nº 7.799 Cap. III, Art. 2, inciso VI).

O presídio está localizado próximo a uma área residencial e situado numa zona de risco, distando cerca de 400 metros de uma rede de dutovias. Mesmo com a análise realizada pela empresa *Risk and Reliability DNV* que afirmava que a construção de tal empreendimento envolvia riscos e o embargo do CRA à obra que alertou para os riscos que implicavam na sua continuidade, a Superintendência de Construções Administrativas da Bahia - SUCAB, alegava ser impossível reverter o quadro devido aos custos financeiros empregados na obra.

O imbróglio envolveu várias instâncias governamentais – prefeitura de Simões Filho, SUDIC, SUCAB, CRA, Ministério Público, além do COFIC, CUT e Sindicato dos Químicos e Petroleiros.

O Centro de Recursos Ambientais recomendou a elaboração de um “Plano de Contingência e Gerenciamento de Riscos da Dutovia” para o caso de algum acidente. Essa proposta passou a ser encarada como uma anedota pelo próprio conselho. Já imaginaram presos (alguns de alta periculosidade) sendo retirados “ordeira e disciplinadamente” do presídio numa situação emergencial como o vazamento de alguma substância tóxica? Isso sem mencionarmos os riscos de fuga através de túneis improvisados que poderiam atingir um ou outro duto.

Estas determinações contrariam até mesmo a Lei Nº 7.799 de 07 de fevereiro de 2001 que institui a Política Estadual de Administração dos Recursos Ambientais e dispõe no Capítulo I, inciso III, que o meio ambiente deve ser protegido de forma a garantir a qualidade de vida, isto é, segurança, saúde, igualdade, dignidade a pessoa humana e bem estar social, entendendo-se como [...] *meio ambiente: o conjunto de condições, leis,*

influências e interações de ordem física, química, biológica, sócio-econômicas e culturais que permitem, abrigam e regem a vida em todas as suas formas (LEI Nº 7.799, Cap. III, Art. III, Inciso III).

Em reunião realizada no dia 22/02/2002, o conselho se manifestou quanto à decisão da Secretária de Justiça e Direitos Humanos do Estado da Bahia em dar continuidade às obras do presídio, apesar da rejeição da comunidade local e dos alertas formalizados pelo COFIC através de carta para o secretário da Justiça, SUDIC e prefeito de Simões Filho. Alguns conselheiros foram designados para elaborar uma carta para as autoridades estaduais e municipais demonstrando a preocupação das comunidades de Camaçari e Dias D'Ávila.

Em suma, a construção do presídio em área de risco e próxima a área urbana, colocando em perigo não apenas os moradores mais também as áreas adjacentes, é declaradamente uma infração cometida por órgãos da máquina administrativa do Estado.

Um outro problema apontado freqüentemente pelo conselho é a segurança local. As empresas do Pólo firmaram um convênio com a polícia militar, garantindo a manutenção do batalhão de Camaçari tendo como contrapartida o aumento do policiamento no local. Embora essa manutenção tenha se estendido por um período que excedeu o convênio, a contrapartida não aconteceu.

Na reunião de 18/10/2000, representantes do COFIC afirmaram que sucessivas investidas foram feitas junto à SUDIC, a Prefeitura de Camaçari e Governo do Estado - contando inclusive com o apoio da Federação das Indústrias e Comércio do Estado da Bahia - na tentativa de gerar uma solução definitiva para os problemas de infra-estrutura existentes no Pólo, principalmente no que se refere a conservação das vias de acesso ao Complexo Industrial. Até o final da pesquisa de campo, entretanto, nada de concreto havia

sido feito, a não ser ações isoladas e paliativas, tais como recapeamento parcial dos trechos mais danificados.

Quando se ultrapassa as zonas definidas de atuação dos órgãos públicos para adentrar as áreas multi – gerenciais pode-se perceber que as dificuldades geralmente estão amparadas por interesses políticos. As dificuldades de equacionamento destes problemas passam por uma máquina administrativa emperrada, cheia de vícios, conflito de interesses e disputas políticas.

Embora as instituições aleguem razões de ordem orçamentária, consideradas intransponíveis independentes da vontade política, são reais as dificuldades que impedem a aproximação e colaboração entre os diversos setores envolvidos, já que este esforço exige cooperação, disposição e transparência, de modo que as trocas possam ser feitas sem prejuízos às partes.

O fato da intersectorialidade ser permeável à participação cidadã e se constituir como um dos elementos da democracia participativa, alavancou o estabelecimento de conselhos comunitários, melhor dizendo, conselhos gestores, novas estruturas inseridas na esfera pública e compostos por representantes do poder público e da sociedade civil organizada (GOHN, 2000).

O Conselho Estadual de Proteção Ambiental – CEPRAM, possui essas características. Criado em 4 de outubro de 1973 (Lei Nº 3.163) em plena ditadura, tinha como membros apenas secretários de estado e representantes de alguns outros órgãos estaduais.

O decreto nº 29.489, de 22 de fevereiro de 1983 trata de uma composição mista, com membros pertencentes ao governo do estado, representantes de entidades ambientalistas, além da representação de outros setores, embora formas de controle sobre a

participação civil além da concentração de poder nas mãos dos representantes do estado estejam presentes nos mecanismos de estruturação do conselho.

A presidência deveria ser ocupada pelo Secretário do Planejamento, Ciência e Tecnologia enquanto os membros representantes de organizações ambientais e das federações da indústria e dos trabalhadores da agricultura deveriam ser indicados pelo governador em exercício, mesmo quando apontados por seus pares em assembléia geral e conjunta convocada para essa finalidade.

O decreto – lei 6.529, de 29 de dezembro de 1993 (ARTIGO 43, INCISO III) , amplia essa participação popular com a inclusão de *um representante de entidades que legalmente respondem pelas categorias profissionais com atuação na área ambiental, a ser escolhido diretamente entre seus Pares, através de Assembléia Geral Conjunta, especialmente convocada com tal finalidade desde que atendam aos requisitos previstos nesta alínea..*

Atualmente o CEPRAM apresenta configuração tripartite mas parece carecer de poder que torne suas decisões respeitadas e acatadas tanto pela iniciativa privada quanto pela máquina administrativa estatal, que facilmente desacata e desconsidera suas deliberações em favor de interesses espúrios com no caso do presídio e das recomendações da Resolução 620/1992.

O conselho comunitário que vimos analisando, entretanto, possui particularidades distintas daqueles denominados conselhos gestores e comumente nomeados conselhos comunitários.

De fato, há uma tendência nítida para o uso indiscriminado do conceito, fora do âmbito das ciências sociais, causando certa confusão no entendimento das diferentes

classes de conselhos. Os conselhos gestores, legitimados por força de lei, são deliberativos e apresentam certo nível de poder, assegurada pela Constituição de 1988 (GONH, 2000).

Os conselhos comunitários são todos aqueles que envolvem uma forma ou outra representação comunitária. Os conselhos comunitários consultivos por sua vez, geralmente são informais e não têm poder de decisão, todavia possam funcionar como elemento de pressão e controle social.

A literatura brasileira pouco registra acerca dos conselhos comunitários consultivos, embora haja uma produção significativa sobre conselhos populares da década de 80, que traziam como principal questão a participação popular num país até então sob o domínio de um regime ditatorial. Após este período surgem os conselhos gestores interinstitucionais, com participação da sociedade civil, efetivamente representativos e deliberativos como parte do processo de gestão descentralizada e participativa (GONH, 2000).

Os *citizen advisory committees* ou conselhos consultivos são altamente restritivos. Os cidadãos interessados em participar, devem ser capazes de comparecer às reuniões mas não participam na estruturação da agenda. Geralmente é a instituição ou organização responsável quem se encarrega da agenda e dos temas a serem abordados (RENN et al; 1995).

Outra questão importante diz respeito à construção do consenso que irá depender da metodologia adotada para resolução do conflito. Embora a estrutura dos conselhos consultivos promova decisões consensuais e as discussões geralmente aconteçam *tête – à – tête*, é permanente o risco do consenso se tornar um falso consenso, principalmente se os participantes se sentem, por diferentes motivos, pressionados a concordar já que não há um compromisso explícito acerca da autonomia dos membros (RENN et al,1995).

Neste caso a composição do grupo antecede a construção do consenso. Não é possível afirmar a existência de um nível de acordo entre membros do grupo quando não há igualdade de posições, distribuição eqüitativa de poder, autonomia e independência dos membros. Qualquer consenso obtido nestas circunstâncias é no mínimo duvidoso.

Estratégias para angariar simpatias, partidarismos e apoio para os pontos de vista pessoais também devem ser desconsideradas, já que a obtenção do consenso a respeito de determinado problema ou circunstância que envolva a coletividade, deve ser orientada pelo desejo de se obter as soluções mais adequadas e melhores para aquele conjunto de pessoas.

Para Bobbio (2004, p.240, v.1) o consenso *denota a existência de um acordo entre os membros de uma determinada unidade social em relação a princípios, valores, normas, bem como aos objetivos almejados pela comunidade e aos meios para os alcançar.* A construção do consenso em conselhos consultivos ou mesmo deliberativos requer a existência de consensos anteriores no sentido colocado por Bobbio (2004), isto é, requer uma sociedade fortalecida por laços de solidariedade, cooperação e consciência política.

Na Dinamarca, uma experiência inovadora vem sendo realizada já algum tempo. Avaliações do uso de novas tecnologias têm sido elaboradas por um método um tanto complexo, denominado *The Danish Consensus Conference Model*.

Este modelo consiste de reuniões realizadas entre um grupo de especialistas e um grupo de cidadãos leigos. O objetivo é construir uma ponte entre o público em geral, especialistas e políticos que raramente têm oportunidades de se reunirem.

Para se instituir esta conferência é necessária a observância de uma série de regras pré- estabelecidas e que são de conhecimento de todos os participantes. A conferência dura em média 3 dias e é aberta ao público; os preparativos entretanto, duram cerca de seis meses e envolvem aspectos relativos à disseminação dos resultados obtidos na conferência,

os diferentes papéis dos participantes no processo de realização da conferência e a alocação de tarefas.

O mais importante neste modelo é o compromisso com o equilíbrio na composição dos membros da conferência, a autonomia, o estímulo ao debate e a preocupação de que a composição deste conselho reflita da melhor forma possível a composição da população.

Inúmeras têm sido as formas de participação experimentadas e adotadas ao longo dos últimos anos. Essas formas de participação podem ser mais bem compreendidas quando agrupadas por suas características e semelhanças e situadas dentro de uma escala de valores baseada na distribuição ou aquisição de poder (Figura II, pg.49).

A tipologia construída por Arnstein (1969) para ilustrar os níveis de participação obedece a uma escala onde cada nível corresponde a influência do poder do cidadão na determinação do produto final.

O primeiro nível é denominado não – participação (*nonparticipation*), camuflada como uma participação genuína. O real objetivo não é capacitar pessoas a participarem no planejamento e condução de programas, mas permitir aos detentores do poder “educar” ou “tutelar” (*manipulation*) ou “terapiar” (*therapy*) os participantes. Estes grupos geralmente não têm função legítima nem poder e são utilizados apenas para provar que há envolvimento da comunidade.

O nível seguinte, participação simbólica (*degrees of tokenism*) compreende os estágios **informativo** (*informing*), **consultivo** (*consultation*) e **conciliador** (*placation*), permite aos grupos destituídos de poder, ouvir e ter voz, embora careçam de condições que garantam que seus pontos de vista serão considerados.

O objetivo inicial é instruir os cidadãos de seus direitos, responsabilidades e opções, importante para uma legítima participação cidadã. A ênfase é geralmente colocada nas informações que são veiculadas em mão – única sem a possibilidade de um canal de negociação. Dessa forma as circunstâncias sob as quais os cidadãos poderiam exercer algum tipo de influência são praticamente inexistentes. A mais freqüente ferramenta usada para tal forma de comunicação são as mídias, panfletos, pôsteres e respostas a inquéritos.

O estágio **consultivo**, ainda considerado participação simbólica, tem como meta criar oportunidades para que os cidadãos, através de suas representações, exponham suas opiniões, mas não há nenhuma garantia de que suas preocupações e idéias serão de fato consideradas, constituindo-se como simulação (ARNSTEIN, 1969).

Apenas nos grupos caracterizados como **conciliação** (*placation*) é que os cidadãos começam a ter um nível de influência que em resumo depende de 2 fatores: a qualidade de organização em que se encontra a comunidade e a qualidade da consultoria técnica de que dispõem.

A **parceria** (*partnership*) capacita os cidadãos a negociarem e engajarem-se, mas o **poder delegado** (*delegated power*) e o **controle cidadão** (*citizen control*) são os estágios onde os grupos, antes marginais, obtêm o poder de tomar decisões.

É neste patamar que o poder sofre uma distribuição mais equânime. Há concordância em partilhar responsabilidades dos planejamentos e decisões já que não estão mais submetidos a uma troca unilateral. O *The Danish Consensus Conference Model* situa-se neste estágio.

A **parceria** pode funcionar bem quando há uma base de poder organizada na comunidade com a qual os líderes podem contar. Outro fator importante é dispor de recursos financeiros para pagar seus próprios técnicos, advogados e organizadores

comunitários. Na maioria dos casos onde o poder vem sendo dividido, ele é na verdade adquirido pelos cidadãos e não dado por quem detém o poder.

No estágio do **poder delegado**, as negociações entre cidadãos e poder público pode também levar estes cidadãos a atingirem e até dominarem o nível de decisões sobre um programa ou plano em particular. Para resolver diferenças, é necessário que os representantes do poder público iniciem um processo de negociação em vez de responder a pressão.

Embora o modelo adotado por Arnstein (1969) pareça simplista e homogêneo, vale lembrar que inúmeras são as nuances e particularidades que se apresentam entre os níveis e estágios. Como vimos, o principal indicador utilizado por Arnstein (1969) é a distribuição de poder, que é também um dos eixos centrais em torno do qual se sustenta a análise deste trabalho, associado a outras duas categorias: saber e querer.

8.2 Conhecimento e poder.

Um dos grandes dilemas enfrentados pelas representações populares - conselhos gestores, conselhos consultivos ou outras formas de participação - diz respeito ao nível e tipo de conhecimento que estes cidadãos supostamente deveriam dominar, para no mínimo igualar certas condições presentes no debate de programas ou políticas governamentais, bem como nos programas e políticas adotadas pela iniciativa privada, como é o caso da indústria química.

A efetividade da participação popular passa obrigatoriamente pelo domínio do saber técnico-científico, alicerces para a construção da autonomia e *empoderamento* das suas bases. Os mecanismos de acesso a este conhecimento podem ser os mais diversos: consultorias independentes que assessoram os grupos de interesse; palestras, cursos ou

acesso a materiais que proporcionem esclarecimentos à população de maneira geral, desde quando este material não seja oriundo apenas das partes interessadas (no caso as corporações).

Na sociedade contemporânea, ou segundo alguns estudiosos *sociedade da informação*, o conhecimento alcançou um valor até então desconhecido, tornando-se uma mercadoria cara na sociedade capitalista. Este valor, ao qual é atribuído poder, é compartilhado nos âmbitos institucional, econômico e social nas mais rotineiras relações. Assim, a informação ganhou destaque como instrumento de poder, manipulado indistintamente tanto por grupos sociais como por indivíduos.

Quando essa informação diz respeito ao conhecimento científico, acrescenta-se sua legitimação como verdade adquirida por conta de sua construção com base nas ciências matemáticas, levando a cabo o projeto positivista.

Baseado na fé iluminista, o uso tecnocrático da análise de risco torna-se fundamental para a construção de uma convicção de que a ciência é responsável pelos fundamentos das decisões racionais (FISCHER, 2000).

Em suma, o conhecimento técnico – científico que atualmente respalda as mais importantes decisões e ações políticas para o controle e mitigação dos riscos, está irremediavelmente associado à idéia de verdade, algo incontestado e factual.

Até o século XVIII, a verdade era entendida como sendo ancorada pela virtude. Os *gentlemen* insistiam sobre a veracidade de suas relações como marca de sua condição e honra. Ação livre e integridade eram vistas como as condições para o discurso verdadeiro, enquanto o constrangimento e a necessidade eram reconhecidos como as bases da falsidade. Os argumentos trazidos por David Hume contra a credibilidade de narrativas miraculosas foram essenciais para o processo de erosão dessa cultura e suas práticas (SHAPIN, 1994).

A partir de então a verdade passa a ser relacionada às instituições e as suas capacidades abstratas. Gidens (1991) irá denominar este acontecimento de sistema perito, onde as relações sociais são removidas das imediações do contexto fazendo com que estes sistemas dependam da confiança dos seus consumidores. Acredita-se na segurança dos aviões sem se saber quem os fez ou quem os dirige.

Em suma, o *gentleman* foi substituído pela especialidade científica, a virtude pessoal pela posse de um conhecimento especializado, o nexo da interação face-a-face pelas instituições sem face e a ação livre individual pela vigilância institucional.

Assim, na modernidade a verdade está associada a confiança pela adoção de mecanismos racionais de verificação dos fatos, base de sua construção. Aparentemente porém, irá perder seu caráter metafísico, sagrado e teleológico.

A crença na indústria química foi fortemente abalada principalmente com a ocorrência dos grandes acidentes. Para que este sistema perito continuasse a operar era mister restabelecer a confiança. Surgem então os conselhos consultivos, cuja missão era desmistificar para o público as atividades do setor químico e petroquímico.

Partindo do pressuposto – a verdade como construção sócio-histórica – podemos afirmar que o conhecimento técnico – científico, atualmente dominante, acaba por se constituir como *um ponto arquimédico em torno do qual se articulam as redes dos saberes e das práticas. É deste modo que ele torna o eixo do poder* (RUIZ, 2002, p. 20).

Assim têm sido tratados os acidentes relatados no conselho. Realizada a radiografia da ocorrência através de uma análise sistemática dos fatos com base em métodos largamente utilizados nesta área, o discurso aponta para algo inconcluso. Um exame minucioso evidencia quase sempre que os procedimentos de rotina foram

devidamente realizados e quando isto não ocorre, a variável humana via de regra é apontada, mesmo que subliminarmente, como a responsável pelo fracasso do processo.

Embora lide com a incerteza, o campo da análise de riscos é um campo marcado pela objetividade, racionalidade e matematização do saber. O conhecimento estatístico irá apontar os cenários prováveis para a ocorrência de acidentes de forma a controlá-los e evitá-los, transformando o impreciso em preciso, aprisionando o incerto e duvidoso nas teias da possibilidade contanto que a confiança não seja abalada. Caso contrário, o setor químico e petroquímico estaria fadado ao fracasso, não sendo possível operar sob nenhuma circunstância.

A contradição se revela quando aspectos imprevisíveis ou idiossincráticos da variável humana são desconsiderados dentro do processo de verificação das possibilidades de acidentes, ao passo que na ocorrência de um “imprevisto” esta variável tem sido apontada como uma das principais causas dos acidentes.

O problema ultrapassa os limites da objetividade científica para adentrar o insondável do comportamento humano, que não se submete nem se dociliza tão facilmente. Na mais pura tradição taylorista, procedimentos, mecanismos, disciplinas e rotinas são desenvolvidos na tentativa de se estabelecer uma ordem, um controle sobre as ações humanas. Até aqui, tudo bem. A insensatez se apresenta quando ao implementar essas rotinas, se ignora a complexidade do caráter humano, buscando moldá-lo e limitá-lo a padrões que carecem de representatividade e simbolismo para estes indivíduos, ou seja, o operário é oprimido por um sistema que busca controlá-lo e domesticá-lo.

Os programas de treinamento que deveriam ser eminentemente educativos e conscientizadores assumem um aspecto tiranizador quando buscam transformar e restringir a ponto de sufocar a subjetividade de cada trabalhador.

Alguns profissionais adotam os métodos pedagógicos de Paulo Freire na construção de mapas de risco junto a operários. Além de eticamente mais adequado este modelo fornece possibilidades de melhores resultados já que a inserção e participação do próprio trabalhador no processo ampliam consideravelmente as chances de sucesso. É a superação da dicotomia opressor – oprimido que segundo o próprio Freire (2005) irá permitir uma construção conjunta, distante do que ele denomina concepção “bancária” de educação.

É de praxe nas reuniões do Conselho Consultivo se discorrer a respeito das diretrizes e normas de segurança de cada uma das empresas. Logo na admissão, o trabalhador recebe treinamento e informações específicas sobre segurança em função da atividade que irá desempenhar.

No Pólo Petroquímico, independente dos procedimentos individuais de segurança das empresas, existem os sistemas coletivos coordenados pela Comissão de Segurança Industrial – COSIMA, formada por profissionais de seguranças das empresas associadas ao COFIC.

Cabe ao COSIMA definir as normas coletivas de segurança do Pólo e coordenar o Plano de Auxílio Mútuo - PAM além de fazer o acompanhamento estatístico de acidentes e se reunir periodicamente para discutir assuntos de interesse das empresas nessa área.

No âmbito do Conselho Consultivo destaca-se a ocorrência de acidentes envolvendo direta ou indiretamente a população dos municípios de Camaçari e Dias D'Ávila. O relato destas ocorrências obedece a um modelo de comunicação de risco entendida como [...] *um plano executado por um corpo regulador, dirigido a uma*

audiência leiga particular que incorpora resultados objetivos específicos de mudanças de comportamento ou de atitude (KRIMSKY & PLOUGH, 1988, p.6, tradução nossa).⁴⁹

Embora a comunicação de risco detenha significados simbólicos e convencionais, estamos analisando a comunicação feita por especialistas, resultantes de análises de risco, o que evidencia seu aspecto formal. Essa é a perspectiva utilizada pelas empresas do Pólo e adotada pelo COFIC nas reuniões do Conselho, que negligenciam as questões culturais, as motivações e os significados simbólicos.

As contribuições para o estudo da comunicação de risco recaem sobre diferentes domínios. Existem áreas de estudo que exploram a comunicação de risco pela mídia para o público em geral, o que envolve a habilidade de influenciar leitores e espectadores.

Um segundo grupo dos estudos de comunicação de risco deriva da literatura da percepção de risco. Estes estudos examinam como a percepção do público sobre risco é afetada por diferentes formas de comunicação. Aqui a boa comunicação de risco é definida como aquela mensagem que trás a percepção pública do risco próxima à determinação científica (KRIMSKY & PLOUGH, 1988).

Uma terceira abordagem no estudo de comunicação de risco, favorecida pelas necessidades dos setores de regulamentação das atividades industriais, é prescritiva e pragmática e tenta estabelecer padrões para uma comunicação de risco efetiva. Os campos da psicologia cognitiva e social, teoria da comunicação e relações públicas contribuem para essa abordagem (KRIMSKY & PLOUGH, 1988).

Essa forma de construção da comunicação de risco reflete uma noção de que a política ambiental deve ser baseada na ciência, o que segundo Tesh (2000), tem efeito no

⁴⁹ “[...]risk communication is a plan executed by a regulatory body targeted to a particular lay audience and embodying specific outcome goals for behavior or attitudinal change.

sentido de abrandar protestos populares e não de produzir uma redução real da poluição ambiental.

Os esforços no propósito de ajudar as pessoas a entenderem e concordarem com níveis regulares de risco, tal como o risco criado pelas companhias químicas, conduz a graves implicações no direcionamento das políticas públicas (HEATH E NATHAN, 1991) que embora fundamentadas em aspectos técnicos devem submeter-se ao modelo político então vigente.

A complexidade da sociedade contemporânea, dada principalmente pela especialização cada vez mais sofisticada e o avanço tecnológico, abre a porta para uma *especialitocracia* que oferece cada vez menos oportunidades significativas de deliberação pública. Sob este ponto de vista as escolhas sociais básicas acabam restritas as imposições tecnológicas do sistema social. Neste processo, ideais de igualdade e democracia são substituídos por padrões de *meritocracia* e eficiência (FISCHER, 2000).

O que temos então é uma ampliação das possibilidades de participação popular por conta da conscientização e politização social bem como do próprio projeto democrático participativo, mas que tem sido absurdamente restringida por outros fatores, tais como o avanço tecnológico e crescimento do nível de especialização, cada vez mais elaborado e complexo, fora do alcance do cidadão comum.

Segundo Heath e Nathan, (1991) a comunicação de risco é política. O modelo tradicional confunde aceitação com entendimento, isto é, para o público receber informações claras e confiáveis é sinônimo de aceitação do risco. Entre as regras está ainda o uso de linguagem simples, não técnica, enriquecida com sentimentos e que seja suficientemente motivadora.

Este modelo tem sido reproduzido nas reuniões do Conselho, onde a comunicação de risco se reduz basicamente ao relato de acidentes. Durante as reuniões estes acidentes são relatados pelo corpo técnico da empresa, representada por médicos, engenheiros ou técnicos de segurança ou mesmo alguns dos executivos, a depender da gravidade do acidente. Informar o conselho sobre estes acidentes significa assumir um padrão de comunicação que visa ratificar para a comunidade em geral a confiabilidade do setor industrial químico e petroquímico.

O modelo discursivo adotado envolve um prólogo cujo conteúdo invariavelmente gira em torno do destaque dado ao conselho e das atividades que desenvolve.

Após enfatizar a importância do conselho para o entendimento e aproximação entre indústrias e comunidades, o relator inicia seu discurso destacando o esforço financeiro, tecnológico e administrativo da empresa em atender os mais altos padrões ambientais, ocupacionais e de segurança no trabalho. Em seguida, detém-se no empenho da empresa em observar as normas de segurança e treinamento. Por último, está o relato do acidente onde são maximizados os aspectos técnicos, procedimentos adotados e por fim o comportamento individual, geralmente inexplicável, do trabalhador.

Este discurso encerra uma confrontação emblemática da identidade corporativa (coletiva) contra a não-identidade individual e isolada do trabalhador, reduzido ao comportamento inseguro que aparentemente provocou o acidente. São 2 os principais parâmetros que orientam o discurso: a identidade corporativa versus a não-identidade do trabalhador.

Entre os acidentes ocorridos no período analisado, um será tomado como exemplo para ilustrar a análise de discurso. Este acidente ocorreu no ano de 1996, tendo como consequência a morte de um funcionário sub-contratado.

Obedecendo ao modelo acima descrito, o relato do acidente iniciou-se com as boas-vindas do superintendente da fábrica que teceu elogios ao [...] *trabalho realizado ao longo de quase dois anos de atividades do conselho* além de desculpar-se com os conselheiros [...] *pelo mal entendido que ocorreu na reunião de[...] quando alguns conselheiros se manifestaram insatisfeitos com as informações prestadas pela empresa sobre o acidente ocorrido em [...]*. Nessa primeira etapa é evidente o esforço em ressaltar a importância do conselho o que contribui decisiva e positivamente para a construção da identidade corporativa. Portanto, ao verbalizar que *tentamos fazer o melhor no que se refere às informações transmitidas, mas verificamos que o resultado do nosso esforço inicial não correspondeu as expectativas dos conselheiros e isso serve como aprendizado para a [PCC]*⁵⁰, a empresa, na figura do seu superintendente, demarca claramente seu papel.

Seguiu traçando o perfil da empresa, maior fabricante do Hemisfério Sul de insumo básico para fabricação de plásticos [...] *uma produção de 430 mil toneladas/ano e opera com 320 colaboradores em Camaçari e 800 no Brasil*. Esse trecho do discurso induz a pensar a sociedade não apenas como dependente da indústria química, naquilo que Freitas (2000) denomina de *quimicalização social*, mas toca sobretudo o imaginário coletivo no que diz respeito ao binômio modernidade *versus* progresso tecnológico, enfatizando subliminarmente o aspecto benéfico da indústria química e estimulando a confiança.

Foi passada a palavra ao técnico de segurança da empresa, autoridade competente para expor a análise de causas. Seu discurso se inicia com o histórico de acidentes da empresa nesta área, revelando que nos últimos 16 anos foram registrados apenas 9 casos envolvendo empregados da fábrica e 6 com empregados de empresas prestadoras de

⁵⁰ Os trechos em itálico foram retirados da ata onde está registrado o acidente. O parágrafo sublinhado diz respeito a citação literal do superintendente da fábrica, ao relatar o acidente. O nome PCC é fictício

serviço, sendo apenas 3 com afastamento sem maiores gravidades. Só então fez uma explanação detalhada sobre as circunstâncias que envolveram a morte de Paulo Santos⁵¹.

O relato continua com a apresentação de transparências contendo informações sobre a área onde ocorreu o acidente, tais como equipamentos, sistema de automatização e total de empregados no setor (eufemisticamente denominados “colaboradores”). Posteriormente deteve-se no histórico profissional do empregado acidentado. Paulo foi admitido no mês de março tendo se acidentado aproximadamente 05 meses depois. O treinamento de segurança foi efetuado 10 dias após sua admissão.

Uma comissão, composta pelo presidente e vice-presidente da CIPA, representante do Sindiquímica e 2 engenheiros funcionários da empresa, foi formada para investigar o acidente. O processo de investigação constou de entrevistas, visita ao local do acidente, estudo do sistema, avaliação pelo método TRIPOD (Shell) e relatório final. A árvore de causas apresentada

- [...] mostrou uma seqüência de fatores que teriam contribuído para o acidente.
1. O operário subiu no guarda-corpo para alinhar os sacos.
 2. Fez isso porque a esteira do equalizador de sacos parou.
 3. A esteira parou porque havia um saco desalinhado e acúmulo de sacos e quando isso acontece o equipamento para automaticamente.
 4. O saco estava desalinhado devido ao manuseio inadequado e desajuste das guias.
 5. O repasse ou acúmulo de sacos deveu-se a um "pallet" mal-formado.
 6. Entre as hipóteses levantadas sobre a intenção do operário de tentar resolver o problema, uma vez que não era sua atribuição, destacaram-se as seguintes:
 - a) ele teve a iniciativa por se tratar de um funcionário jovem (25 anos), inteligente dinâmico, bem avaliado na sua função.
 - b) talvez não gostasse de ser repreendido
 - c) tinha um período de adaptação de 15 dias, o que pode ter lhe causado pressão⁵².

⁵¹ Os nomes aqui utilizados são fictícios de forma a proteger a identidade da empresa e empregados

⁵² Excerto extraído da ata cuja reunião foi reportado o acidente

Curiosamente a possibilidade de o empregado subestimar os riscos a que se expôs ou até mesmo desconhecer os riscos atrelados ao manuseio do equipamento não foram mencionados nem considerados. Uma das hipóteses plausíveis para esse comportamento seria justamente a metodologia de treinamento adotada. Ainda que este treinamento tenha sido realizado dentro do padrão comumente adotado pelas empresas, é admirável que técnicos e engenheiros de segurança não atentem para o óbvio: aspectos culturais, hábitos, valores, etc. podem ser fontes potenciais de novos fatores de risco e por isso não podem ser ignorados nem negligenciados nos treinamentos de segurança.

A análise apresentada pela equipe, não mostra nada além de um encadeamento de acontecimentos contendo juízos de fato - base dos sistemas científico e técnico - sem, contudo buscar associá-los aos padrões de treinamento ou normas de segurança adotadas pela empresa, embora o relatório final traga uma série de recomendações que inclui proteções do sistema, equipamentos, procedimentos, treinamentos, comunicação e projeto. É interessante notar que das 18 recomendações apresentadas pela comissão de investigação do acidente, 7 referem-se à proteção, 1 a projeto, 5 a equipamentos, 3 a comunicação e apenas 1 a treinamento.

A árvore de causas é um instrumento largamente utilizado por diferentes métodos de investigação de acidentes. Seguindo a lógica do método cartesiano, a construção da árvore de causas obedece a etapas distintas cujo primeiro passo é listar todos os fatos – o que parece tarefa fácil, mas exige habilidades especiais.

Ainda que a objetividade dos fatos esteja sempre em evidência é preciso lembrar que a árvore é uma ferramenta de trabalho e que o [...] *processo de investigação de*

*acidentes não é uma ciência exata [...] e requer interpretação, julgamento, flexibilidade e inventividade*⁵³ (LABOR INSTITUTE, 1999, p.103, tradução nossa).

As investigações de acidentes baseiam-se principalmente em conceitos científicos e diagramas lógicos, mas deve-se reconhecer que as árvores de causa são apenas uma ferramenta de investigação. O valor de uma árvore de causas depende de como esta ferramenta é usada pelos membros da comissão de investigação (LABOR INSTITUTE, 1999).

Duas hipóteses podem explicar esse padrão de discurso: a primeira refere-se ao tipo ou uso do modelo adotado para análise dos acidentes enquanto a segunda estaria associada à seleção das informações repassadas para o conselho.

As análises de acidentes têm sua fundamentação teórica e prática nas engenharias, desconsiderando aspectos socioeconômicos, de caráter organizacional ou gerencial. *O método empregado em larga escala pelas empresas no Brasil segue a linha da dicotomia entre ato e condições inseguras, e raros são os casos em que causas subjacentes de natureza organizacional e gerencial são avaliadas* (MACHADO, PORTO E FREITAS, 2000)

Alguns dos métodos de análise de acidentes que geralmente tendem a responsabilizar o empregado em última instância, não podem ser entendidos dissociados da política de segurança no trabalho adotada por grande parte das empresas. Os sistemas de prevenção priorizam a informação através dos manuais de prevenção, cartazes e uso de equipamentos de proteção individual, enfatizando desta forma a responsabilidade individual do operário. Isto é, a prevenção contempla o indivíduo, destacando-o e separando-o do seu coletivo, bem como do ambiente de trabalho, assim como tende a ver o

⁵³ *[the] process safety incident investigation is not an exact science...it requires interpretation, judgment, flexibility and inventiveness.*

ato inseguro de forma isolada, sem buscar contextualizá-la num âmbito de maior complexidade. (Machado, Porto e Freitas, 2000)

Embora o superintendente da empresa tenha declarado que a [...] *preocupação da PCC com a investigação não foi descobrir um culpado, mas sim aprender com os erros e prevenir-se para que outros acidentes não ocorram*, é possível perceber que a prevenção de acidentes no item treinamento, segue o padrão acima descrito que prioriza o indivíduo isolando-o do ambiente em sua volta. O técnico em segurança informou que o empregado [...] *foi treinado exclusivamente para varrer a área, fazer o ensacamento e o repasse dos "pallets"*, levando a crer que o treinamento é reduzido à função a ser desempenhada pelo trabalhador, não considerando interfaces entre funções, equipamentos e ambientes de trabalho.

Outro aspecto importante no relato dos acidentes diz respeito à unilateralidade das informações, isto é, os conselheiros têm acesso apenas aos resultados apresentados pelas empresas não dispondo de informações obtidas de fonte independentes. Embora muitos casos ganhem dimensão pública e os membros do conselho se mantenham informados através de suas redes e/ou pela mídia, é preciso lembrar que estas informações por mais confiáveis que sejam, não se legitimam quando contrapostas ao saber técnico-científico que acaba por assumir o caráter de verdade baseada em fatos, isto é, verdade genuína.

Em contrapartida, os membros do conselho buscam compreender minuciosamente o desenrolar dos acontecimentos, interrogando sobre os aspectos que lhes parecem pouco claros e indefinidos. Entretanto, essa investida é limitada já que carecem de outras fontes de informações técnicas e/ou assessoria adequada. Ainda assim parecem por vezes não se dar conta destes limites.

A linguagem não tem muita dificuldade em entender. Agora claro, tem alguns conselheiros que podem ter certa dificuldade, porque do ponto de vista da formação cultural, ele também é divergente. Tem pessoas lá que tem conhecimento do Pólo Petroquímico, e das questões de meio ambiente e

trabalho, até porque também já trabalharam, já teve uma vivência prática lá. Tem pessoas que não tem a menor informação, informação do ponto de vista da prática, de ter trabalhado no Pólo (Entrevistado G, 29 anos).

Alguns membros conselheiros consideram que o esforço empreendido pelas empresas em levarem resultados sobre as investigações de acidentes, assim como o esforço de “traduzir” essa investigação em linguagem inteligível aos conselheiros, torna as informações mais acessíveis e conseqüentemente confiáveis.

Apesar de que (...) pede que faça uma linguagem acessível, mas passa batido. Porque muitos estão ali, você vê, os caras vão para lá, tem 15 minutos para fazer a exposição de um acidente, aí já vão com tudo montado, muito perfeito, muito certinho, 15, 20 minutos e “Já fui”, e realmente eles tem as atribuições deles, tem compromissos. E passa mesmo a linguagem técnica e pronto (Entrevistada E, 43 anos).

Eu acho que não é o suficiente, inclusive eu quero a próxima reunião, se eu tiver oportunidade para entrar nesse assunto, porque também, o Conselho tem uma coisa que eu não gosto. O Conselho, ele direciona o assunto ao interesse, então você tem que se calar (Entrevistada F, 46 anos).

Concluindo, a redução de riscos é uma questão comunitária que envolve esforços coletivos das partes envolvidas para conjugar seus interesses aos interesses comuns.

Capítulo IX

À GUIA DE CONCLUSÃO

O modelo adotado no Programa Atuação Responsável para operacionalizar a participação e o diálogo com as comunidades vizinhas, denominado conselhos consultivos, é parte de um programa globalizado, criado pelo setor químico industrial com o objetivo não só de desenvolver maior controle operacional do processo produtivo, mas também como estratégia que permitisse a recuperação da imagem e confiabilidade, seriamente abaladas após acidentes catastróficos como os de Bhopal e Séveso.

Este instrumento por suas limitações, tem sido severamente criticado não apenas na literatura mundial, mas também por algumas instituições internacionais como a *Internacional Federation of Chemical Energy, Mine and General Workers' Unions (ICEM)* que insistem em classificar tanto o programa quanto seus componentes como uma grande “jogada de marketing”..

Além da distribuição de poder como um dos principais indicadores para avaliar a eficácia dos conselhos consultivos, se pode ainda acrescentar outros critérios complementares tais como o acesso à informação, confiança entre participantes, relações interpessoais e com o tecido social, legitimidade dos pontos de vista e interesses de forma a se alcançar um consenso, principal via pela qual geralmente opera este tipo de mecanismo (ASHFORD et al, 1999).

A análise destes indicadores demonstra como este mecanismo, os conselhos consultivos, camuflam a não-participação com uma idéia de participação voluntária, organizada e eficaz.

É fato que o Conselho Comunitário de Camaçari agrega todas essas características. Primeiramente o Conselho foi e continua sendo patrocinado pelo COFIC, o que significa um comprometimento de sua autonomia. As informações internas sobre sistemas de emergência, segurança dos processos e saúde ambiental são obtidas através do COFIC e das empresas, embora teoricamente os membros tenham liberdade de consultar outras fontes, nem sempre acessíveis.

Há portanto restrições de acesso à informação claramente evidenciada na comunicação de risco e no processo de construção das pautas. As informações sofrem censuras prévias, baseada na premissa de que a linguagem técnico-científica deve ser facilitada aos leigos e na avaliação de que os conteúdos altamente especializados não interessam ao público

Quanto à pauta, embora construída com a anuência dos membros representantes do conselho comunitário, versa basicamente sobre as mesmas questões, previamente determinadas no Protocolo de Intenções. Os dados demonstraram que são significativos os problemas relacionados à saúde ocupacional e segurança no trabalho, principalmente em função do contexto gerado pelas mudanças nas relações de produção e processos de terceirização.

Apesar destes aspectos, não há uma representação dos trabalhadores sob a alegação de que este espaço não comporta a representação sindical, cujas características destoam daquelas impressas ao Conselho. O sindicato tem lançado mão do enfrentamento como uma de suas principais estratégias, o que poderia contaminar irremediavelmente o clima consensual supostamente atingido no conselho, segundo opinião expressa por seus membros.

O consenso é portanto o elemento cujas propriedades catalisadora, transformadora e aglutinadora são atestadas emblematicamente pelos membros conselheiros como uma excepcional qualidade adquirida ao longo da existência do conselho, fruto da capacidade de negociação ali desenvolvida . Quando invocado, o consenso pode influenciar e modificar a conduta de alguns membros além de ser também tomado como paradigma na construção de um entendimento claramente superior. O consenso tem ainda a capacidade de poder agregar e diluir as opiniões diferenciadas, transformando essas opiniões.

O consenso guarda o sentido da isenção e sobretudo da participação, já que para atingi-lo supõe-se uma interação e esforço de aproximação que só poderá ser alcançado quando os interesses pessoais ou de grupos são superados em função de um interesse maior, do conjunto da sociedade (BOBBIO, 2004)

Este consenso, apontado como um dos grandes sinais de avanço, pode perfeitamente camuflar um processo de cooptação, quando não há garantias de autonomia, de acesso a informação, principalmente quando não há uma identidade coletiva que garanta a legitimidade dos pontos de vista e interesses comuns.

Em suma, o desconhecimento e desconfiança do público acerca das operações e processos químicos, exigia uma reversão deste processo com tomada de posição pela indústria que se dispôs a tutelar as comunidades vizinhas, promovendo ações de aproximação, esclarecimento público, aliado a programas sociais de ajuda à comunidade.

A ausência de um canal de comunicação formal e sistematizado entre o conselho e as comunidades de Camaçari e Dias d'Ávila, não garante que os pontos de vista e interesses discutidos no conselho sejam de fato representativos da comunidade, nem garante que as informações veiculadas dentro do conselho chegam até a comunidade. Além

disso, estas comunidades apresentam um histórico com baixo nível ou ausência de organização e mobilização popular que não permite que este vínculo se efetive. A falta de uma identidade de grupo e de comunidade dificulta o processo de participação.

Nas políticas voluntárias, onde as iniciativas de participação são induzidas, é previsível que os modelos adotados constringam essa participação e que sejam criados apenas como instrumentos para satisfazer determinadas obrigações sociais sem contudo comprometer as bases institucionais. Onde deveria haver uma preocupação com a educação e o conseqüente *empoderamento* das classes menos favorecidas pela construção de uma consciência crítica (FREIRE, 2003) há apenas uma reprodução das superestruturas sociais, mantendo-se as relações de poder contidas nas relações opressor *versus* oprimido, mas agora camufladas por uma ideologia que dociliza e domestica, promovendo um processo cooptativo, resultando na alienação das classes trabalhadoras e no fortalecimento do poder das classes hegemônicas.

Estes elementos refletem uma distribuição de poder evidentemente desigual. Fica claro também que este mecanismo tem sido usado pela indústria como um instrumento “educativo” e de responsabilização (HUNT, 2003), de forma a induzir a população a absorver uma nova perspectiva acerca das atividades industriais do setor químico e petroquímico, fazendo-as parecer seguras e completamente confiáveis. Assim, numa estratégia de antecipação, as indústrias buscam inteirar-se acerca da percepção da população representada pelos membros do conselho. Em poder dessas informações podem desenvolver respostas que irão provocar mudanças positivas nesta percepção, fazendo a população voltar seus olhos e preocupações para os projetos sociais, programas ambientais, prêmios de incentivos patrocinados pelas empresas e conseqüentemente associando a imagem do setor a causas sociais ao tempo que a dissocia do seu poder poluidor.

Essa estratégia reproduz o processo de governamentalidade instalado socialmente e que articula as práticas de governar outros com as práticas de governar a si próprio (FOUCAULT, 1993). Ao tempo que a indústria como instituição usa da desresponsabilização, transferindo para terceiros, terceirizando a responsabilidade dos riscos envolvidos nos processos produtivos, que acaba por ser individualizada na figura do trabalhador e seu comportamento. A moralização decorrente deste processo produz padrões comportamentais, traduzidos nos sistemas de treinamento e uso de equipamentos de proteção. A não observância destes padrões recai na esfera do privado sendo de total responsabilidade do indivíduo.

Em suma, inúmeros são os estudos e depoimentos que declaram assertivamente que os programas voluntários adotados pela indústria química e petroquímica, sobretudo após Bhopal, se caracterizam basicamente como um esforço de relações públicas (ICEM, 2000; REHN, 1995).

O que desejamos é destacar principalmente os aspectos cooptativos inclusos nos princípios filosóficos e éticos do Programa de Atuação Responsável, demonstrando que as ideologias dominantes, nesta era globalizante, têm sido reproduzidas com tamanha sofisticação e poder de neutralização dos seus opositores que os próprios militantes não conseguem distinguir entre o apelo cooptativo e o verdadeiro consenso, como afirmam muitos dos membros do CCCC: *melhor isso do que nada*.⁵⁴ Por trás dessa afirmação situa-se um sentimento de conformidade e impotência que desacredita ações que possam caracterizar o conflito, subliminarmente entendido como um aspecto negativo e retrógrado no mundo das negociações de forma geral.

⁵⁴ Trecho retirado de entrevistas.

O consenso tem sido aplaudido como a via civilizada das negociações no mundo pós-moderno. Adotá-lo pode portanto, significar uma demonstração de adequação, adaptabilidade e sobretudo civilidade, aspectos implícitos e constantemente reafirmados no discurso da sociedade moderna.

Na raiz deste processo encontra-se o poder, protegido das massas em geral e concentrado na mão da classe dominante (indústria química), assinalando que este processo, identificado como transparente e democrático, não passa de um escamotamento da realidade. A participação popular cidadã requer o *empoderamento* dos segmentos populares de forma que adquiram autonomia suficiente para participar das decisões que afetam direta ou indiretamente suas vidas.

Subliminarmente essa situação apresenta características ainda de dominação, cujo poder protecionista funciona aparentemente como libertador das massas oprimidas. O fenômeno da mobilização social e seu relativo *empoderamento* reinventou os antigos modelos de dominação acrescentando-lhes sofisticação e sutileza necessárias à nova *governança liberal em nome do risco* (HUNT, 2003).

O Conselho Consultivo, assim como outros programas voltados para a comunidade e desenvolvidos pelo Pólo Petroquímico e que eufemisticamente são caracterizados como “educativos” e “informativos” são afinal sistemas cooptativos e de desresponsabilização que buscam imprimir a ideologia⁵⁵ corporativa hegemônica da governança corporativa, alienando outros segmentos sociais de forma a neutralizá-los e a dar continuidade a seus interesses de classe (PORTELLI, 1969).

⁵⁵ Entendemos por ideologia, um conjunto de idéias e valores e que dão origem a um estilo de vida.

Referências

ABIQUIM: **Atuação Responsável**. Disponível em:< <http://www.abiquim.org.br/>> Acesso em: 06/08/2001

ABIQUIM: **Relatório de Atuação Responsável 2000**. Disponível em:<<http://www.abiquim.org.br/>>. Acesso em: 12/06/ 2002

AGIER, Michel: **Espaço urbano, família e status social: o novo operariado nos seus bairros**. In Cadernos do C.R.H, Salvador/Ba. n.13, 1982

ALMEIDA, Ana : **Domínios da lama**. 1995.115 f. Dissertação [Mestrado de Sociologia] Universidade Federal da Bahia. 1995

ANDRADE, J. C. S. . Para **Além das Estratégias Ambientais Reativas: O Desafio da Cetrel**. Tecbahia, Camaçari, v. 13, nº. 1, p. 111-128, 1998.

ARNSTEIN, S. R.: **A Ladder of Citizen Participation**, JAIP, vol. 35, nº. 4, July, p. 216-224, 1969

ASHFORD, N., A et all, 1999: **Public Participation in Contaminated Communities**. Center of Technology, Policy and Industrial Development Massachusetts Institute of Technology. Cambridge, Massachusetts, march 1999

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Disponível em: <http://www.undp.org.br/HDR/Alas.htm>.> Acesso em: 28/09/2005.

AUGUSTO, L. G. & FREITAS, C. M.: **O princípio da precaução no uso de indicadores de riscos químicos e ambientais em saúde do trabalhador**. In Ciências Sociais & Saúde. ABRASCO, v.3, nº 2. p. 85-95, 1998

BARANI, E: **Efeitos sócio-ambientais decorrentes da implantação da Caraíba Metais: a percepção dos habitantes de Lamarão do Passé-Bahia. Dois pontos do tempo(1982 e 1986)**. 1990. Dissertação [Mestrado em Saúde Comunitária] - Universidade Federal da Bahia, Salvador/Ba.

BARBOSA. A. C.: **Responsabilidade Social Corporativa do Pólo Industrial de Camaçari: a Influência do Conselho Comunitário Consultivo**. Dissertação. 2003. 146 p. [Mestrado Profissional em Gerenciamento e tecnologias Ambientais no Processo Produtivo] -Universidade Federal da Bahia, Salvador/ Ba

BAUMAN, Z.. **Comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores. 2001

BAUMAN, Z.: **Em busca da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores. 1999.

BAUMAN, Z.: **O Mal estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1997.

BECK, U.: **Risk Society**. London: Sage Publications, 2002.

BECK, Ulrich: **World Risk Society**. USA: Polity Press, 2000

BENNETT, D.: **Beware ISO**. In *New Solutions*, v.7, nº. 3 Spring 1997, p.37 –45

BOBBIO, N; MATTEUCCI, N; PASQUINO, G: **Dicionário de política**. São Paulo: Editora UNB, 2004. v.I e II

BORGES, A. & FRANCO, A.: Mudanças de gestão: para além dos muros da fábrica in FRANCO, T(org.) **Trabalho, riscos industriais e meio ambiente: rumo ao desenvolvimento sustentável**. Salvador: EDUFA BA-CRH/FFCH/UFBA, 1997, p. 63 - 116

BUCK J. W. et all: **Environmental Justice as a Legal Priority** in *IH Bulletin*, no.1 Summer 1994. Disponível em: <<http://www.eih.uh.edu/publications/94bulletin/equity3.html#legal>> Acesso em: 10/12/2001

C.R.A. E.R. Camaçari: **A atuação do Centro de Recursos Ambientais no Pólo petroquímico de Camaçari, Bahia- Brasil**. Salvador, 1997

CAROZZO, L: **Trabalho na Indústria Petroquímica: A Convivência com o Perigo e Sintomas de Ansiedade**. 1997. Dissertação [Mestrado em Saúde Coletiva] - Universidade Federal da Bahia. Salvador/Ba,

CARVALHO, A. I.: **Conselhos de Saúde no Brasil: participação cidadã e controle social**. Rio de Janeiro: FASE/IBAM, 1995.

CARVALHO, F.; VIEIRA; L.A. AGUIAR, A .S.: **O cumprimento da legislação referente à saúde do trabalhador no Pólo Petroquímico de Camaçari: a Resolução CEPRAM 620/1992**. In *Revista Baiana de Saúde Pública*, Salvador, v.26, nº1/2, jan-dez 2002, p.66-76

CHALMERS, A: **O que é Ciência Afinal?** São Paulo: Editora Brasiliense, 2000

CKAGNAZAROFF, I.B., MOTA, N. R.: **Relação entre descentralização e intersectorialidade**. *Economia e Gestão*, v.3, nº 6, dez., 2003.

COFIC: **Conselho Comunitário Consultivo**: disponível em <<http://www.coficpolo.com.br/conselho.htm>>. Acesso em: 08/01/2002

COFIC: **Dados econômicos: investimentos, capacidade instalada e vendas**. Disponível em: < <http://www.coficpolo.com.br/polo.htm>>. Acesso em: 09/10/2001.

CONCEIÇÃO, P.S. de A: **Acidentes de Trabalho na Bahia em 1999 e 2000. Uma Avaliação das Comunicações de Acidente de Trabalho – CAT**. Disponível em:<<http://www.saude.ba.gov.br/cesat/CadInfo/Acidentes%20Notificados%20Bahia%2099%20e%2000.pdf>>. Acesso em: 12/08/2005.

CORREIA, M. C. P.: **A Questão do Diagnóstico de Doença Ocupacional no estado da Bahia a partir do ano de 1988**. Dissertação. [Mestrado em Saúde Comunitária] - Universidade Federal Da Bahia, Salvador/Ba, 1998

CRESPO, S. & LEITÃO, P.: **O que o brasileiro pensa da ecologia**. Rio de Janeiro : MAST/CNPQ, CETEM/CNPQ, AGENCIA ESTADO, ISER, 1993

DOUGLAS, M.: **Pureza e Perigo**. Lisboa: Edições 70, 1996

DOUGLAS, M e WILDAVSKY, A: **Risk and Culture**, USA: University of California Press, 1983

DRUCK, G.,: **Terceirização: (des)fordizando a fábrica. Um estudo do complexo petroquímico**, Salvador: EDUFBA, 1999

ESTABROOK, T., SIQUEIRA, C. E.: MACHADO. E.P: **Labor-Community Alliances in Petrochemical regions in the United States and Brazil: What Does it take to win?** In Capitalism Nature Socialism v.11, nº3, September, 2000. p 113 -145.

FAGIN D., LA VELLE, M. and THE CENTER FOR PUBLIC INTEGRITY: **Toxic deception: how the chemistry industry manipulates science, bends law, and endangers your health**. Maine /USA: Common Courage Press, 1999

FERRARI, C.: **Curso de Planejamento Municipal Integrado**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1977.

FISCHER, F.: **Citizens, experts and the environment: the politics of local knowledge**. London: Duke University Press, 2000.

FOULCAULT, M.: **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 1992

FOULCAULT, M.: **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal Editora, 1993

FRANCO, T. e DRUCK, G.: **Padrões de industrialização, riscos e meio ambiente**. In Ciência & Saúde Coletiva, ABRASCO, Rio de Janeiro, v 3, nº 2. p 61-71, 1998

FRANCO, T. et all : **Riscos Industriais: de desafios a instrumento de opressão**. In Cadernos do CRH. Salvador, v. 20, p. 127-144, 1994

FRANCO, T. M. de A.: **Trabalho e saúde no Pólo Industrial de Camaçari**. In Caderno do CRH. Salvador. nº 15, julho/dezembro de 1991, p. 27- 46

FREIRE, P: **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra: 2003.

FREIRE, P: **Pedagogia do Oprimido**: São Paulo: Paz e Terra, 2005.

FREITAS, C. M. & GOMEZ, C. M: **Análise de riscos tecnológicos na perspectiva das ciências sociais**. In Manguinhos, Rio de Janeiro, v. III, nº 3, nov. 1996 - fev. 1997, p. 485-504

FREITAS, C. M. A contribuição dos estudos de percepção de riscos na avaliação e no gerenciamento de riscos relacionados aos resíduos perigosos. In SISINNO, C. L. S. & OLIVEIRA M. (orgs.) **Resíduos Sólidos, Ambiente e Saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000, p. 111-128

FUNTOWICZ, S. & RAVETZ, R.: Three types of risk assessment and the emergence of post-normal science. In KRIMSKY & GOLDING (org.): **Social Theories of Risk**, London. 1992, p.251-273

FURTADO, M.: **Atuação responsável: indústria química adota a política da boa vizinhança**. In Revista Química, nº 382, março de 2000. Disponível em: <<http://www.quimica.com.br/revista>>. Acesso em: abril de 2003.

FURTADO, M.: **Atuação Responsável: verificação externa dá novo alento ao programa**. In Revista Química, nº. 403, abril de 2002. Disponível em: <<http://www.quimica.com.br/revista>>. Acesso em abril de 2003

GIDDENS, A. BECK, U & LASH, S: **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Editora Unesp, 1997

GIDDENS, A: **As Conseqüências da Modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991

GOHN, M. da G. 1997: **Teoria os Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**, São Paulo: Edições Loyola.

GRUNDAHL, J: The Danish consensus conference model. In **Public Participation in science: the role of consensus conferences in Europe**. Ed: Joss, S. & Durant, J. London: Science Museum, 1995. Disponível em: <<http://www.ucalgary.ca/~pubconf/Education/grundahl.htm>> Acesso em: 23/03/2006.

GRUPO GAMBA: **Uma História de Luta em Defesa do Meio Ambiente in Bahia: Análise e Dados**. CEI. Salvador, v. 7, nº 4. 1998,

HEATH, R. L & NATHAN, K: **Public relations' role in risk communication: information, rhetoric and power**. In Public Retions Quaterly, New York, winter 1990-91, p. 15-22

HERCULANO, S.C.: A qualidade de vida e seus indicadores. In HERCULANO, S; PORTO, M.F.S.; FREITAS. C. M. (org.) **Qualidade de Vida & Riscos Ambientais**. Rio de Janeiro: Ed.UFF, 2000, p.219 - 245

HIDROCONSULT: **Estudo de Impacto Ambiental para a Ampliação do Pólo Petroquímico de Camaçari (EIA/RIMA)**. Diagnostico Ambiental / Meio Antrópico e Diagnostico Socioeconômico. Salvador, 1989.

HOGAN, D.J.: População, pobreza e poluição em Cubatão. In MARTINE, G.(org.) **População, meio ambiente e desenvolvimento: verdades e contradições**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1993.

HUNT, A: Risk and moralization in everyday life. In ERICSON, R., DOYLE, A (editors): **Risk and Morality**. Toronto: University of Toronto Press Incorporated, 2003, p. 165-192

IBGE: **Perfil dos Municípios Brasileiros: Meio Ambiente 2002**, Rio de Janeiro 2005. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/munic_meio_ambiente_2002.pdf>. Acesso em: 20/06/2005

ICEM: **World Unions Set Targets for Global Agreements**. Disponível em: <www.icem.org/upd2000/upd00-49html>. Acesso em: 18/12/2002.

KASPERSON, R. E.: The social Amplification of risk: Progress in Developing an Integrative Framework. In KRISMSKY, S & GOLDING, D (editors): **Social Theories of Risk**, Connecticut : Praeger Publishers, 1992, p.153 - 178

KRIMSKY, S. e PLOUGH, A.: **Communicating Risks as a Social Process**, USA: Auburn House Publishing Company, 1998.

LEMKE, Tomas: **The birth of bio-politics': Michel Foucault's lecture at the Collège de France on neo-liberal governmentality**. In *Economy and Society*, v 30, n° 2 May 2001, p. 190–207

MACHADO, J.M.H., PORTO,M.F.S.; FREITAS, C. M.: Perspectivas para uma Análise Interdisciplinar Participativa de Acidentes (AIPA) no contexto da industria de processo. IN: FREITAS, C. M.; PORTO, M. F. S. , MACHADO , J. M.H.(orgs.) **Acidentes industriais ampliados: desafios e perspectivas para a prevenção e o controle**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000,v.1,p.49-81

MILARÉ, Edis & MAGRI, R. V. R: **Cubatão, um modelo de desenvolvimento não-sustentável**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v 6 n° 1-2, p.99-105, janeiro/junho 1992.

O'CONNOR, J. A.: **Responsible Care: doing the right thing**. Disponível em: <<http://www.ccpa.ca>>. Acesso em: 17/12/2002

OLIVEIRA, Luiz Carlos Correia: **A Epidemia de um Estigma: Leucopenia e Benzinismo entre trabalhadores do Pólo Petroquímico de Camaçari/Ba**. Dissertação [Mestrado de Sociologia] Universidade Federal da Bahia,

PACE/LABOR INSTITUTE: **Incident Investigation Training**. New York:[s.n.], 1999.

PAES-MACHADO, E. (org.): **Poder e Participação Política no Campo**. São Paulo: Cerifa, 1987. v. 1200. 140 p.

PEARCE, Frank e TOMBS, Steve: **Toxic Capitalism: Corporate Crime and the Chemical Industry**. England: Ashgate/Dartmouth, 1998.

PÓLO DE CAMAÇARI: Disponível em: <<http://www.coficpolo.com.br/polo.htm>>. Acesso em: 20/12/2001

PORTELLI, H.: **Gramsci e o Bloco Histórico**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S/A, 1977.

PORTO, M. F. de S.: **Considerações sobre a dinâmica de regulação dos riscos industriais e a vulnerabilidade da sociedade brasileira**. In SISINNO, C. L. S. &

OLIVEIRA M. (orgs.) **Resíduos Sólidos, Ambiente e Saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000, p. 147-170

POWER, M.: Risk Management and the Responsible organization in ERICSON, Richard, DOYLE, Aaron (editors): **Risk and Morality**. University of Toronto Press Incorporated: Toronto, 2003. p. 145-163

RABINOW, Paul: **Antropologia da razão**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999

RANGEL, Maria Lígia: **Cadê o meu aumento ou vou causar acidente: um estudo de caso da cultura do risco numa indústria petroquímica**. 1992. Dissertação. [Mestrado em Saúde Comunitária] - Universidade Federal da Bahia, Salvador/Ba.

REGO, M. A. V. & PEREIRA, R. A. G.: Acidentes e doenças do trabalho no Complexo Químico e Petroquímico da Bahia. In Franco, T.(org). **Trabalho, Riscos Industriais e Meio Ambiente: rumo ao desenvolvimento sustentável**, Salvador: EDUFBA,1997.

RENN, O., WEBLER, T. e WIEDEMANN, P: **Fairness and Competence in Citizen Participation: Evaluating Models for Environmental Discourse**, Boston: Kluwer Academic Press, 1995

RESPONSIBLE CARE: **A public commitment**. Disponível em: <<http://www.cmahq.com>>. Acesso em:12/1998.

REVISTA PETRO & QUIMICA: **Atuação Responsável: de olho nos próximos dez anos**, nº.235, março de 2002. Disponível em: <<http://www.petroquimica.com.br/edicoes>>. Acesso em: 11/02/ 2003

REVISTA PETRO & QUIMICA: **Atuação Responsável: de olho nos próximos dez anos**. nº.235, março de 2002. Disponível em: <<http://www.petroquimica.com.br/edicoes>>.Acesso em: 11/02/2003

REVISTA PETRO & QUIMICA: **Empresas começam a quantificar ganhos com ISO 14001**. nº 235, março de 2002. Disponível em: <<http://www.petroquimica.com.br/edicoes>>. Acesso em fevereiro de 2003

REVISTA PETRO & QUIMICA: **Indústria Química brasileira evolui em responsabilidade ambiental**, nº. 225, abril de 2001. Disponível em: <<http://www.petroquimica.com.br/edicoes>>. Acesso em: 11/02/ 2003.

ROSEN, G.: **Da Polícia Médica à Medicina Social**. Ensaios sobre a História da Assistência Médica. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980

RUIZ, C.: **Os labirintos do poder: o poder (do) simbólico e os modos de objetivação**. Porto Alegre: Escritos Editora, 2004

SADER, Eder: **Quando novos personagens entram em cena**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

SAIRINEN, R.: **Environmental governmentality as a basis for regulatory reform: the adaptation of new policy instruments in Finland**. Disponível em:

<<http://www.essex.ac.uk/ECPR/events/jointsessions/paperarchive/.../sairinen.pdf>>. Acesso em: 21/05/2005

SANTANA, Vilma et all: **Sintomas psicológicos e trabalho na indústria petroquímica - um estudo com moradores de Camaçari, Bahia, Brasil**. In *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, v.46, n° 10, p.535 -541, 1997

SECRETARIA DE MINAS E ENERGIA DO ESTADO DA BAHIA (COPEC) e PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAÇARI: **Plano Piloto de Camaçari. Plano Piloto de Dias d'Ávila**. Salvador. 1975.

SEPLANTEC/OCEPLAN: **Habitação e Urbanismo em Salvador**, Salvador: Arco-Íris, 1979

SHAPIN, S.: **A social history of truth: civility and science in seventeenth – century England**. Chicago: The University of Chicago Press, 1995

SILVA, L. M. V.: **A descentralização das ações de saúde no município: o caso de Camaçari**. Tese de doutorado. 1989. 239p. [Doutorado em Medicina Preventiva] - Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.

SIMAS, A.: **Desenvolvimento urbano da cidade do Salvador**. In *Planejamento*, v. 8, n°.1/2, jan.jun, 1980

SIQUEIRA, C. E. **Dependent Convergence: The struggle to control petrochemical hazards in Brazil and the US**. 1998. [Doctor of Science in Work Environment] - University of Massachusetts Lowell, USA.

SOUSA SANTOS, B.: Os processos da globalização in SOUSA SANTOS, B (org.): **A Globalização e as Ciências Sociais**. São Paulo: Editora Cortez, 2002

SUDIC: Disponível em: <<http://www.sudic.ba.gov.br/index02.html>> Acesso em: 27/06/2003

TAVARES, T. , ROCHA, V.: **Poluição Atmosférica na Baía de Todos os Santos**. Análise & Dados, v. I, n°.2, Salvado, 1991

TAVARES, T. M.: **Contaminação química no ambiente marinho**. In *Baía de Todos os Santos; diagnóstico e subsídios para gestão*. Salvador: GERMEN/UFBA-NIMA, 1997, p.151 – 162.

TAVARES, Tânia M.: **Ambiente Atmosférico**. In *Baía de Todos os Santos: diagnóstico e subsídios para gestão*. GERMEN/UFBA-NIMA, 1997, p.70 – 109

TEIXEIRA, E.: **O local e o global: limites e desafios da participação cidadã**. São Paulo: Editora Cortez , 2001.

TESH, S. N.: **Uncertain Hazards: Environmental Activists and Scientific USA**: Proof. Cornell University Press, 2000

THOMAS, K.: **O Homem e o mundo Natural**. São Paulo, Companhia das Letras, 1989

THURLER, G. A.F.: **Responsible Care: Desempenho e Perspectivas do Sistema De Gestão Saúde- Segurança - Meio Ambiente na Indústria Química**. 2001. 223p. Dissertação [Mestrado Engenharia de Produção] - Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

TUAN, Yi-Fu: **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**, SÃO Paulo: DIFEL, 1983

VAN ELSSEN, J: A análise situacional e o método de estudo de caso de detalhado. In Feldman-Bianco, B: **Antropologia das Sociedades Contemporâneas**. São Paulo: Global Universitária, 1987, p. 345-374

ZINN, Jens O: **Recent Developments in Sociology of Risk and Uncertainty**. Forum: Qualitative Social Research, v. 7, n^o. 1, January 2006.

ANEXOS

ANEXO A - Roteiro de Entrevista

1. PERFIL SOCIO-ECONÔMICO:					
1.1	Pre- nome		1.5.	Profissão:	
1.2.	Idade:		1.6.	Atividade profissional	
1.3.	Escolaridade:		1.7	Renda familiar	
1.4.	Estado Civil:				

2. CRONOLOGIA	
2.1	Ano de ingresso no Conselho
2.2.	Tempo de permanência (n.º de mandatos)
2.3.	Ano de término do mandato atual

3. OUTRAS ATIVIDADES	
3.1	Em que trabalha?
3.2	Há quanto tempo?
3.3	Além do Conselho Consultivo tem outra atividade social ou política? Resposta (+)
3.4	Descreva cada uma delas: tipo de participação. Há quanto tempo participa Como e porque começou a participar
3.5	Que contribuições essa(s) atividade(s) trazem para o papel de conselheiro?

4. O PAPEL DO CONSELHEIRO	
4.1	Como começou seu interesse pelo Conselho?
4.2	Que entidade representa no Conselho?
4.3	Como foi escolhido para ser conselheiro?
4.4	Quais as atividades de um conselheiro?
4.5	E quais as responsabilidades?
4.6	Existem dificuldades? Quais?
4.7	Como considera sua participação?
4.8	O que considera necessário para ser um Conselheiro?
4.9	Que tipo de experiência e conhecimento deve ter um conselheiro?

5. RELAÇÃO DO CONSELHEIRO COM O CONSELHO	
5.1	Como você conheceu os outros conselheiros?
5.2	Que tipo de contato você mantém com eles?
5.3	Que tipo de ligação os conselheiros mantêm entre si?
5.4	Existem divergências entre os conselheiros? De que tipo?
5.5	Quais as principais atividades do Conselho?
5.6	Como você avalia a participação dos conselheiros nas atividades do Conselho?
5.7	Com são transmitidas as informações sobre os acidentes ou eventos?
5.8	Essas informações são bem compreendidas por todos os conselheiros? Existe alguma dificuldade?

6. AS REUNIÕES	
6.1	As reuniões do Conselho são sempre realizadas em alguma empresa do Polo?
6.2	Em quais outros lugares são realizadas? Porque?
6.3	Como as reuniões são conduzidas?
6.4	Quais assuntos são mais comuns nas reuniões?
6.5	Qual o tempo médio de duração das reuniões?
6.6	Em que ocasiões foram feitas reuniões extraordinárias?
6.7	Como você avalia a frequência dos conselheiros nessas ocasiões?
6.8	Qual os assuntos mais frequentes na pauta do Conselho?
6.9	Quais os casos discutidos no Conselho que você considera mais importante?
6.10	Você poderia descrevê-los

7. O CONSELHO CONSULTIVO	
7.1	Qual papel do Conselho ?
7.2	Você acha que o Conselho atende bem esse papel?
7.3	Que importância você acha que tem o Conselho Consultivo?
7.4	Que tipo de questões ambientais o Conselho mais discute?
7.5	Que soluções o Conselho tem proposto para estes problemas?
7.6	Como essas soluções são colocadas em prática pelo Conselho?
7.7	Quais as instâncias envolvidas na solução de problemas?
7.8	Como é a relação do Conselho com essas outras instituições?

8. RELAÇÃO DO CONSELHO COM AS INSTÂNCIAS REPRESENTADAS	
8.1	Quais os tipos de comunicação mais utilizados entre o Conselho e as empresas do Polo?
8.2	Quais os tipos de comunicação mais utilizados entre o Conselho e as populações vizinhas?
8.3	O Conselho consegue manter algum diálogo com órgãos do governo? Quais? (munc., fed, estad)
8.4	Como isso acontece? Em que situações? De que forma?
8.5	Como as empresas participam nas reuniões? Só através de convite quando acontece alguma coisa?
8.6	Como você avalia os programas ambientais da CETREL e das empresas para as populações vizinhas? " <i>Ver de Dentro</i> ", por exemplo.
8.7	Existe alguma relação de outros planos, como os da CETREL com o Conselho?
8.8	Existe algum plano ou ação ambiental resultante da atuação do Conselho? Qua(is)?

9. AÇÕES DO CONSELHO	
9.1	O que mudou no Pólo depois do Conselho?
9.2	Como era antes?
9.3	Como você avalia as atividades do Polo hoje?
9.4	Quais as dificuldades hoje existentes no Polo?
9.5	Como solucionar esses problemas?
9.6	Quais as contribuições do Conselho para as comunidades vizinhas?

10. QUESTÕES GERAIS	
10.1	Hoje, quais os principais problemas dessa área vizinha ao Polo ?
10.2	O que acha da qualidade de vida das comunidades vizinhas ao Pólo ?
10.3	A que tipo de riscos hoje estão mais expostos as comunidades e os trabalhadores?
10.4	Você acha que o Conselho deveria ser adotado por outras comunidades? Porque?
10.5	Que mudanças deveriam ser feitas para melhorar a atuação do Conselho?
10.6	Que contribuições pode o Conselho ainda trazer?
10.7	Que contribuições o Conselho tem trazido para o Pólo?
10.8	Que outras ações poderiam melhorar a qualidade de vida das comunidades e dos trabalhadores?
10.9	Quais as principais conquistas do Conselho?
10.10	Quais as principais lutas do Conselho atualmente?

ANEXO B - Empresas do Pólo Petroquímico de Camaçari e respectiva produção.

Empresa	Produtos	Capacidade Instalada (Ton/Ano)
COPENE	ETILENO	1.200.000
	PROPENO	560.000
	BENZENO	455.000
	PARA-XILENO	230.000
	BUTADIENO	189.000
	MTBE	163.000
	ORTO-XILENO	73.000
	C9 DIHIDROGEN.	64.000
	TOLUENO	40.000
COPENE MONÔMEROS	ISOPRENO BUTENO-1	15.300 / 32.000
ISOPOL	TDI	55.000
	HCL	60.000
CIQUINE	ANIDRIDO FTÁLICO	42.000
	OCTANOL	85.000
	ISOBUTANOL	18.400
	N. BUTANOL	23.000
	PLÁST. FTÁLICOS	104.000
POLICARBONATOS	POLICARBONATOS	10.000
PROPET	DMT	78.000
EDN	ETILBENZENO	180.000
	ESTIRENO	160.000
POLIBRASIL	POLIPROPILENO	110.000
TRIKEM	MVC	240.000
TRIKEM	PVC	240.000
	SODA	73.000
	CLORO	61.000
	HCL	10.600
	HIPOCLORITO	2.800
BAYER	ABS/SAN	26.000
	MBS	1.320
DETEN	LAB.	170.000
DU PONT	NYLON 6	14.000
COBAFI	POLIÉSTER	6.000
ACRINOR	ACRILONITRILA	90.000
	HCN	10.000
SUDAMERICANA	FIBRAS ACRÍLICAS	17.000
POLIALDEN	POLIETILENO AD	150.000
OPP	PEBD	95.000
	PEAD	95.000
DOW QUÍMICA	ÓXIDO DE PROPENO	200.000
	PROPENO GLICÓIS	60.000
METACRIL	METACRIL METILA	10.000
	SULFATO AMÔNIA	45.000
	ACRILATOS	6.000
	ACET. CIANIDRINA	16.500

Empresa	Produtos	Capacidade Instalada Ton/Ano
POLITENO	PELBD	90.000
	PEAD	90.000
	PEBD/EVA	150.000
OXITENO	OX. ETENO	235.000
	ETILENO GLIC.	250.000
	ÉTERES GLICOL.	18.500
	ETANOLAMINAS	30.000
NITROCARBONO	CAPROLACTAMA	56.500
	SULF. AMÔNIA	97.000
	CICLOHEXANO	56.500
	CICLOHEXANONA	47.650
EMCA	ÓLEOS MINERAIS	35.000
METANOR	METANOL	82.500
CARAÍBA M.	ÁCIDO SULFÚRICO	440.000
COPENOR	FORMALDEÍDO	50.000
	COLORO	61.000
	HMTA	6.000
	PENTAERITRITOL	9.000
	FORMIATO SÓD.	2.800
FAFEN	AMÔNIA	670.000
	URÉIA	820.000
	AC. NÍTRICO	33.000
CARBONOR	ÁCIDO SALICÍLICO	1.000
	AC. ACETIL SALIC.	2.000
BASF	METILAMINAS	10.000
	DIMETIFORMAMIDA	6.000
	CLORETO TRIMETIL.	2.700
	CLORETO DE COLINA	6.000
QUÍMICA DA BAHIA	AKILAMINAS	10.000

Copyright 2000. Comitê de Fomento Industrial de Camaçari - COFIC. Todos os direitos reservados.

**ANEXO C - Síntese das Recomendações mais importantes da Resolução CEPRAM
620/ 1992**

RECOMENDAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DA CETREL	
COMPONENTE 1	ARTIGO 5 - INCISO I - ALÍNEA H
<p>⌘ Apresentar estudo sobre o mapeamento das situações de risco do Pólo Petroquímico de Camaçari, conforme Termo de referência acordado com o CRA.</p>	<p>⌘ Responsabilidade: empresas do Pólo, sob coordenação do COFIC ⌘ Prazo: 14 meses</p>
SITUAÇÃO ENCONTRADA	
<p>⌘ Fora do prazo estipulado, o COFIC encaminhou ao CRA estudo sobre mapeamento das situações de risco no Pólo de Camaçari.</p>	
COMPONENTE 2	ARTIGO 5 - INCISO I - ALÍNEA I
<p>⌘ Apresentar ao CRA e Defesa Civil (do Estado e dos Municípios) um plano para ações de emergência, considerando as comunidades localizadas na área de influência do Pólo</p>	<p>⌘ Responsabilidade: Empresas do Pólo ⌘ Prazo: 20 meses</p>
SITUAÇÃO	
<p>⌘ O Plano requerido foi apresentado ao CRA mas foi recusado por apresentar deficiências técnicas. Não existia até então portanto, um Plano de Contingência para o Pólo de Camaçari.</p>	
COMPONENTE 3	ARTIGO 5 INCISO III ALÍNEA A
<p>⌘ Criação de um banco de dados (agentes de risco, doenças, e acidentes de trabalho, contaminação ambiental, etc) que se mantivesse atualizado e com livre acesso ao público, mediante entendimento prévio com CRA.</p>	<p>⌘ Responsabilidade: Empresas do Pólo e CETREL ⌘ Prazo: 300 dias</p>
SITUAÇÃO	
<p>⌘ O prazo esgotou-se em setembro de 1993 sem que houvesse deliberação a respeito, significando que até a realização desse estudo ainda não havia sido implementado</p>	
COMPONENTE 4	ARTIGO 5 - INCISO III - ALÍNEA A.1
<p>⌘ Encaminhar mensalmente à USAT - Camaçari e ao DEvisa/SESAB mapa de morbidade, doenças ocupacionais e acidentes de trabalho.</p>	<p>⌘ Responsabilidade: Empresas do Pólo e CETREL ⌘ Prazo: 300 dias</p>
SITUAÇÃO	
<p>⌘ 27 das empresas pesquisadas (51%) haviam enviado mapas, mas nenhuma delas tinha executado essa tarefa dentro do período estabelecido pela Resolução.</p>	
COMPONENTE 5	ARTIGO 5 INCISO III ALÍNEA B
<p>⌘ Articulação com o SUS com parte do PRISAT, através do Distrito Sanitário de Camaçari e da Divisão de Saúde Ocupacional - DSO/ CESAT</p>	<p>⌘ Responsabilidade: Empresas do Pólo e CETREL ⌘ Prazo: não especificado</p>
SITUAÇÃO	
<p>⌘ O tipo de articulação detectada se resumia ao encaminhamento de pacientes, por parte das empresas, aos ambulatórios do CESAT e da USAT- Camaçari. No final de 1995 a USAT foi chamada pelo Conselho Consultivo para discutir o funcionamento da unidade de Camaçari e problemas relativos à saúde do trabalhador.</p>	
COMPONENTE 6	ARTIGO 5 - INCISO III - ALÍNEA C
<p>⌘ Implantar e manter através de convênios com hospitais, unidades de tratamento de queimaduras, traumatismos e intoxicações, decorrentes de acidentes, buscando integrar este tipo de atendimento ao SUS</p>	<p>⌘ Responsabilidade: Empresas do Pólo e CETREL ⌘ Prazo: não especificado</p>

SITUAÇÃO	
<p>As empresas do Pólo e o COFIC tinham convênio com a UME Candeias, onde a Fundação São Camilo mantinha 10 leitos para atender este tipo de emergência médica, dentro do plano AMS POLO (Assistência Médica Supletiva). Havia ainda convênios para tratamento de queimados graves com hospital especializado no RJ e em Salvador o atendimento especializado a estes agravos era feito através do convênio do COFIC com o Hospital São Rafael.</p>	
COMPONENTE 7	ARTIGO 5 - INCISO III - ALÍNEA D
<p>Realizar o acompanhamento da saúde dos trabalhadores, com vínculo empregatício, formal ou não, conforme previsto na 3214 N.R. 7 (Exames Médicos)</p>	<p>Responsabilidade: Empresas do Pólo e CETREL Prazo: não especificado</p>

RECOMENDAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DO SISTEMA ESTADUAL DE SAÚDE	
COMPONENTE 1	ARTIGO 6 INCISO 1
A. Implementação do Programa de Saúde ambiental e do Trabalhador para o Pólo Petroquímico -PROSAT	<p>Responsabilidade: CESAT Prazo: não determinando</p>
SUB- COMPONENTE	SITUAÇÃO ENCONTRADA
1. Subsistema de informação da saúde	<p>Não foi implantado.</p>
2. Gerenciamento dos Planos de Saúde das Empresas (PSE).	<p>Das 53 empresas pesquisadas, 70% enviaram o PSE ao SESAB, e apenas 13,5% ainda não tinham seus planos analisados</p>
3. Estudo sobre a organização, administração e planejamento dos serviços de saúde das áreas do Pólo	<p>O CESAT seria o órgão responsável. Neste período 3 estudos estavam em andamento</p>
4. Normatização imediata para exercício da fiscalização das ações de vigilância da saúde nas Empresas do Pólo Petroquímico	<p>Somente em, 1996 foi impresso o Manual de Normas e Procedimentos Técnicos para a Vigilância da Saúde do Trabalhador.</p>

ANEXO D - Síntese da Pesquisa Perfil dos Municípios: Meio Ambiente 2002
Camaçari – Bahia

1. QUADRO INSTITUCIONAL	
<i>Tipo de Órgão Municipal de Meio Ambiente</i>	
Possui Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Sim
Se sim, a SMMA só trata de Meio Ambiente	Não
O órgão de Meio Ambiente é ligado ao Planejamento	Sim
<i>Quadro de Funcionários Ativos em Meio Ambiente</i>	
Total de Funcionários ativos do MA	5
No. de funcionários ativos de nível superior (estatutário e CLT)	2
No. de funcionários ativos de nível médio e auxiliar (estatutário e CLT)	3
Total de funcionários contratados sem vínculo empregatício	1
Nº de práticos sem vínculo empregatício	1
A Prefeitura terceirizou serviços de Meio Ambiente	Não
<i>Conselho Municipal de Meio Ambiente</i>	
O município possui Conselho Municipal de Meio Ambiente	Sim
O CMMA se reuniu nos últimos 12 meses	Não
Caráter do CMMA: só consultivo ou deliberativo	Deliberativo
A proporção de representação da sociedade civil é de:	50%
<i>Tipos de entidades representadas no CMMA</i>	
Outras representações poder público	Sim
Entidade empresarial	Sim
<i>Convênios e Acordos Administrativos</i>	
A Prefeitura implementou convênios ou outro tipo de parceria nos últimos 12 meses	Não
A Prefeitura mantém acordo administrativo que transfira atribuições com órgão de MA de seu Estado para gestão de recursos hídricos, florestais, pesqueiros, recursos do solo, licenciatura ambiental.	Não
<i>Consórcios e Comitês de Bacia</i>	
Participa de Consórcio Intermunicipal sobre:	Sim
Zoneamento Ecológico-Econômico Regional	Não
Outros	Sim
Participa de Comitê de Bacia Hidrográfica	Sim
Quantidade de Comitês de Bacia Hidrográfica	1
<i>Agenda 21</i>	
Foi iniciado no município a elaboração da Agenda 21 local	Sim
Foi Instalado o Fórum da Agenda 21 Local	Não
Estágio atual da Agenda 21 Local	Sensibilização
<i>Agenda 21 local aborda:</i>	
Temas ambientais	Sim
Temas sociais	Sim
Temas econômicos	Sim
Outros temas	Não

<i>Recursos Financeiros</i>	
A Prefeitura recebeu recursos financeiros específicos para o MA	Sim
O recurso foi recebido para ou devido a:	
Multa ambiental	Sim
<i>Legislação Ambiental</i>	
O município possui legislação específica para a questão ambiental:	Sim
A legislação ambiental existente está inserida como Capítulo/Artigo da Lei Orgânica	Sim
2. CONDIÇÕES DO MEIO AMBIENTE	
<i>Meio ambiente afetou as condições da vida humana?</i>	
O Meio Ambiente afetou as condições da vida humana	Sim
<i>Alterações ambientais relevantes que afetaram as condições de vida:</i>	
Contaminação de nascente	Sim
Contaminação de rio,baia etc..	Sim
Ocupação desordenada do território	Sim
Poluição do ar	Sim
Poluição sonora	Sim
Esgoto céu aberto	Sim
Tráfego pesado área urbana	Sim
<i>Recursos naturais (ar, água e solo) foram afetados? Poluição do ar</i>	
Poluição do Ar	Sim
Atividade industrial	Sim
<i>Recursos naturais (ar, água e solo) foram afetados? Poluição do recurso água</i>	
Poluição da Água	Sim
Mineração/garimpo	Sim
Despejo esgoto doméstico	Sim
Ocupação irregular curso d'água	Sim
<i>Recursos naturais (ar, água e solo) foram afetados? Assoreamento de corpo d'água</i>	
Assoreamento de corpo d'água	Sim
Aterro das margens	Sim
Atividade de mineração/garimpo	Sim
Desmatamento	Sim
Erosão e/ou deslizamento de encostas	Sim
<i>Paisagem e áreas legalmente protegidas foram afetadas? Alteração ambiental que prejudicou a paisagem</i>	
Alteração ambiental que prejudicou a paisagem	Sim
por atividade de extração mineral	Sim
por erosão do solo	Sim
por empreendimento imobiliário	Sim
por ocupação irregular e/ ou desordenada do solo	Sim
<i>Paisagem e áreas legalmente protegidas foram afetadas? Degradação de áreas legalmente protegidas</i>	
Degradação de áreas legalmente protegidas	Sim

por atividade de extração mineral	Sim
por ocupação irregular de áreas frágeis	Sim

***Meio ambiente prejudicou atividades econômicas?
Redução da quantidade ou diversidade ou qualidade do pescado***

Não ocorreu nenhum dos problemas anteriores

***O meio ambiente prejudicou atividades econômicas?
Prejuízo na atividade agrícola devido a problema ambiental***

Não ocorreu nenhum dos problemas anteriores

***O meio ambiente prejudicou atividades econômicas?
Prejuízo na atividade pecuária devido a problema ambiental***

Não ocorreu nenhum dos problemas anteriores

3. INSTRUMENTOS DE GESTÃO AMBIENTAL

Ações de controle da poluição

Fiscalização combate ao despejo resíduos industriais	Sim
Fiscalização controle atividades industriais poluidoras	Sim
Fiscalização controle atividades extrativas	Sim
Implantação de aterros sanitários	Sim
Programa coleta seletiva do lixo	Sim
Reciclagem de lixo	Sim

Ações de gestão dos recursos hídricos

Ampliação e/ou melhoria da rede de esgoto sanitário	Sim
Despoluição dos recursos hídricos	Sim
Implantação/operação de estação monitoramento de recursos hídricos	Sim

Ações de gestão dos recursos florestais

Contenção de encostas	Sim
Criação e/ou gestão de jardim Botânico	Sim
Fiscalização em áreas protegidas e combate às atividades ilegais	Sim

Ações de gestão do recurso solo

Controle do uso e limites à ocupação do solo	Sim
--	-----

Ações de gestão da atividade pesqueira

Fiscalização e/ ou controle de pesca predatória	Não
---	-----

Outras ações de caráter ambiental

Aplicações de multas	Sim
Cassação de renovação de Licença da renovação da licença de funcionamento	Sim
Controle, monitoramento e/ou licenciamento da ocupação urbana	Sim
Incentivo ao Turismo Ecológico	Sim

Programa de Educação ambiental	Sim
<i>Ações de controle de resíduos e embalagens de produtos tóxicos: Existência de central de recebimento de embalagens vazias de agrotóxicos</i>	
Quantidade de agrotóxicos não significativa	Sim
<i>Ações de controle de resíduos e embalagens de produtos tóxicos: Existência de aterro industrial no município</i>	
Existência de Aterro Industrial no Município	Sim
<i>Unidades municipais de conservação da natureza</i>	
Tem Unidade Municipal de Conservação	Sim
Nº de Unidades	3

ANEXO E - Síntese da Pesquisa Perfil dos Municípios: Meio Ambiente 2002
Dias d'Ávila – Bahia

1.QUADRO INSTITUCIONAL	
<i>Tipo de Órgão Municipal de Meio Ambiente</i>	
Possui Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Não
Caso não, possui departamento ou órgão similar para Meio Ambiente	Sim
Área de Meio Ambiente está subordinada a outra secretaria	Sim
<i>Quadro de Funcionários Ativos em Meio Ambiente</i>	
Total de Funcionários ativos do MA	1
No. de funcionários ativos de nível médio e auxiliar (estatutário e CLT)	1
A Prefeitura terceirizou serviços de Meio Ambiente	Não
<i>Conselho Municipal de Meio Ambiente</i>	
O município possui Conselho Municipal de Meio Ambiente	Não
<i>Tipos de entidades representadas no CMMA</i>	
Outras representações poder público	Sim
Entidade empresarial	Sim
<i>Convênios e Acordos Administrativos</i>	
A Prefeitura implementou convênios ou outro tipo de parceria nos últimos 12 meses	Não
A Prefeitura mantém acordo administrativo que transfira atribuições com órgão de MA de seu Estado para gestão de recursos hídricos, florestais, pesqueiros, recursos do solo, licenciatura ambiental.	Não
<i>Consórcios e Comitês de Bacia</i>	
Participa de Consórcio Intermunicipal sobre:	Sim
Zoneamento Ecológico-Econômico Regional	Não
Outros	Não
Participa de Comitê de Bacia Hidrográfica	Sim
Quantidade de Comitês de Bacia Hidrográfica	1
<i>Agenda 21</i>	
Foi iniciado no município a elaboração da Agenda 21	Não
Foi Instalado o Fórum da Agenda 21 Local	Não
<i>Agenda 21 local aborda:</i>	
A Prefeitura recebeu recursos financeiros específicos para o MA	Não
<i>Recursos Financeiros</i>	
A Prefeitura recebeu recursos financeiros específicos para o MA	Sim
Multa ambiental	Sim
<i>Legislação Ambiental</i>	
O município possui legislação específica para a questão ambiental:	Não

2. CONDIÇÕES DO MEIO AMBIENTE	
<i>Meio ambiente afetou as condições da vida humana?</i>	
O Meio Ambiente afetou as condições da vida humana	Sim
<i>Alterações ambientais relevantes que afetaram as condições de vida:</i>	
Poluição do ar	Sim
<i>Recursos naturais (ar, água e solo) foram afetados? Poluição do ar</i>	
Poluição do Ar	Sim
Atividade industrial	Sim
<i>Recursos naturais (ar, água e solo) foram afetados? Poluição do recurso água</i>	
Poluição da Água	Sim
Ocupação irregular curso d'água	Sim
<i>Recursos naturais (ar, água e solo) foram afetados? Assoreamento de corpo d'água</i>	
Assoreamento de corpo d'água	Sim
Degradação da mata ciliar	Sim
Desmatamento	Sim
<i>Paisagem e áreas legalmente protegidas foram afetadas? Alteração ambiental que prejudicou a paisagem</i>	
Alteração ambiental que prejudicou a paisagem:	Sim
1. por atividade de extração mineral	Sim
2. por erosão do solo	Sim
3. por empreendimento imobiliário	Sim
4. por ocupação irregular e/ ou desordenada do solo	Sim
<i>Paisagem e áreas legalmente protegidas foram afetadas? Degradação de áreas legalmente protegidas</i>	
Degradação de áreas legalmente protegidas	Não
<i>Meio ambiente prejudicou atividades econômicas? Redução da quantidade ou diversidade ou qualidade do pescado</i>	
Não ocorreu nenhum dos problemas anteriores	
<i>O meio ambiente prejudicou atividades econômicas? Prejuízo na atividade agrícola devido a problema ambiental</i>	
Não ocorreu nenhum dos problemas anteriores	
<i>O meio ambiente prejudicou atividades econômicas? Prejuízo na atividade pecuária devido a problema ambiental</i>	
Não ocorreu nenhum dos problemas anteriores	
3. INSTRUMENTOS DE GESTÃO AMBIENTAL	
<i>Ações de controle da poluição</i>	
Fiscalização combate ao despejo resíduos industriais	Sim
Fiscalização controle atividades industriais poluidoras	Sim

<i>Ações de gestão dos recursos hídricos</i>	
Ampliação e/ou melhoria da rede de esgoto sanitário	Sim
Despoluição dos recursos hídricos	Sim
Fiscalização de postos de gasolina	Sim
<i>Ações de gestão dos recursos florestais</i>	
Criação e/ou gestão de jardim Botânico	Sim
Recomposição de vegetação nativa	Sim
<i>Ações de gestão do recurso solo</i>	
Controle do uso e limites à ocupação do solo	Sim
<i>Ações de gestão da atividade pesqueira</i>	
Fiscalização e/ ou controle de pesca predatória	Não
<i>Outras ações de caráter ambiental</i>	
Cassação de renovação de Licença da renovação da licença de funcionamento	Sim
Controle de vetores de doenças	Sim
Controle, monitoramento e/ou licenciamento da ocupação urbana	Sim
Suspensão temporária do funcionamento de atividades poluidoras	Sim
<i>Ações de controle de resíduos e embalagens de produtos tóxicos: Existência de central de recebimento de embalagens vazias de agrotóxicos</i>	
Atêrro sanitário em outro município	Sim
<i>Ações de controle de resíduos e embalagens de produtos tóxicos: Existência de aterro industrial no município</i>	
Existência de Aterro Industrial no Município	Sim
<i>Unidades municipais de conservação da natureza</i>	
Tem Unidade Municipal de Conservação	Não

ANEXO F:**PROTOCOLO CELEBRADO ENTRE O COMITÊ DE FOMENTO INDUSTRIAL DE CAMAÇARI - COFIC E MEMBROS DAS COMUNIDADES DE CAMAÇARI E DIAS D'ÁVILA PARA INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE UM CONSELHO COMUNITÁRIO CONSULTIVO.****1. OBJETIVO**

O objetivo do Conselho Comunitário Consultivo é estabelecer uma interação entre a percepção representativa das comunidades de Camaçari e Dias d'Ávila e as ações das indústrias químicas e petroquímicas instaladas no Pólo Petroquímico de Camaçari, buscando a melhoria crescente nas condições de segurança, saúde e meio ambiente associadas às atividades das referidas indústrias.

2. ATIVIDADE E POSTURA

O Conselho Comunitário é um fórum de caráter consultivo por natureza e a ele compete:

- f) Buscar uma melhoria contínua na comunicação entre as comunidades e as indústrias químicas e petroquímicas do Pólo Petroquímico de Camaçari.
- g) Atuar como veículo pelo qual as comunidades e as empresas possam, construtivamente, destacar suas preocupações e desenvolver meios que possibilitem uma abordagem proativa dos assuntos relativos a segurança, saúde e meio ambiente.
- h) Contribuir para o desenvolvimento de um programa eficaz, destinado a fornecer informações para o público, nas questões relativas a segurança, saúde e meio ambiente.
- i) Pautar suas ações pelo compromisso de seus membros com a ética quanto a informações privilegiadas.
- j) Estabelecer uma parceria visando responder às preocupações da comunidade.

3. COMPOSIÇÃO

O Conselho é formado por um mínimo de 12 (doze) e máximo de 20 (vinte) membros pertencentes aos segmentos comunitários abaixo:

- ? Lideranças comunitárias dos bairros mais próximos do Pólo Petroquímico de Camaçari

- ? Imprensa local
- ? Ministério Público
- ? Grupos Ecológicos
- ? Clubes de Serviço
- ? Área de Educação
- ? Comércio
- ? Igrejas
- ? Área de Saúde
- ? Área de Meio Ambiente

A formação inicial do Conselho ocorre por iniciativa do COFIC, que convida pessoas dos segmentos mencionados, sendo voluntária a aceitação por parte das mesmas. É desejável um equilíbrio numérico entre as representações de Camaçari e Dias D'Ávila.

4. PERÍODO DE ATUAÇÃO E RENOVAÇÃO

- ? Os membros do Conselho atuarão por um período de 02 (dois) anos.
- ? A renovação bienal se fará com base em critérios que o próprio Conselho e o COFIC estabelecerem, de comum acordo.
- ? O Conselho, por decisão de pelo menos 2/3 de seus membros, pode afastar um Conselheiro cuja postura seja considerada inadequada, ou por faltas sucessivas às reuniões. O Conselho examinará as situações em que um membro falte a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 6 (seis) não consecutivas, durante o período total de atuação.
- ? Nas hipóteses de afastamento ou de renúncia de um membro, o Conselho escolherá, por maioria simples, um novo conselheiro, em princípio do segmento comunitário a que pertencia o anterior, observando critérios de representatividade, postura ética e motivação pelas causas de interesse comunitário. O novo membro permanecerá no Conselho até o final do período remanescente de atuação.

5. COMPENSAÇÃO

A participação no Conselho resulta da motivação espontânea de seus membros, não cabendo a estes qualquer tipo de remuneração.

6. FUNCIONAMENTO

- ? O Conselho reunir-se-á bimestralmente ou, extraordinariamente, em datas e horários determinados pelos seus membros, em locais escolhidos de acordo com o COFIC.
- ? As reuniões serão coordenadas por um Facilitador externo ao Conselho, acolhido por este, a quem cabe facilitar a participação eficaz dos Conselheiros com vistas aos objetivos agendados para a reunião, além de iniciar e encerrar a mesma.
- ? Um Secretário, também acolhido pelos membros do Conselho, fará as anotações necessárias visando produzir uma ATA que, aprovada, terá cópias enviadas a cada membro, ao Facilitador, ao COFIC e às empresas do PÓLO.
- ? Cabe ainda ao Secretário acertar, com as partes envolvidas, locais, datas e horários das reuniões seguintes, incumbindo-se da convocação dos participantes, além de providenciar remessa de comunicações escritas, decididas pelo Conselho.
- ? As Atas das reuniões traduzirão as decisões coletivas, evitando, quanto possível, a individualização de pontos de vista não condizentes com o espírito e objetivos do Conselho.
- ? A liberação de informações para o público em geral será feita se houver aprovação prévia do Conselho, por maioria simples.
- ? As reuniões serão realizadas quando do comparecimento de no mínimo 1/3 dos integrantes do Conselho, sendo vedada a participação através de representantes formais ou informais de seus membros.
- ? As reuniões do Conselho não serão abertas para o público, podendo entretanto os representantes das empresas participar como ouvintes ou quando convidados a se pronunciar.
- ? Outros convidados poderão participar, a partir de decisão prévia por maioria, devendo a presença ter relevância com o assunto em discussão.
- ? Ao COFIC caberá dar o apoio logístico ao funcionamento do Conselho, tomando as providências necessárias ao funcionamento do mesmo.
- ? Cabe ainda ao COFIC estar presente às reuniões, através de pessoas de sua estrutura, com o objetivo de ser o "elo" de ligação entre o Conselho e às Indústrias, devendo:
 - a) Convidar dirigentes e representantes (gerentes ou técnicos) das empresas para ouvirem as colocações, indagações e sugestões do Conselho.

- b) Provocar as empresas para as respostas às indagações, sugestões e demandas do Conselho.

O Conselho por aprovação de metade mais um dos seus membros, e de comum acordo com o COFIC, poderá sugerir alterações neste Protocolo.

E por estarem de acordo com os termos acima, assinam este Protocolo os membros das comunidades que iniciam a formação do Conselho e o Presidente do COFIC.

Camaçari, 14 de dezembro de 1994

Fernando A. C. Paes de Andrade
Presidente do COFIC

Ademário Galvão Spínola
Médico e Vereador em Camaçari

Anatália Xavier Santana
Diretora da Escola Florêncio Borges de Santana em
Dias D'Ávila

Carlos Alberto Nonato Borges
Diretor de Assuntos Comunitários da Associação
de Moradores Nova Dias D'Ávila e Fundador da
Sociedade Civil Bombeiros Voluntários de Nova
Dias D'Ávila

David Félix Silva
Coordenador da Defesa Civil de Camaçari

Dorijan dos Santos Nascimento
Membro do Núcleo Espírita Kardecista Bezerra
de Menezes em Camaçari

Francisca Maria S. da Silva
Presidente da União de Moradores de Camaçari-UAMC

Geraldo dos Santos Souza
Presidente da Associação de Moradores do Bairro
da Urbis em Dias D'Ávila

Jerônimo Ferreira Couto
Secretário de Meio Ambiente em Dias D'Ávila

José Paulo da Costa Filho
Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais
em Dias D'Ávila

Jurandir Gonçalves da Luz
Membro do Conselho Diretor do Rotary Club de
Camaçari

Lindaure de Jesus dos Santos
Presidente da Comissão de Saúde e Meio
Ambiente da Câmara de Vereadores de Dias
D'Ávila

Marco Presciutti
Padre da Paróquia São Thomás de Cantuária em
Camaçari

**Maria das Graças Dias Drummond
Martins**
Secretária de Educação em Dias D'Ávila

Maria Imperatriz A. Silva
Diretora da Escola Anfrísia Santiago em Dias D'Ávila

Maria das Neves Silva Araújo
Presidente da Associação de Moradores da Lama
Preta em Camaçari

Marivaldo Silva Machado
Presidente da Associação de Moradores do Parque
Satélite em Camaçari

Nilton Natividade Santana
Presidente da Associação de Moradores Cristo Rei
em Dias D'Ávila

Ronaldo Martins da Silva
 Coordenador do Centro de Recursos Ambientais-CRA
 em Camaçari

Ubirajara da Silva Ramos Coroa
 Presidente do Sindicato dos Professores e do
 Grupo Ambientalista Calango em Camaçari

Zaira Isabel Brito Paiva
 Presidente da Associação de Moradores Nova Dias
 D'Ávila

ANEXO G:

ALTERAÇÃO DO PROTOCOLO CELEBRADO EM 14.12.94 ENTRE O COMITÊ DE FOMENTO INDUSTRIAL DE CAMAÇARI - COFIC E REPRESENTANTES DAS COMUNIDADES DE CAMAÇARI E DIAS D'ÁVILA, CONSTITUÍDO O CONSELHO COMUNITÁRIO CONSULTIVO

O Conselho Comunitário Consultivo e o Comitê de Fomento Industrial de Camaçari - COFIC, por este ato concordam em modificar o item 4 do Protocolo, que passa a ter a seguinte redação.

4. Período de Atuação e Renovação

- ? Os membros do Conselho atuarão por um período de 2 (dois) anos.
- ? O Conselho, por decisão de pelo menos 2/3 de seus membros, pode afastar, em qualquer época, um conselheiro cuja postura seja considerada inadequada, ou por faltas sucessivas às reuniões. O Conselho examinará as situações em que um membro falte a 3 (três) reuniões consecutivas.
- ? Nas hipóteses de afastamento, renúncia ou de renovação de mandato bienal de um ou mais membros, o Conselho escolherá, por maioria simples, novos conselheiros, em princípio dos segmentos comunitários a que pertenciam os anteriores, levando em consideração sua representatividade, postura ética e motivação pelas causas de interesse comunitário. Os novos membros permanecerão no Conselho até o final do período remanescente de atuação.
- ? A renovação bienal dos conselheiros se fará obedecendo aos seguintes critérios:
 - a) Substituição de pelo menos 30% do total dos membros do Conselho, considerando-se neste percentual as substituições eventualmente ocorridas ao longo do biênio.
 - b) Substituição dos conselheiros que, voluntariamente, queiram se desligar do Conselho.
 - c) Substituição dos conselheiros que, ao final do biênio, tenham acumulado 5 (cinco) faltas às reuniões ordinárias.

- d) Na hipótese de, aplicados os critérios mencionados anteriormente, não se atingir o percentual mínimo de renovação, serão substituídos os conselheiros com maior número de mandatos e maior número de faltas às reuniões ordinárias acumuladas no biênio.
- e) Terão os mandatos renovados por mais 2 (dois) anos os conselheiros não enquadrados nos critérios anteriores, a menos que expressem sua opção por não continuarem no Conselho.
- f) O preenchimento das vagas será feito a partir de nomes propostos pelos membros do Conselho e pelo COFIC, que serão acolhidos ou não por decisão majoritária dos conselheiros remanescentes, dando-se prioridade às vagas eventualmente existentes na área de meio ambiente.
- g) O Conselho examinará as situações não previstas neste item do Protocolo.

E por estarem de acordo com os termos acima, assinam esta alteração do Protocolo os membros das comunidades que formam o Conselho Comunitário Consultivo e o Presidente do COFIC.

Camaçari, 05 de fevereiro de 1997

Irundi Sampaio Edelweiss
Presidente do Cofic

Ademário Galvão Spínola
Conselheiro (médico toxicologista - Camaçari)

Anatália Xavier Santana
Conselheira (professora Dias D'Ávila)

Carlos Alberto Nonato Borges
Conselheiro (Presidente da Sociedade
Bombeiros Voluntários de Dias
D'Ávila; ex-empregado do Pólo)

Dorijan dos Santos Nascimento
Conselheiro (Presidente do Núcleo Espírita Kardecista
Dias D'Ávila)

Francisca Maria Silvestre da Silva
Conselheira (presidente da União das Associações
Comunitárias Camaçari)

Geraldo dos Santos Souza
Conselheiro

Jerônimo Ferreira Couto
Conselheiro

José Paulo da Costa Filho
Conselheiro (Presidente da ONG Planeta Água
-Dias D'Ávila)

Lindaura de Jesus dos Santos
Conselheira

Marcos Presciutti Martins
Conselheiro (Padre - Camaçari)

Maria das Graças Dias Drummond
Conselheira (professora, Dias D'Ávila,
ex-secretária de Educação do município)

Maria das Neves Silva Araújo
Conselheira (presidente da Associação do Bairro da Lama Preta
Camaçari)

Maria Imperatriz A. Silva
Conselheira (professora/vereadora)

Mário Raimundo Quintela
Conselheiro (padre D. Dávila)

Mary da Cunha de Souza
Conselheira

Ronaldo Martins da Silva
Conselheiro (CRA)

Ubirajara da Silva Ramos Coroa
Conselheiro (Professor/Grupo Ambientalista
Calango Camaçari)